

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**LEONARDO DAVID OLIVEIRA GOMES**

**EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES E CULTURAS EM TENSÃO:  
RELAÇÕES DE DESIGUALDADE NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO  
XXI, CASCAVEL-PR**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**LEONARDO DAVID OLIVEIRA GOMES**

**EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES E CULTURAS EM TENSÃO:  
RELAÇÕES DE DESIGUALDADE NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO  
XXI, CASCAVEL-PR**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca avaliadora como exigência parcial do título de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.  
Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sheille Soares de Freitas

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2023**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Oliveira Gomes, Leonardo David

Experiências de trabalhadores e culturas em tensão: relações de desigualdade no final do Século XX e início do XXI, Cascavel-PR / Leonardo David Oliveira Gomes; orientadora Sheille Soares de Freitas. -- Marechal Cândido Rondon, 2023.

108 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. História. 2. Trabalhadores. 3. Cascavel-PR. 4. Desigualdade. I. Freitas, Sheille Soares de, orient. II. Título.

### Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **LEONARDO DAVID OLIVEIRA GOMES**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 22 dia(s) do mês de setembro de 2023 às 19h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) **Leonardo David Oliveira Gomes**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Sheille Soares de Freitas, Carlos Meneses de Sousa Santos, Cíntia Fiorotti Lima. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Sheille Soares de Freitas. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "**Experiências de trabalhadores e culturas em tensão: relações de desigualdade no final do século XX e início do século XXI, Cascavel-PR**". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Carlos Meneses de Sousa Santos, Cíntia Fiorotti Lima. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. De acordo com o que está previsto nos § 7 e § 8 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de **Dissertação** foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Dissertação e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.

\_\_\_\_\_  
Orientador(a) - Sheille Soares de Freitas  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

\_\_\_\_\_  
Carlos Meneses de Sousa Santos

### Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **LEONARDO DAVID OLIVEIRA GOMES**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

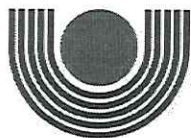
\_\_\_\_\_  
Cíntia Fiorotti Lima

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

\_\_\_\_\_  
Leonardo David Oliveira Gomes  
Aluno(a)



\_\_\_\_\_  
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História  
Prof. Dr. Marcos Nestor Stein  
Coordenador do Programa de  
Pós-Graduação em História  
Mestrado e Doutorado  
Portaria nº 1633/2023-GRE



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA  
DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA,  
DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sheille Soares de Freitas, declaro, como **ORIENTADORA**, que presidi os trabalhos à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado do candidato **Leonardo David de Oliveira Gomes** deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientadora**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o candidato foi considerado: **APROVADO** na banca realizada na data de 22 de setembro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O trabalho foi aprovado pela banca que ressaltou a perspicaz produção analítica realizada e o singular trato das fontes. A banca sugere a publicação do trabalho e parabeniza o pesquisador.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Sheille Soares de Freitas  
Programa de Pós-Graduação em História  
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. Carlos Meneses de Sousa Santos, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) Leonardo David de Oliveira Gomes, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO, na banca realizada na data de 22 de setembro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O trabalho cumpre com as exigências esperadas de uma dissertação, com tematização relevante e abordagem significativa à historiografia recente e pautas da sociedade atual.

Atenciosamente,



Carlos Meneses de Sousa Santos

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Cíntia Fiorotti Lima** declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) Leonardo David de Oliveira Gomes, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO, na banca realizada na data de 22 de setembro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Nenhuma observação ou restrições necessárias.

Atenciosamente,



---

Cíntia Fiorotti Lima  
Colegiado de História/UNIOESTE





**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE MESTRADO  
PARA BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA,  
DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente Leonardo David de Oliveira Gomes, declaro que realizei a minha DEFESA DE MESTRADO à distância, de forma síncrona e por videoconferência do trabalho intitulado: Experiências de trabalhadores e culturas em tensão: relações de desigualdade no final do século XX e início do XXI, Cascavel-PR, para banca examinadora realizada na data de 22 de setembro de 2023.

Atenciosamente,

---

Leonardo David de Oliveira Gomes

Programa de Pós-Graduação em História

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Reitoria

CNPJ 78.680.337/0001-84

Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário

Tel.: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3225-4590 - [www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

CEP: 85819-110 - Cx. P.: 701

Cascavel - PARANÁ



Programa de Pós-Graduação em História

## DECLARAÇÃO

Declaramos que os Professores Doutores: **Sheille Soares de Freitas, Carlos Meneses de Sousa Santos, Cíntia Fiorotti Lima**, participaram em 22/09/2023 às 19h00min, como membros titulares da Banca Examinadora da Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, do(a) aluno(a) Leonardo David Oliveira Gomes, intitulada "Experiências de trabalhadores e culturas em tensão: relações de desigualdade no final do século XX e início do século XXI, Cascavel-PR", na Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE.

Marechal Cândido Rondon, 22 de setembro de 2023

*Dedico este trabalho as minhas duas mães, Doraci e Eli, e a todos aqueles que se identificarem, em alguma medida, com as tensões e dilemas expressos neste estudo.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos trabalhadores de Cascavel que com suas narrativas, gravadas ou não, contribuíram imensamente para a construção deste texto. Foram conversas muito ricas que as levarei para o resto de minha vida. Agradeço, em especial, aos trabalhadores Ana, Gilberto, Fabiane, Silvio e Joana.

Sou muito agradecido a todos os professores que ao longo da Graduação e Pós-graduação contribuíram em minha formação como historiador. Agradeço aos professores Cíntia e Carlos, membros da banca examinadora, pelos apontamentos e aprendizados. Um grande abraço para Carlos pela ajuda em vários momentos ao longo destes últimos 2 anos, sou muito grato por seu comprometimento em minha formação. Sei que gastou muitas horas me ajudando, muito obrigado.

Agradeço a você Patricia, minha companheira que está sempre ao meu lado e este trabalho não é diferente, tudo que escrevo nasce de nossas conversas, companheirismo e incentivos, você está presente em cada linha. Te amo muito.

Obrigado à minha família que mora em Cascavel pela compreensão sobre minha ausência mesmo quando lhes visitava. Acho que a parte ruim de fazer pesquisa é que ela sempre está presente na nossa cabeça, mesmo quando viajamos. Muito obrigado por relevarem isso nesses últimos anos.

Agradeço muito à professora Sheille pela dedicação e profissionalismo que admiro desde nossas aulas da graduação. Muito obrigado pela relação que construímos, você é a minha maior referência na construção de meu pensamento. Sou muito grato por tudo o que fez por mim.

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado discute experiências de trabalhadores da cidade de Cascavel-PR, entre os anos finais da década de 1990 e o ano de 2022. Investiguei – através das relações sociais experienciadas por estes sujeitos, em meio a condições de vulnerabilidade social que compõem essa historicidade – como produzem alternativas frente ao que veem como necessidades e expectativas; ressaltando como (ao evidenciar esses sujeitos diante de sociabilidades, tensões e pressões) é possível analisar suas ações, modos de vida e relações classistas na composição da dinâmica social da cidade. Para isso, utilizo de entrevistas orais, realizadas com trabalhadores dos bairros *14 de Novembro* e *Cascavel Velho* (Loteamento Wilson Gonçalves), realizadas entre 2018 e 2022, além de matérias dos meios de comunicação da região (O Paraná, Gazeta do Paraná, Revista Oeste, CGN), postagens de redes sociais e documentos produzidos pelo Poder Público Municipal.

**Palavras-chave:** Trabalhadores; Experiência Social; Cascavel; Desigualdade; Cidade.

## ABSTRACT

This master's thesis explores the experiences of workers in the city of Cascavel-PR, spanning from the 1990s to 2022. Examining the social relationships encountered by these individuals amid conditions of social vulnerability that characterize this historical period, I investigate how they generate alternatives in response to perceived needs and expectations. By highlighting these subjects in the context of social interactions, tensions, and pressures, I analyze their actions, ways of life, and class relationships in shaping the social dynamics of the city. To achieve this, I rely on oral interviews conducted with workers from the 14 de Novembro and Cascavel Velho neighborhoods (Loteamento Wilson Gonçalves) between 2018 and 2022, as well as local and regional commercial press (*O Paraná*, *Gazeta do Paraná*, *Revista Oeste*, *CGN*), social media posts and documents produced by the Municipality.

**Keywords:** Workers; Social Experience; Cascavel; Inequality; City.



## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>  | <b>15</b>  |
| <b>CAPÍTULO I</b>  |            |
| <b>PRESSÕES DE CLASSE, SENTIMENTOS E VALORES EMERGENTES DE<br/>EXPERIÊNCIAS NA CIDADE .....</b>      | <b>22</b>  |
| <b>CAPÍTULO II</b>   |            |
| <b>TENSÕES E VALORES NAS LUTAS ENTRE TRABALHADORES E PATRÕES<br/>FRENTE ÀS VAGAS EM ABERTO .....</b> | <b>44</b>  |
| <b>CAPÍTULO III</b>  |            |
| <b>TRABALHADORAS E SEUS FILHOS: TENSÕES E POSSIBILIDADES NA<br/>DINÂMICA DA CIDADE .....</b>         | <b>66</b>  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>100</b> |
| <b>FONTES .....</b>  | <b>104</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>106</b> |

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes de passarmos ao texto, onde propriamente apresento grande parte das discussões desenvolvidas durante os 2 anos que precedem o fechamento desta dissertação de mestrado, vejo como necessário discorrer sobre pontos que marcaram o seu desenvolvimento, para então termos uma visão processual e menos linear daquilo que ele se tornou à medida em que obstáculos surgiam, forçando um lidar diferente com os passos da pesquisa, assim como o pensamento mudava propondo novas interpretações.

Avaliando o trabalho como um todo, acredito que o eixo que norteia essa investigação se refere às experiências de trabalhadores na cidade de Cascavel, entre os anos finais da década de 1990 e o ano de 2022, onde busco por meio das relações sociais experienciadas por estes sujeitos, em meio a condições de vulnerabilidade social que compõem essa historicidade, observar como produzem alternativas frente ao que veem como necessidades e expectativas, ressaltando como (ao evidenciar esses sujeitos diante de sociabilidades, tensões e pressões) é possível analisar suas ações, modos de vida e relações classistas na composição da dinâmica social que estabeleceram em Cascavel.

Mesmo tendo nascido na cidade de Guaraniaçu-PR, vivi grande parte de minha vida na cidade de Cascavel. De meus 5 anos até os 18 morei junto de minha família em variadas localidades dessa cidade, onde grande parte de meus familiares, com quem mantenho relações, ainda vivem. Em seguida, mudei-me para Marechal Cândido Rondon-PR (cerca de 80 Km de Cascavel), intencionado em cursar História onde, mesmo depois de formado, continuei a residir. E como graduado, trabalhei como garçom por mais 2 anos, até que então entrei no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, apresentando o projeto de mestrado que resultou nesta dissertação. Agora, em 2023, depois de cumprir as obrigações curriculares, referentes à conclusão do curso de mestrado, mudei-me para Toledo-PR (cerca de 40 Km de Cascavel), cidade onde escrevi praticamente metade desta dissertação.

Passados 7 anos desde que saí de Cascavel (que convenhamos, é muito tempo para quem possui 26 anos, como eu!!!) ainda me sinto conectado àquele território. Seja pelas pessoas que ainda vivem por lá, familiares e amigos, seja porque trago como bagagem para a escrita desta dissertação, memórias sobre o tempo em que fazia parte mais ativamente daquela

dinâmica social, e não como agora, participando e influenciando pontualmente na vida dos que ainda estão por lá.

Até o ano passado, acreditava que o interesse em apreender o movimento de trabalhadores pela cidade, seus dilemas em meio a pressões e tensões, havia surgido no período da graduação em História e se aprimorado nos anos seguintes. No entanto, acho que ao menos a busca pelo modo como os trabalhadores experienciam as desigualdades já estava contido em momentos anteriores e, evidentemente, que esse sentimento ganhou contornos teóricos à medida em que a academia me aproximava de debates no campo da História Social<sup>1</sup> no Brasil dos últimos 30 anos, dos quais me muniram de um outro olhar para as memórias por mim mantidas sobre aquele social e, também, para as evidências que fomos produzindo ao longo das pesquisas de iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso e nesta dissertação.<sup>2</sup>

Sempre com um olhar para minha antiga cidade de referência, na graduação em História tive a oportunidade de desenvolver duas pesquisas de iniciação científica; realizando entrevistas com trabalhadores e analisando materiais dos meios de comunicação de Cascavel. Na primeira experiência com pesquisa (Gomes, 2018), investiguei as tensões sociais em torno dos deslocamentos de indígenas da Terra Indígena Rio das Cobras para a cidade de Cascavel, analisando a forma como a imprensa hegemônica e grupos de poder econômico e político se articulavam para tensionar e negar-lhes o direito à cidade; um debate que havia se acalorado nos anos de 2014 e 2015 diante da frequência e quantidade de indígenas e dos reclames de “comerciantes” incomodados com essa presença e visibilidade no espaço urbano cascavelense. Neste momento, estava de saída de Cascavel rumando para Marechal Cândido Rondon, para onde levei essas inquietações comigo.

Na pesquisa seguinte, dialoguei com experiências de trabalhadores que lutavam por moradia em Cascavel, em um recorte que privilegiava a temporalidade entre 1999, início da Ocupação do Jardim Gramado, até 2019, ano em que realizei as entrevistas. Dessa segunda

---

<sup>1</sup> Composto meus entendimentos de noções como cidade, trabalho, cultura e experiência social, algumas publicações foram muito significativas em minha formação na graduação e pós-graduação. Dentre elas, posso listar as revistas *Projeto História* e *História & Perspectivas*, principalmente os artigos publicados na década de 1990 e 2000, aqueles presentes nas obras *Muitas Memórias, Outras Histórias* (Fenelon et al., 2004) e *Outras Histórias: Memórias e Linguagens* (Maciel; Almeida; Khoury, 2006), além dos referenciais expressos em artigos do *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens* (Cardoso; Machado, 2005) e *Trabalho e Movimentos Sociais: Trajetória, Abordagens e Perspectivas* (Schreiner, 2016).

<sup>2</sup> Desenvolvi entre os anos de 2017 e 2019 dois projetos de iniciação científica, ambos orientados pelo Prof. Dr. Vagner José Moreira, intitulados “Políticas públicas e a questão indígena em Cascavel/PR (2000-2017)” e “A luta por moradia no Jardim Gramado, Cascavel/PR (1999-2018)”. Em 2019 defendi o Trabalho de Conclusão de Curso “Trabalhadores em luta por moradia: a justiça e a moral nas contradições de Cascavel, Paraná (1999-2019)”, também orientado pelo mesmo professor.

experiência de pesquisa resultou o Trabalho de Conclusão de Curso (Gomes, 2019), algumas entrevistas, pouco analisadas até aquele momento, além da catalogação de publicações de imprensa local, em que era possível apreender a movimentação desses sujeitos em relações de desigualdade pela cidade, foram incorporadas às reflexões desta dissertação.

Esta última pesquisa foi minha primeira experiência com produção de entrevistas e tentativas de utilizá-las como fontes históricas. E, para além das reflexões produzidas naquele momento, a maioria destes materiais foram aproveitados no desenvolvimento da dissertação porque ainda visualizo um grande potencial contidos neles. Então, começar um novo projeto de pesquisa, com algumas fontes em mãos foi importante, contudo, logo depois tomei ciência de que eles não seriam suficientes, principalmente à medida em que certas tematizações eram arquitetadas, pensando novos desdobramentos para a pesquisa e, com isso, encontrava limitações nas documentações, impelindo-me a mudar o enfoque nos novos materiais.

Até aquele momento, possuía 5 entrevistas, realizadas com trabalhadores que haviam construído suas casas em um terreno cedido pela Prefeitura Municipal, após terem suas vidas atravessadas por um processo de reintegração de posse no ano de 2017. Por mais instigante que essa temática destacada no TCC (Gomes, 2019) se sucedeu, as narrativas expressas nas gravações abrangiam muito mais do que a reintegração de posse, os impactos em seus modos de vida ou sobre como se desenvolveu a luta por moradia em Cascavel.

Ao construírem memórias sobre a cidade, suas narrativas expressavam as disputas presentes naquele espaço social, mas também a consciência possível frente às necessidades e expectativas próprias daquele momento histórico. Esses sujeitos, ao produzirem alternativas para questões como a de moradia, trabalho, educação para seus filhos, dentre outras presentes em suas narrativas, expressam práticas constituídas em meio às relações de desigualdade que experienciam.

O interesse por essas questões, que não eram restritas somente aos trabalhadores que haviam experimentado a reintegração de posse, mas constituído identificações por outros caminhos de uma condição de classe compartilhada, favoreceu estender o recorte da pesquisa de modo a abarcar sujeitos de outras localidades da cidade, mas que assim como eles viviam ou viveram em outros momentos de sua trajetória, condições de vulnerabilidade social e de tensão na cidade de Cascavel.

Nesse sentido, outras 4 entrevistas foram produzidas após o início da pesquisa de Mestrado em 2021, abarcando moradores do bairro 14 de Novembro, região onde sabia que encontraria trabalhadores em condições de classe assemelhadas com os primeiros

entrevistados no ano de 2019. Pois, tal qual diversos outros bairros da cidade de Cascavel, o “14” é considerado “popular”, ou seja, marcadamente residido por trabalhadores.

A delimitação por este bairro para realizar entrevistas se deve ao fato de que por conhecer alguns de seus residentes, como minha mãe Doraci, que compõe o rol de fontes orais analisadas neste trabalho e que, inclusive, auxiliou-me na estadia naquele momento de pesquisa, possibilitou o conhecimento prévio de algumas trajetórias e, também, discussões que circulavam pelo bairro, além de garantir que eu estivesse naquela localidade, podendo, até mesmo, andar a pé, sem necessitar de transporte, conferindo certa comodidade nessa convivência no bairro, pois não precisei percorrer longas distâncias para produzir as entrevistas.

Somadas as novas e antigas entrevistas, conto, portanto, com 9 entrevistas realizadas com trabalhadores que residiam na cidade de Cascavel, além de materiais de imprensa local, veiculadas nos jornais *O Paraná*, *Gazeta do Paraná*, no ano de 1999 e disponíveis para consulta no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL), publicações do *Portal CGN de Notícias*, disponíveis em seu site na internet, reportagens publicadas no periódico *Revista Oeste* entre 1998 e 2002 e publicações postadas por trabalhadores através da rede social *Facebook*. Materiais onde pude apreender aspectos importantes da movimentação social de trabalhadores frente às relações de desigualdade na cidade e as tensões nas/das culturas emergentes dessa dinâmica.

Assim como as 4 entrevistas aproveitadas da pesquisa anterior, as publicações analisadas anteriormente dos jornais *O Paraná* e *Gazeta do Paraná* também foram incorporadas aos materiais para o desenvolvimento da dissertação. Entre 2018 e 2019 buscava aquelas que se remetessem aos trabalhadores ocupantes do Jardim Gramado, mas durante esse processo de catalogação, outros trabalhadores, excluídos dos recortes da pesquisa de TCC, surgiam entre as reportagens sobre a Ocupação e me despertaram a atenção para os diferentes e desiguais modos como agiam mediante pressões e limites do viver em Cascavel. Se ocupar um conjunto de terrenos foi o meio que muitos encontraram para conseguirem uma moradia, através destes materiais foi possível evidenciar outras articulações e horizontes frente a necessidades e expectativas de como viver nessa cidade.

Mas, nem todos os materiais inicialmente especulados para compor as fontes foi possível de obter acesso. A exemplo de pesquisadores que obtiveram acesso a documentos produzidos por funcionários das secretarias de assistência social de outros municípios, contendo materiais expressivos do protagonismo de trabalhadores em relação a essas instituições e interessantes para discutir o objeto de pesquisa, busquei mediante solicitação

junto à Secretaria de Assistência Social de Cascavel (SEASO), fundamentado na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 2011), tomar contato com os cadastros e demais informações sobre os atendimentos prestados aos trabalhadores do bairro 14 de Novembro, assumindo o compromisso de resguardar suas informações e identidades. Porém, nosso pedido foi negado devido à legislação específica do Município referente ao acesso aos dados organizados digitalmente no IPM Social, sistema onde gerenciam suas atividades, e é acessado estritamente por seus funcionários.

Em meio a essas dificuldades de acesso a alguns materiais, comecei a estudar outras possibilidades para compor a pesquisa. Assim, o periódico *Revista Oeste*, descontinuado no início dos anos 2000, estava em processo de digitalização no Laboratório de Microfilmagem e Digitalização de Documentos (LAMID/Unioeste) e disponível para consulta, ele chamou minha atenção por alguns exemplares, onde assim como em algumas reportagens dos jornais, era possível apreender como certos atores sociais e veículos de comunicação tratam e discutem as valorações e expectativas dos trabalhadores e suas próprias intencionalidades com a dinâmica da cidade.

Nesse sentido, grupos de *Facebook* de anúncios de compra, venda, troca e divulgações de intenções de vagas de trabalho, também se fizeram relevantes para a problemática em questão na medida em que identifiquei publicações feitas por trabalhadores da região Oeste do Paraná, buscando meios de aferir renda e, ao mesmo tempo, firmavam posição frente a situações consideradas por eles como injustas e moralmente inadequadas, dizendo também sobre a condição de classe por eles experienciadas.

Desse conjunto de materiais e de sua análise, visualizei algumas possibilidades de questionamentos e tematizações e, da mesma forma, outras foram perdendo seu espaço, seja pela percepção de que demandariam muito mais pesquisa, dificultada pelo curto tempo para o desenvolvimento do texto, seja por escolhas pessoais em tratar de temas que me tocavam mais profundamente ao rememorar a experiência de minha família ao mudarem para a Cascavel (aos poucos e durante as décadas de 1980, 1990 e 2000), além de outros trabalhadores que em desiguais situações também rumaram nesse sentido e constituíram parte importante de suas vidas nessa cidade.

Foram três os temas centrais por meio dos quais os capítulos foram organizados: vínculos e afetividades; empregabilidade na cidade; e trabalhadoras, seus filhos e laços afetivos. Todos eles perpassados por um questionamento comum, que é pensar como estes sujeitos produzem alternativas frente ao que veem como necessidades e expectativas, em meio a relações de poder e desigualdades. Esse encaminhamento analítico propôs pensar a cidade



em constante movimento, e as culturas como expressões da experiência social, movida em meio a tensões e pressões.

No primeiro capítulo, intitulado “Pressões de classe, sentimentos e valores emergentes de experiências na cidade”, busco através de algumas evidências, expressas nas fontes orais, analisar a consciência e valoração que se apresenta por meio de práticas sociais de trabalhadores, acerca das necessidades e expectativas ao viver na cidade. Reportagens de jornais impressos também compuseram as fontes para o trato das evidências na medida em que foi possível apreender a leitura histórica que traziam sobre os trabalhadores, bem como os sentidos e significados de algumas de suas ações em meio às relações desiguais em que tomaram parte.

Ao acessar tais evidências, busquei em suas experiências o lastro de materialidade de alguns elementos que chamaram a atenção em suas práticas sociais, em especial na relação com patrões e outros trabalhadores em desigualdade de poder, bem como frente aos laços afetivos que atravessavam suas tomadas de decisões. Por tudo isso, também incluo a análise de um auto processual, que mesmo não se remetendo a relações estabelecidas em Cascavel, dialogou com as motivações e tomada de decisão de Joana, uma de minhas entrevistadas, ao seguir rumo a esta cidade.

O segundo capítulo, intitulado “Tensões e valores nas lutas entre trabalhadores e patrões frente às vagas em aberto”, é um desdobramento do primeiro capítulo, mantendo a intenção de apreender aspectos da constituição histórica do processo de visão e avaliação dos trabalhadores evidenciados, no entanto, dando ênfase na perspectiva daqueles que se encontram desempregados e buscam uma inserção no mercado de trabalho ao confrontar tal pressão às expectativas e valores que procuram não abrir mão. Frente à necessidade de trabalhar, os sujeitos evidenciados lidaram, a seu modo, com uma dinâmica complexa envolvendo dilemas sobre suas redes de sociabilidade e modos de viver, questões tensionadas pelo patronato empregador e diante das insatisfações com as possibilidades de trabalho por eles visualizadas e/ou confrontadas. Para isso, utilizo-me de uma entrevista oral com uma trabalhadora residente no bairro 14 de Novembro, postagens de redes sociais e publicações dos meios de comunicação da cidade.

No terceiro capítulo, com o título “Trabalhadoras e seus filhos: tensões e possibilidades na dinâmica da cidade”, trato de questões que se evidenciaram comuns para trabalhadoras desta temporalidade e que compartilham a mesma condição de classe, ao lidarem com seus filhos ou a ideia de os ter, em meio às desigualdades e relações de poder em Cascavel, na virada do século XX para o XXI. Investigando as possibilidades visualizadas

pelos sujeitos, através de entrevistas orais (produzidas em 2019, rememorando as últimas duas décadas), além de publicações dos meios de comunicação da região, referentes ao final da década de 1990 e anos iniciais do século XXI (*Revista Oeste, Gazeta do Paraná* e jornal *O Paraná*). Com essa documentação foi possível evidenciar moralidades, valores e estigmas envolvendo as polêmicas acerca de noções de classe, gênero e raça compondo as práticas sociais de trabalhadores e trabalhadoras, seja se preparando para terem seus filhos seja, posteriormente, lidando com dilemas de classe, como dificuldades com a moradia, desemprego e as vigilâncias institucionais acerca de seus modos de vida. Espero que a leitura da dissertação seja um convite a refletir sobre a realidade dos trabalhadores nas cidades brasileiras nos últimos tempos e nos provoque a pensar sobre a nossa inserção nesses debates e na produção de um futuro melhor.

## CAPÍTULO I

### PRESSÕES DE CLASSE, SENTIMENTOS E VALORES EMERGENTES DE EXPERIÊNCIAS NA CIDADE

Início este capítulo destacando o modo como Doraci, 52 anos, organiza sua narrativa ao me indicar sua chegada em Cascavel, narrando sobre o momento em que conheceu Antônio, com quem entre 2005 e 2018 compartilhou sua trajetória.

Apesar de vir para Cascavel em 2002, seus marcos narrativos sugerem 2005 como o momento desse viver na cidade ganha sentidos, momento em que o conheceu. Em Cascavel, a permanência de Doraci no perímetro urbano da cidade durou cerca de dois anos. Ao falar disso, indicou que Antônio, seguindo a indicação de um amigo, acertou para ser caseiro de uma chácara, localizada no distrito de São Salvador, na propriedade de um renomado cardiologista e professor universitário, que utilizava tal local como seu espaço de lazer e descanso.<sup>3</sup>

As atividades desempenhadas pelo casal giravam em torno da manutenção e limpeza da propriedade, que além da casa onde residiam os caseiros Antônio e Doraci, contava com a casa utilizada pelo Doutor e sua família, campo de futebol, alguns cavalos e um barracão, onde o proprietário recorrentemente promovia festas com seus amigos e alunos do curso de medicina da UNIOESTE. Também eram tarefas de Doraci e Antônio servir nessas festividades.

No momento da entrevista, em fevereiro de 2022, Doraci não trabalhava e nem morava mais na chácara do Doutor, mas em sua casa no bairro 14 de Novembro, em Cascavel, desde 2018 quando seu esposo Antônio faleceu. Ao perguntar sobre o processo de construção de sua casa própria na cidade, Doraci expressa os sentimentos que foi produzindo enquanto trabalhou na propriedade do Doutor.

**Leonardo:** Aí vocês conseguiram dinheiro lá (...) E daí construíram aqui?

---

<sup>3</sup> A chácara onde trabalharam fica no distrito de São Salvador, aproximadamente 23 Km da casa onde gravamos a entrevista. Por não saber dirigir e as jornadas de trabalho na chácara terem sido determinadas variavelmente pela vontade do patrão, poucas vezes Doraci conseguia se locomover até a cidade de Cascavel, onde outras quatro de suas irmãs moravam e a auxiliavam nos anos anteriores em que viveu no perímetro urbano da cidade. Por isso, quando precisava comprar algo, dependia que Antônio lhe trouxesse e quando precisava de um serviço específico, como um médico, por exemplo, dependia não só de Antônio a levar, mas, também, da condescendência e autorização de seu patrão. Ao longo do texto trarei mais indícios da qualidade das relações construídas por esses sujeitos.

**Doraci:** Sim, daí ele [Antônio] comprou esse meio lote aqui (no bairro 14 de Novembro), de um conhecido dele (...)

**Leonardo:** Aos poucos ele [Antônio] foi levantando aqui?

**Doraci:** Uhum. A cobertura dessa casa é com dinheiro meu.

**Doraci:** 100 real eu ganhava lá (risos). Com os 100 reais que eu ganhava lá ele (Antônio) cobriu essa casa. Esse ternite [telha Eternit] tudo eu que paguei.

**Leonardo:** 100 reais? Como assim?

**Doraci:** 100 reais que eu ganhava por mês lá... Sem registrar.

**Leonardo:** Você recebia 100 reais?

**Doraci:** Sim.

**Leonardo:** Esse era o teu salário?

**Doraci:** Uhum... é.

**Leonardo:** Como assim? Não sabia, pensava que você recebia salário igual ele [Antônio].

**Doraci:** Não... Só porque era só pra limpar a casa lá e ajudar no barracão, né? Lavar louça... Meu salário era esse.

**Leonardo:** Meu Deus...

**Doraci:** Uhum... (DORACI, 2022)

O trecho acima ainda possui uma continuidade que quero discutir mais a frente, porém o interrompi porque acho necessário historicizar minha relação com a entrevistada e explicar como chegamos nestes diálogos que, diferente das outras entrevistas, expressam nosso contato e vínculo anterior a esta pesquisa. Doraci é minha mãe biológica e já a conhecia antes de nossa entrevista, fomos separados quando tinha 7 anos e, desde então, estive alheio às questões envolvendo sua trajetória, como essas que estávamos a conversar. Vivia no perímetro urbano da cidade de Cascavel e apenas acompanhava ao longe sua vida como caseira da chácara. Sabia onde morava, com o que trabalhava, porém não tinha uma compressão mais próxima das tensões que enfrentava no ambiente da chácara do Doutor, que confluía trabalho e moradia, ou mesmo com seu companheiro.

Espantei-me quando narrou que recebia a quantia mensal de R\$ 100,00 pelo trabalho realizado. Afinal, é realmente um absurdo receber uma remuneração como essa trabalhando em tempo integral, inclusive, mais de 8 horas por dia, como ocorria em dias que o Doutor promovia suas festas. Entendo que Doraci também compartilha deste entendimento. Ao apontar o dedo para o telhado de “ternite” que cobre sua moradia e com risos rememorar os R\$ 100,00 que recebia “sem registrar”, compreendendo-os como importantes na aquisição de sua moradia.

Diante disso, destaco uma mistura de sentimentos que expressa, tanto de injustiça quanto de conquista. Injustiça, por ter que aguentar a exploração e dependência frente a uma condição de classe que não lhe permitia articular a possibilidade de confrontar na mesma medida a dominação empreendida pelo patrão; ao mesmo tempo, destaca a sua conquista, pois toda a submissão ao patrão pelo menos sugere não ter sido em vão. Afinal, reside em uma

moradia construída com seus esforços e tolerâncias em meio àquelas relações desiguais e desfavoráveis que experimentou.

Isso ficou mais claro quando conversávamos sem gravar a entrevista sobre a possibilidade de vender a casa onde atualmente mora, no bairro 14 de Novembro. O vizinho, que mora na parte da frente do terreno, demonstrou interesse em comprar a parte do lote que pertence à Doraci. Naquela visita, em fevereiro de 2022 ela pediu minha opinião, se seria um bom negócio.

O lote em que mora é dividido em duas partes de mesmo tamanho, onde a casa dela é nos fundos, fruto de um acordo entre Antônio e um amigo, o qual vendeu, em 2007, a parte dos fundos para eles, com tamanho de 100 m<sup>2</sup>. Nos anos seguintes, aos poucos foram construindo a moradia. A residência de Doraci fica em uma região do bairro de relevo acidentado, numa angulação íngreme e de difícil acesso para a sua entrada e saída. Então, considerando suas dificuldades de locomoção, decorrentes de uma grave artrose nas articulações de suas pernas e, também, o valor que lhe foi ofertado pelo vizinho, disse a ela que não seria uma má ideia a venda, visto que poderia comprar uma casa menor em uma localização da cidade que a proporcionasse uma melhoria em sua qualidade de vida.

Mas, ao considerar a intenção do vizinho, de desmanchar completamente a casa dela para a expansão da residência dele, rapidamente ela recusou a ideia. Sua postura frente à proposta do vizinho e a posterior análise que estamos desenvolvendo sobre a experiência que resultou na construção de sua casa, fizeram-me entender o quanto Doraci valora sua moradia no 14 de Novembro. Pois, a possibilidade de desmanchar a moradia que construiu junto com Antônio, feriria profundamente a dignidade de uma trabalhadora que tem naquela casa a materialização e o saldo positivo advindo da exploração a qual se submeteu na propriedade do Doutor e de seu resultante adoecimento.

Além disso, havia a memória de seu esposo Antônio, foi ele quem construiu ao longo dos anos em que estiveram na chácara. Começou em 2007, quando tinha 61 anos, finalizando-a alguns anos depois. Em 2018 ele veio a falecer de câncer. Então, passados 4 anos desde seu falecimento, ela ainda guarda a maior parte de seus pertences e, curiosamente, sou a única pessoa a quem autoriza destinar outros rumos ou doar parte daquelas coisas. Sentimentos e afetos que interdita algumas mudanças que podem lhe deixar sem as referências que lhe ajudam no atual momento de sua vida a construir sentidos para sua experiência social.

Pensando nisso, seguiremos agora com o trecho anteriormente interrompido. O prolongamento da narrativa de Doraci nos sugere mais elementos da complexidade e

contradições presentes nas relações que ocorriam no interior da propriedade do Doutor e vão, inclusive, para além das relações entre patrão e trabalhadora.

(...) E daí por último agora (...) não tava ganhando mais nada (...). Foi tudo pra Solange [parente de Antônio]. Tava a Solange recebendo, eu não recebia nada... Que daí eu parei de trabalhar... E daí depois ele aumentou o salário dela. “Salário” [ironia]... Aquela mixaria lá... Aí ela começou a receber e eu não recebi mais nada... Era o Antônio que pagava, né? Tava pagando pra ela 130... O Doutor (...) queria registrar ele, fio. Ele não quis... Queria registrar eu, ele não quis... Então... O que que ia fazer? Ele [patrão] queria registrar e ele [Antônio] não quis, queria me registrar, não quis. Porque ele [Antônio] tava pagando o INSS meu e achou que ia perder tudo. Não ia, né? Ele continuava pagando... E se eu tivesse registrado lá, o acerto tinha dado mais. (...) Ele deu uma mixaria de acerto, 2 mil. (...) E eu também não fui, tinha que ter ido no sindicato, né? Mas como é que eu ia? Ninguém lembrou. Tinha que ter ido no sindicato, né? Sindicato do Trabalho, né? Acho que é. Ou é no Ministério? (...) Daí tinha que ir lá fazer a conta. 4 ano nós ficemo lá... Essa foi a segunda vez [2014-2018], né? Daí a primeira vez ficemo 2 anos [2005-2007]... (...) agora da última vez ficemo lá 4 ano, então dava mais... daí ele [Antônio] não quis registrar, nem eu e nem ele, então... ficou naquilo. (DORACI, 2022)

Citada por Doraci, Solange tem parentesco com Antônio, ele era seu tio-avô. Solange morava no município de Barbosa Ferraz, no norte do Paraná. Foi convidada para vir trabalhar junto com ele na chácara. Ao passo em que a artrose de Doraci ia se desenvolvendo, as tarefas desempenhadas por Doraci na propriedade do Doutor foram se tornando cada vez mais difíceis, chegando ao ponto de não conseguir realizá-las. Nesse sentido, Antônio convidou Solange para que morasse junto com eles e passasse a se responsabilizar pelas tarefas que antes do adocimento Doraci desempenhava.

A insatisfação demonstrada por Doraci com a vinda de Solange me parece muito significativa. Quem pagava a quantia de R\$ 100,00, o que com ironia chama de “salário”, era na verdade o próprio Antônio, seu esposo, e não o seu patrão, ao que parece uma exploração em cadeia, na qual Doraci possuía dois patrões, o Doutor que nada a pagava pelo seu trabalho e Antônio que a destinava o controverso “salário” diante do que embolsava de sua empregabilidade definida com o Doutor (uma relação de trabalho entre homens, ainda que dissesse respeito a outras relações de trabalho como as desenvolvidas por Doraci). E, se isso não bastasse, com a vinda de Solange, Antônio deixou de pagar Doraci e alocou integralmente sua remuneração para Solange, com um acréscimo de R\$ 30 reais, totalizando a “mixaria lá” de R\$ 130,00, mais moradia e alimentação, para ela e seu filho.

Sem remuneração e vendo seu esposo valorizar mais o trabalho de Solange do que o seu, conseguimos entender de onde vem a insatisfação e o sentimento de injustiça expresso na



narrativa de Doraci, que mesmo debilitada por sua condição de saúde, ainda continuava trabalhando em casa, cozinhando, lavando, passando roupa, limpando a casa, porém, sem o reconhecimento afetivo e monetário de seu esposo.

Por estar com sua mobilidade comprometida para o trabalho e não conseguir visualizar outra possibilidade de movimentação social, considerou que essa situação de dependência envolvendo Antônio e seu patrão era necessária.

Solange, por outro lado, em 2016, com aproximadamente 30 anos, tendo um filho adolescente que ficou no município de Barbosa Ferraz e outro recém-nascido de 6 meses que trouxe para Cascavel, viu no convite de Antônio uma possibilidade de alterar sua condição e visibilidade social, ainda que isso significasse um dos filhos ser deixado para trás com parentes, ou mesmo dirigir-se para Cascavel por intermédio de um familiar idoso sem ter muito claro como iria viver nesse local tendo um bebê para cuidar.

Sobre a situação de Solange antes da mudança para a chácara do Doutor pouco foi esclarecido por Doraci. Fora as indicações acima, Doraci narrou que “ninguém tava dando mais valor pra ela [Solange]... Então daí ela veio” (DORACI, 2022) – quase sugerindo que moralmente ela não tinha como permanecer naquelas relações em Barbosa Ferraz. Sei que ela, assim como Doraci, não terminaram a escolarização, e nós trabalhadores sabemos das limitações que tal condição impõe nas possibilidades da busca por uma melhor condição para viver sem escolarização e/ou cursos para disputar vagas de trabalho. Somado a isso, a condição de desempregada e mãe solteira com dois filhos, sendo um deles recém-nascido, pressiona para que o referido “convite” para vir trabalhar em outra cidade, inclusive longe de seu filho adolescente, contando apenas com a “mixaria” de R\$ 130,00 expressa o grau de imprevisto e limites com que vivia.

Naquele momento, o salário-mínimo era cerca de R\$ 880,00 e então podemos suspeitar das vulnerabilidades por que passava quando vê nessa proposta alterações possíveis de serem aceitas frente à sua condição de vida – algo que foi lido não só por ela, mas fundamentalmente por Antônio ao considerá-la uma alternativa para a vaga em aberto na propriedade. Pois, é diante de condições e modos de viver como esses que podemos dimensionar parte das desigualdades enfrentadas por trabalhadoras como Solange e como elas são visualizadas e tratadas não só na confrontação classista e de valores, mas na dinâmica das relações entre os próprios trabalhadores.

Sobre a relação entre Antônio e o Doutor, o trecho em destaque nos propõe alguns elementos para discussão. Doraci narrou que o Doutor “queria registrar e ele [Antônio] não quis, queria me registrar, não quis”, e como consequência disso, para além das condições de

trabalho que ela indicou, teve um acerto de R\$ 2.000,00 que considerou uma “mixaria”, visto que atualmente avalia que o acerto poderia ter sido muito maior se sua carteira de trabalho tivesse sido assinada durante os 6 anos, divididos em dois momentos, em que trabalharam para o Doutor. Inclusive, destaca que até se arrepende de não ter ido ao “sindicato” ou no “ministério”, locais onde *a posteriori*, depois de conversar sobre sua situação com outras pessoas e uma advogada que lhe auxiliou na obtenção de sua aposentadoria por invalidez, avaliou que nessas instituições conseguiria se instrumentalizar e exigir o que considera seus direitos, mesmo ponderando não ter condições, “mas como é que eu ia?”. Posteriormente, retornarei a esta questão.

Como narrou Doraci, Antônio não quis registrar nem ele próprio e nem ela, mesmo o patrão oferecendo essa possibilidade – oscilando entre uma benevolência patronal e os receios de punições trabalhistas. A negativa de Antônio não foi motivo para a dispensa dos dois, mesmo sendo uma obrigação legal assinar a carteira dos trabalhadores, ao contrário, tal entendimento facilitou a economia do patrão com os gastos trabalhistas, onde até mesmo na fala de Doraci fica subentendido ele não ser plenamente responsável pelas negligências trabalhistas.

Não considero nenhum exagero, embasado na narrativa de Doraci, que o Doutor tenha ofertado a possibilidade de um contrato de trabalho regulamentado, talvez mais pelo medo de uma possível judicialização, do que por algum tipo de dever cívico ou sentimento de justiça para com o casal, haja vista o agravamento dos problemas de saúde de Doraci. Parece mais que se aproveitou de sua posição e dominação de classe para garantir os menores custos possíveis para manter seu espaço de lazer campestre, mesmo isso incorrendo no risco latente de ser processado.

É possível que o Doutor ao perceber as limitações de Doraci (por exemplo, ao não conhecer e poder acionar as instituições que historicamente são acionadas pelos trabalhadores para reclamarem seus direitos; e de Antônio, ao achar que a carteira assinada prejudicaria o processo de aposentadoria), avaliasse como mínima a possibilidade de sofrer algum processo trabalhista.

Mas, durante a entrevista, a explicação de que Antônio não aceitou registrar sua carteira por medo de dificultar a aposentadoria não me parecia fazer muito sentido. Parecia uma explicação que não dava conta do tamanho do impacto que isso resultaria em suas vidas, afinal, um contrato de trabalho, com horas de trabalho delimitadas, férias, décimo terceiro e outras garantias, mesmo pagando o salário-mínimo, a meu ver, já seria mais vantajoso frente às condições narradas por Doraci. Pelo que ela já havia narrado, comecei a especular algumas

coisas sobre a relação mantida entre Antônio e o Doutor e formulei para ela a seguinte questão “Por que você acha que ele tinha essa relação com o Doutor?” e ela me respondeu:

**Doraci:** Eu não sei, ele puxava muito o saco... Ele era muito... agradava demais... Tudo bem, né, fio? Respeitar eu concordo, respeito em primeiro lugar, respeitar tudo, fazer as coisas que tem que fazer, né? Ali dar um cafezinho e tal. Mas [o Antônio] era demais... era muito puxa (-saco), agradava demais. Portanto, quando ele ficou doente, o homem não tava nem aí...

**Leonardo:** E quando você ficou doente também ele não ficou nem aí, né!?

**Doraci:** Não! O Antônio ainda quando eu preci... que bem ele pediu pra dar uma força pra gente. O Antônio deu 500 reais pra ele...

**Leonardo:** Como assim?

**Doraci:** Deu... de gorja. Gorjeta. Porque ele ajudou lá (no hospital) pra mim fazer a cirurgia do quadril... coisa que nem precisava.

**Leonardo:** O Antônio pagou pro Doutor porque você tava doente?

**Doraci:** Pra mim fazer a cirurgia do quadril logo...

**Leonardo:** E o Doutor aceitou?

**Doraci:** Pegou, daí descontou do salário, 500 reais... Não era obrigação fazer isso, né?

**Leonardo:** Claro que não.

**Doraci:** Então ele deu pra ele. Ah! O Doutor véio... Humm! Sabe como que era, né? Não rejeitava nada, aquele lá é só “venha a nós”. Mas vamo fazer o quê? O Doutor... Hum! O Doutor, se ele puder tirar mesmo, ele tira! O outro que tá lá (o trabalhador que passou a prestar serviço na propriedade depois que Antônio faleceu) arrumou clínica pra mulher aqui (em Cascavel)... Decerto, será que o outro deu também 500 reais? Aí tá a pergunta, né?

**Leonardo:** Acho que não...

**Doraci:** Eu também acho que não... Aquele lá, pr’aquele (...) lá, ele arrumou. O Antônio tava morrendo em pé lá e ele não pegou o home e não trouxe no médico aí (em Cascavel)... O Antônio tava trabalhando... teve dia até debaixo de chuva, daquele jeito que tava... Paciência, agora já foi também... (DORACI, 2022)

Isso me fez avaliar que, talvez, eu esteja sendo injusto em algumas partes com Antônio. Doraci narrou que era característico da relação entre Antônio e seu patrão o que ela chamou de “puxa-saco”, em um nível que ela acha exagerado. Por experienciar essa relação de desigualdade e dependência, ela compreende o antagonismo presente entre patrão e trabalhador, sabe que por sua condição de classe, em alguns momentos é necessário “respeitar” quem não a respeita ou até “dar um cafezinho” fora do expediente para o patrão.

Mas, em sua visão, as situações a que Antônio se colocava eram “demais”. Provavelmente, eram mesmo e as situações por ela narradas reforçam isso, mas acho necessário fazer alguns apontamentos sobre a condição de classe de Antônio e de um conjunto expressivo de trabalhadores, para então discutir as possibilidades visualizadas por ele e refletir sobre a consciência construída em sua experiência acerca dessa subalternidade. Nesse sentido,

vejo que outras movimentações de trabalhadores em uma condição de classe compartilhada ajudam a compreender as posturas de Antônio.

Em Cascavel, em uma temporalidade próxima da qual analisamos a experiência de Doraci, o jornal *O Paraná* produziu algumas reportagens durante o ano de 1999 chamando atenção para os índices de desemprego entre os trabalhadores da região Oeste do Paraná, principalmente na cidade de Cascavel e seus arredores. Foi comum encontrar em seu interior, particularmente no caderno “Cidades”, reportagens que apresentavam a condição de trabalhadores desempregados a partir de um conjunto de nuances e efeitos em suas vidas do que chamaram de “crise” e noutros momentos de “recessão”. Folheando esses jornais me deparei com a reportagem a seguir, da edição do dia 5 junho, que me remeteu às práticas de Antônio e o que vislumbrou na manutenção do trabalho com o Doutor.

#### Crise obriga idosos enfrentar trabalho pesado

A recessão que tem provocado índices de desemprego nos grandes centros urbanos tem endurecido a rotina de trabalhadores como seu Angelo Pozoni, que é obrigado a dar duro de oito a dez horas por dia apesar da idade avançada. Com 70 anos e 12 filhos, Pizoni diz que a aposentadoria não é suficiente para atender todas as necessidades da casa e por isso ainda trabalha para ajudar a garantir o futuro dos filhos menores.

Seu Angelo é dono de meio hectare de terra em Bragançana, localidade distante cerca de um quilômetro do perímetro urbano de Braganey [61Km de Cascavel]. A área é ocupada com arroz e milho.

A colheita dos 40 quilos de arroz que a safra vai render é manual e o manguá (ferramenta artesanal formada por duas estacas unidas por uma corda) é usado para separar os grãos dos pés de arroz.

O serviço é pesado, exige força e jeito, mas seu Pizoni não desiste e se orgulha de até agora, aos 70 anos, ter encontrado energia para trabalhar e sustentar a família.

Outro exemplo de garra e coragem vem de Campo Bonito [75Km de Cascavel], terra de seu Jesus Gonçalves, 79 anos, pai de 11 filhos. Morador da localidade de Alto Lageado, distante nove quilômetros do perímetro urbano, Jesus desloca-se de cavalo duas vezes por semana até a cidade para comprar mantimentos. “Trabalhei muito na vida e apesar da idade avançada não consigo parar, sempre tem alguma coisa pra eu fazer. E o pior é que quanto mais a gente trabalha, mais pobre fica. Minha sorte, é que lá em casa ninguém reclama de pegar pesado”.

Maduro, seu Jesus reclama da falta de uma política séria que estimule a mini e pequenas propriedades rurais e que garantam mais dignidade à comunidade rural. “Essa é a parcela da população brasileira que mais trabalha mas que, infelizmente, é tratada com o maior descaso.”

#### Receio com o futuro

Em função do peso dos seus quase 80 anos, o idoso diz que não espera muito da vida e teme pelo futuro dos mais moços. “Do jeito que a coisa vai, é difícil prever como isso vai terminar”. (CRISE OBRIGA..., 1999, p. 14)

Essa historicidade, que se apresenta com trabalhadores se confrontando com pressões e limites de classe, faz com que eu retome a trajetória de Antônio. Antes de viver com Doraci, ele foi casado com Maria, entre os anos de 1980 e 1990 e possuíam um sítio no município de Guaraniaçu, aproximadamente 60 km de Cascavel, onde Antônio era encarregado dos afazeres na terra, enquanto Maria administrava um bar na cidade de Cascavel.

Maria faleceu em 1998 e o sítio foi vendido e dividido entre seus filhos e Antônio, que passou nesse mesmo ano a morar pagando aluguel em Cascavel. Mesmo recebendo pensão pela morte da esposa, entre os 50-60 anos de idade, trabalhava esporadicamente em sítios da região como boia-fria e, na cidade, ora ou outra se estabelecia como servente de pedreiro, em serviços que eram indicados por conhecidos.

Assim como Antônio, que recebia mensalmente o benefício do INSS, Ângelo, da matéria indicada acima, continuou a trabalhar porque a quantia recebida não era suficiente para suprir o que entendia como necessidades de uma família com 12 filhos. Além disso, com seus filhos mais velhos enfrentando dificuldades para conseguirem trabalho, a reportagem ressalta como perseverança e “orgulho” do trabalhador assumir postos de trabalho frente às dificuldades que a “crise” vinha causando à sua família – ou seja, a desigualdade não tinha como ser apaziguada porque ela vinha de fora das relações, de uma crise externa em que ninguém tinha responsabilidade, cabendo aos trabalhadores perseverarem – eximindo o Estado ou qualquer um de nós sobre tal realidade social.

O destaque dado pela reportagem para a ferramenta “manguá” e o modo não mecanizado como o trabalhador lidava com o seu “meio hectare de terra”, em contraste ao mar de soja preenchendo o horizonte que o cerca, compõem a imagem de um trabalhador que é resiliente frente aos problemas de sua condição de classe, em meio a uma “crise” de desemprego entre os trabalhadores, mesmo as mais difíceis como a de uma família extensa que financeiramente é dependente de um senhor de 70 anos de idade.

O mesmo procedimento é estabelecido ao trazer Jesus, com idade de 79 anos se locomovendo “a cavalo” por 9 Km até a cidade. Pai de 11 filhos, o trabalhador é qualificado pelo jornal como corajoso e aguerrido. Formulações que tentam espetacularizar essas experiências, como se fossem esporádicas e aleatórias, ou mesmo marcas de uma individualidade que valora positivamente o trabalho. Entretanto, cerca de 24 anos depois dessa matéria, conversando com Doraci, quando rememorava desigualdades e sentimentos de exploração que ainda são compartilhados socialmente entre muitos trabalhadores, vejo como esses aspectos e circunstâncias ainda se enredam na vida dessas pessoas.

Duas fotografias dos trabalhadores acompanham a referida reportagem, trazendo, como legenda, as visões que para o meio de comunicação marcaram o contato com tais sujeitos.

Imagem 1 – “Crise obriga idosos enfrentar trabalho pesado”



Fonte: CRISE OBRIGA... (1999, p. 14)

Mas, mesmo em uma reportagem que romantiza a exploração e expropriação, folclorizando seus modos de vida, é possível perceber outros sentidos que extrapolam a intencionalidade dos jornalistas. Jesus não trabalha aos 79 anos de idade porque é orgulhoso, aguerrido ou corajoso, mas sim porque “apesar da idade avançada” não consegue parar, “sempre tem alguma coisa pra eu fazer”, é, portanto, para ele uma necessidade. A compreensão de que “quanto mais a gente trabalha, mais pobre fica” é representativa da consciência social de vários outros trabalhadores que compartilham de uma condição de classe que se materializa nesses limites, à margem dos possíveis avanços e rentabilidade do capitalismo no campo. Com lamento e amargor reconhece, “trabalhei muito na vida”. Uma indicação que não lhe garantiu aproveitar de sua aposentadoria, uma vez que monetariamente não trouxe estabilidade em sua velhice – não lhe absolvendo de ter que continuar trabalhando.

A formulação que faz de que “minha sorte, é que lá em casa ninguém reclama de pegar pesado”, lembrou-me Antônio e a sua necessidade de ter alguém para dividir as tarefas na chácara do Doutor em 2005 e depois em 2016, quando com mais de 70 anos de idade, não



dando conta de realizar todas as atividades da chácara, inclusive porque Doraci estava adoecida, e vendo seu modo de vida posto contra a parede, viu na indicação de Solange, uma mulher que lidava com a pressão de prover condições para criar seu filho recém-nascido, a possibilidade de manutenção de sua limitada renda e arranjo social. Não quero afirmar que a ideia de a convidar tenha sido somente por interesse pessoal, afinal, ela era também filha de sua sobrinha e, talvez, se importasse com as dificuldades que estava vivendo em Barbosa Ferraz. Mas que a vinda dela garantiu, ao menos por um tempo, sua permanência na chácara do Doutor, isso posso indicar.

Talvez, não esperasse que isso geraria conflitos em casa com Doraci. Mas que outra possibilidade ele teria? Ele poderia ter chamado outro homem para lhe ajudar na chácara? É bem possível, mas será que algum homem – diante das práticas costumeiras estabelecidas em nossa sociedade – aceitaria trabalhar em troca de moradia e R\$ 130,00 ao mês como fez Solange, naqueles idos da primeira década do século XXI?

Condições que me fizeram retomar o final da década de 1990 novamente. Outra reportagem de 1999 nos auxilia a pensar a condição de classe de trabalhadores que assim como Antônio não pararam de trabalhar, mesmo depois de chegarem a uma idade mais avançada, ou mesmo seguindo de uma cidade a outra, de uma relação de trabalho a outra. Em 2019, quando ainda fazia o Trabalho de Conclusão de Curso em História e buscava discutir experiências de trabalhadores que lutavam por moradia na cidade de Cascavel, encontrei na publicação do dia 25 de maio de 1999 do jornal *O Paraná* outras reportagens dessa natureza, que assim como a anteriormente discutida, buscavam apresentar nos seus termos as dificuldades que alguns trabalhadores enfrentavam na cidade. Novamente, acompanhando o texto há uma fotografia dos referidos trabalhadores:

#### Casal de idosos ameaçados de despejo

Com a ordem de despejo emitida pela Justiça, solicitando a desocupação da casa nº 111 da rua Altemar Dutra, no conjunto habitacional Bela Vista, em Cascavel, o casal Joaquim Onório dos Reis, 61, e Margarida de Sena dos Reis, 56, está fazendo um apelo à comunidade para ajudá-lo a conseguir um local pra morar.

“Somos pessoas com idades avançadas; não temos emprego; não temos aposentadoria; não temos para onde ir”, disse Joaquim, que apresenta dificuldades de audição e de fala.

Ele conta que em 1992 trocou com um pastor de sua igreja o lote em que morava, na rua Gaspar Dutra (próximo ao cemitério central), pela casa de onde está sendo ameaçado de despejo.

“Enquanto tive emprego, consegui pagar a prestação (atualmente de R\$ 42,00) até 1994. A partir desse ano, não consegui arranjar mais trabalho, parei de pagar e a Caixa Econômica Federal acabou leiloando a casa no ano

passado. Semana passada me deram prazo até dia 30 deste mês para a desocupação”, disse.

Antônio Meira, vizinho do casal, informou que os idosos só não passam fome devido à solidariedade dos moradores. “Nós ajudamos com comida, remédios e muitas vezes levamos ao médico. Se para uma pessoa jovem já está difícil arrumar emprego, imaginem para esse casal de idosos?”, questiona Meira. (...) (CASAL..., 1999, p. 9)

Imagem 2 – “Casal de idosos ameaçados de despejo”



Fonte: CASAL... (1999, p. 9)

O casal se utilizou do espaço no jornal O Paraná para difusão da denúncia que pretendiam fazer, mas junto a isso tinha os propósitos da própria imprensa, que naquele ano estava dedicando algumas reportagens de seu caderno “Cidades” para demonstrar os efeitos da “crise” – avalizando certas dificuldades da gestão municipal em equacionar tais tensões sociais, envolvendo morar e se manter em Cascavel. Joaquim e Margarida buscaram emergencialmente alguma alternativa frente a ordem de despejo referente à moradia que mantinham no Conjunto Habitacional Bela Vista. Fazendo “um apelo à comunidade” que possivelmente teria acesso àquela matéria e se sensibilizariam, quiçá iriam “conseguir um local para [eles] morar[em]”. O casal se esforçou para narrar à(o) jornalista suas dificuldades e o encadeamento de fatos que os levaram àquela situação.

Nesse sentido, destacam que possuem “idades avançadas”, que se debatem com o desemprego, que não possuem outra forma de renda, como a aposentadoria, além de possuírem “problemas com audição e fala”, principalmente pensando em suas possibilidades

de empregos na cidade, estes seriam fatores que eliminariam grande parte das possibilidades de trabalho. A escolha, que pode ou não ter sido do(a) fotógrafo(a), de retratar a parte de fora da casa, na frente, com os trabalhadores juntos de caixas de papelão e seus pertences, sugerem ao leitor uma preparação para a mudança e ajudam a compor a urgência do pedido do casal que precisa de uma nova moradia.

A troca de casa, que a partir da publicação não conseguimos compreender suas motivações e circunstâncias, realizada com o Pastor da igreja que frequentavam, levou-os a morar no Conjunto Habitacional Bela Vista, localizado no bairro Brasília, região mais afastada do centro de Cascavel e visada por trabalhadores que buscam uma moradia com preços mais acessíveis. No entanto, a localidade descrita pela reportagem no bairro Maria Luiza, onde residiam antes da troca com o pastor, é uma das mais valorizadas pela especulação imobiliária. Ao rememorar minhas andanças por esse bairro entre 2002 e 2015, quando ainda morava em Cascavel, retomo a imagem que fiz dessa região, com ruas asfaltadas, pavimentadas e grandes casas com trabalhadoras limpando os vidros e calçadas.

Ao consultar uma das imobiliárias que atuam em Cascavel, mas também em praticamente toda a região Oeste do Paraná, ela descreve o bairro Maria Luiza como aquele “que conquistou os cascavelenses”, ao mencioná-lo em seu “Guia de Cascavel: melhores bairros para morar”. Na segunda colocação entre os bairros da cidade, perdendo somente para o bairro Centro, a imobiliária o classifica como “Tranquilo, grande parte residencial, seguro – inclusive com muitos modelos de residências sem grades/muros, e com forte presença da associação do bairro, que organiza a vizinhança em prol do crescimento e segurança coletiva.” (LOCATELL IMÓVEIS, 2022).

Essa é uma grande discrepância com o bairro para onde o casal de trabalhadores veio a morar e que depois foram despejados. Considerando as imagens disponíveis no *Google Street View* do endereço mencionado na reportagem, é possível ver que a rua não foi asfaltada, ao menos até o ano de 2011, dezenove anos após a referida troca de casa com o Pastor, o que me fez imaginar que ele agiu de forma no mínimo questionável ao fazer tal negócio com os trabalhadores da reportagem.

Uma “forte presença da associação de bairro (...) em prol do crescimento e segurança coletiva” que o casal Joaquim e Margarida não encontrou enquanto moravam neste bairro, mas somente junto de outros trabalhadores do conjunto habitacional que se identificaram com as pressões de classe comuns a certos trabalhadores de Cascavel, os quais se solidarizaram com o casal, ajudando-os com “comida”, “remédios”, idas ao “médico”, além da busca junto

ao jornal pela visibilidade das condições em que viviam e, quem sabe, alguma ajuda por parte de seus leitores e Poder Público.

E, por tudo isso, acredito ser essa a intenção destes trabalhadores ao narrarem sua situação em busca de alguma condescendência do público leitor do jornal, composto por comerciantes e empresários, além daqueles que também se sensibilizariam ao lerem suas narrativas em balcões e salas de espera em estabelecimentos comerciais da cidade.

Antônio Meira, um dos vizinhos do casal que estava auxiliando-os “com comida, remédios e muitas vezes levamos ao médico” e que possivelmente foi o responsável por indicar o casal para a equipe do jornal, destaca que “já está difícil arrumar emprego” e questiona “imaginem para esse casal de idosos?”. Ele elabora essa compreensão apontando um horizonte de possibilidades limitado para os trabalhadores que compartilham de uma condição de classe semelhante aos sujeitos da reportagem, além de indicar a sua própria, ao compará-los com aqueles trabalhadores que assim como ele enfrentam dificuldades de conseguir empregos. Uma consciência próxima de Jesus Gonçalvez (apresentado na primeira reportagem trazida nesse capítulo), onde este trabalhador frente às dificuldades de seus filhos, analisa suas possibilidades de aferir renda e, desesperançoso, indica que “teme pelo futuro dos mais moços”.

Retornando à matéria onde Joaquim e Margarida protagonizam o debate sobre modos de viver em Cascavel, o trabalhador também apresenta esse ar de desesperança e lamento pela ausência, inclusive, de laços afetivos que lhe dessem o amparo em momentos como esse. Joaquim destaca qual é sua expectativa e as possibilidades que o casal visualiza após a efetivação da ordem de despejo:

O idoso Joaquim disse que não conta com ajuda de nenhum dos filhos e diz estar esperançoso de conseguir uma chácara para morar com a sua esposa. “Estive conversando com uma promotora no Fórum e ela disse que vai tentar arranjar uma chácara pra gente morar, cuidar e até plantar, porque não podemos é ter que morar na rua” (CASAL..., 1999, p. 9).

Aos 61 anos, apresentando “dificuldades de audição e de fala”, com a moradia comprometida para os próximos dias e podendo até “ter que morar na rua” e há anos sem sucesso em conseguir algum emprego, Joaquim, assim como Antônio [marido de Doraci], viram como possibilidade de sobrevivência em Cascavel cuidarem de alguma “chácara”. Um horizonte que é compartilhado ao serem preteridos em processos seletivos nas empresas e, pela idade, não conseguirem mais desenvolver na intensidade necessária trabalhos como de servente de pedreiro ou serviços como boias-frias – práticas comuns expressas na trajetória

desses sujeitos. Como nos evidencia a experiência de Antônio, que aos 63 anos, conseguiu através de um amigo proprietário de uma loja de roupas de Cascavel, a indicação para trabalhar na chácara do professor e doutor cardiologista. E assim como ele, Joaquim e Margarida viram no modo de vida da classe média de Cascavel, uma possibilidade intermediada pela promotora de justiça para “morar, cuidar e até plantar”.

Dessa forma, temos uma visão sobre algumas pressões que incidiam na consciência de Antônio ao chamar Doraci para compartilhar essas relações de trabalho e viverem na chácara do Doutor. Os “puxa-saquismos” de Antônio que incomodaram Doraci recebem outro significado quando, a partir de experiências de trabalhadores como os destacados anteriormente, avaliamos suas possibilidades em meio àquele momento histórico de fins do século XX e início do século XXI. Os trabalhadores das reportagens nos evidenciam um horizonte espinhoso para grande parte dos trabalhadores daquela dinâmica social, em especial para os que compartilhavam a condição de classe de Antônio.

Ao avaliar a idade avançada e as inconstâncias que margeavam seu modo de vida, Antônio se empenhou em buscar uma casa própria na cidade em 1998, uma vez que sua única fonte constante de renda era a pensão de um salário-mínimo que recebia pela morte de sua esposa. Então, em 2005, a forma que viu como possibilidade para alcançar tal propósito foi submeter Doraci e ele às condições de trabalho que vimos na narrativa de sua esposa no início deste capítulo.

Mas, como foi evidenciado, a convivência não foi harmoniosa, não somente com o Doutor, mas entre Antônio e Doraci tanto nesse início como uma década depois em 2016, com a vinda de Solange e a readequação da parceria do casal.

Em outra passagem da conversa com Doraci, ela trouxe mais algumas controvérsias dessa relação e de sua posição nesse processo de tomada de decisões, particularmente ao tratar das práticas construídas por Antônio ao lidar com certas pressões, ambições e expectativas.

**Doraci:** É... [Antônio] não era acostumado com criança. Então... por isso que você ficou com a Eli... por isso que você ficou com a Eli, porque ele não quis! Pra falar a verdade ele não quis você junto.

**Leonardo:** (...) Por que depois ele não teve problemas com isso, né? Por que que naquela época ele tinha?

**Doraci:** Porque... ele achou que... na cabeça dele tinha que trabalhá!(...) não era pra gente ter outros cuidado, né? Você era criança... (...) Que daí criança, no dizer dele, “adoece... fica doente... tem que ir pra escola”. Tem escola lá, só que... e tinha ônibus também. (...) Porque na verdade ele te rejeitou né, fio? Ele te rejeitou e aí aceitou aquele outro piazinho, lá. Coitadinho, ninguém tem culpa, né? Por que que você ele rejeitou e o outro lá ele aceitou?... Mas eu acho que depois de tudo ele se arrependeu. Se arrependeu porque quando

ele tava internado lá, você ficou lá com ele também. E a outra lá (Solange)... veio cuidar dele aí? Veio nada. E também nem podia, né? Que aquele piá era um grude. Mas é o que eu falo, quem mais faz, menos merece... E é isso. (DORACI, 2022)

Quando em 2005, momento em que conheceu Antônio e decidiu ir com Antônio trabalhar na chácara do Doutor, seu único filho de 7 anos ficou aos cuidados de sua irmã Eli, que morava na cidade de Cascavel. O desconcerto de Doraci ao retomar tal processo se dá porque o mesmo argumento utilizado por Antônio para justificar a separação de seu filho não foi aplicado anos depois quando Solange trouxe consigo o seu filho recém-nascido. Justificativa que ela até contesta ao avaliar que “tinha escola” e, portanto, havia a possibilidade de que eu pudesse estudar morando com eles na chácara.

Ao pensar aquela oferta de trabalho como uma oportunidade que não poderia ser desperdiçada e evitando qualquer coisa que pudesse interditar sua relação com o Doutor e acarretar uma possível dispensa, Antônio, ao menos nos anos iniciais em que trabalhou na chácara, avaliou que uma criança poderia atrapalhar a dedicação exclusiva pretendida naquele trabalho.

Mesmo não sendo “acostumado com criança”, ele sabia que elas demandam gastos e cuidados especiais, que vão desde idas ao médico, que significariam um deslocamento de no mínimo 23 Km da chácara, no perímetro urbano de Cascavel, em dias que comprometeriam o serviço, até a rotina escolar e demais obrigações como seu responsável. Vendo que Doraci tinha a possibilidade de deixar seu filho com sua irmã, o trabalhador convenceu a mãe da criança e a irmã de Doraci, separando-os desde então. Assim, Antônio lidou com as pressões de classe de uma forma bastante controversa, definiu que aquela relação com Doraci só poderia ter continuidade caso essa decisão fosse mantida, associando necessidades materiais e afetivas para que deixar seu filho para trás fosse o que devia ser feito.

Porém, em 2016, cerca de uma década após essa avaliação, com 71 anos, enfraquecido por um câncer que nem sabia que possuía e sua esposa incapaz de realizar seus trabalhos, ele aceitou Solange na chácara, apesar de seu filho, mesmo sem o vislumbre da possibilidade de chamar somente a mãe da criança. Isso causou revolta e sentimento de injustiça em Doraci, vendo a confirmação de que a separação de seu filho não era tão necessária como seu esposo fez parecer.

No início deste capítulo, havia prometido retornar ao ponto em que Doraci pensou em entrar na justiça e lutar por seus direitos trabalhistas. Assim como ela, em 2019, momento no qual realizei algumas entrevistas com trabalhadores no Loteamento Wilson Gonçalves,

algumas das mulheres entrevistadas narraram sobre suas experiências de trabalho na cidade, expressaram possibilidades de acionarem a justiça sobre situações por elas avaliadas como injustas. Valdete foi uma delas:

Eu entrei lá e fiquei 5 meses, saí de lá (do frigorífico) porque recebi uma proposta pra trabalhá de servente. (...) Foi aonde que eu machuquei meu joelho, que eu deveria ter recorrido, daí eu fiquei com dó, daí todo mundo “Ah, se você colocar a firma no pau, você vai se complicar, que daí mais pra frente você não vai conseguir mais serviço nenhum”, já fiquei com medo e nem coloquei. Estourei meus 2 joelhos, fiquei 30 dias em casa, vai fazer um ano. Daí sarei, voltei trabalhar, daí fiquei mais 8 meses e eles me mandaram embora... Que daí acabou a obra, né? Mas assim foi indo, cada obra que vai saindo eu entro, trabalho, aí quando acaba eles mandam embora. (...) Você faz ali o teu serviço, você se mata, você faz tudo e depois eles... quando acaba a obra eles mandam embora. Eu acho que assim, poxa, o cara tá com uma obra aqui, vai pegar outra ali, então já passa pra lá. (...) Continua com o mesmo funcionário, por isso que fica... Ó, você pode olhar na TV “Ah, tão precisando de servente”, tão! Tão precisando! Mas só que os cara vão faceira, chega lá, “Nossa, vou ficar um ano, dois ano nessa empresa”, não fica! É no máximo 8 meses, 1 ano, aí eles já mandam embora. Que daí acaba a obra, acaba o contrato, né? Aí a maioria vai embora. Aí fica tudo desempregado, por causa disso. (VALDETE, 2022)

Fizemos a entrevista em frente à sua moradia, no bairro 14 de Novembro, havíamos acabado de nos conhecer. Com 42 anos de idade e com um problema no joelho que a impedia de exercer a profissão de servente de pedreiro, última atividade que desempenhou antes de ser demitida, Valdete demonstrava preocupação frente à dificuldade de encontrar outro emprego. Antes de trabalhar na construção civil, Valdete trabalhou por 5 meses em um frigorífico da LAR, localizado no município de Cascavel, quando “recebeu uma proposta para trabalhar de servente”.

Trabalhava para empresas de construção que contratavam a maioria de seus funcionários em regime de trabalho temporário, cuja duração era atrelada ao tempo que restava para a conclusão da obra. Acabando a obra, o contrato era concluído e Valdete se tornava desempregada, tendo que novamente buscar na mesma empresa ou em outra, um novo emprego, “cada obra que vai saindo eu entro, trabalho, aí quando acaba eles mandam embora”. Após 5 meses de trabalho no frigorífico da LAR, viu na construção civil uma possibilidade que propiciaria uma melhora em suas condições de vida. Por alguns anos trabalhou desta forma, até que machucou seus joelhos enquanto trabalhava, causando dores muito fortes que a perturbavam, mesmo depois de meses do acidente.

A instabilidade da profissão é a maior queixa de Valdete. Ela não concorda com as dispensas que impedem a ela e a muitos outros trabalhadores a possibilidade de buscarem

aquilo que veem como necessidade para a vida na cidade. Como trabalhadora, ela se sente desvalorizada “você faz ali o teu serviço, você se mata, você faz tudo e depois eles... quando acaba a obra eles mandam embora”, e sugere como compreende uma postura mais justa frente aos esforços que ela e muitos outros trabalhadores da cidade desempenharam, “poxa, o cara tá com uma obra aqui, vai pegar outra ali, então já passa pra lá. (...) Continua com o mesmo funcionário”.

Esforços que durante o período de 8 meses em que teve de continuar a trabalhar com os joelhos machucados a custaram não somente a impossibilidade de exercer os trabalhos como servente, como também qualquer profissão que exija levantar pesos ou ficar em pé por longos períodos de tempo, condição presente no trabalho de desossa por ela realizado em outro momento no frigorífico da LAR. Assistindo a transmissão de jornal no horário do almoço, que informam aos trabalhadores sobre a existência de vagas de emprego, Valdete questiona o grande número de vagas de emprego apresentado e uma noção a ele atrelado de uma cidade em condições de plena empregabilidade, ou que para trabalhar em Cascavel basta o sujeito querer, “Ah, tão precisando de servente, tão! Tão precisando! Mas só que os cara vão faceira, chega lá, ‘Nossa, vou ficar um ano, dois ano nessa empresa’, não fica! É no máximo 8 meses, 1 ano, aí eles já mandam embora”.

Desempregada e impossibilitada de exercer grande parte das profissões das quais têm experiência, Valdete se arrepende por não ter posto a “firma no pau” e ter seguido as recomendações de outros trabalhadores, “você vai se complicar, que daí mais pra frente você não vai conseguir mais serviço nenhum”. Em face da situação, pensa que se tivesse levado a empresa à justiça poderia até perder o emprego e a possibilidade de trabalhar como servente novamente, porém, possivelmente receberia os auxílios de que tem direito e seu joelho estando bem seu horizonte de empregos seria mais abrangente se comparado ao que viveu no momento de nossa conversa.

Assim como Doraci, que chegou cogitar recorrer ao “sindicato” ou “ministério”, Valdete também se arrepende de não ter reivindicado na justiça seus direitos como trabalhadora. Ao narrar o argumento que a convenceu a não “colocar a firma no pau”, ela nos sugere o tamanho da desigualdade entre patrões e trabalhadores e algumas das pressões que compõem a condição de classe de trabalhadores e trabalhadoras de Cascavel com baixa escolarização e, por isso, necessitam se submeter a relações de trabalho ilegais, como no caso de Antônio, Doraci e Solange, ou trabalhos regulamentados com tempo determinado e de curta duração, como Valdete, além daqueles que a orientaram das consequências de exigirem seus direitos.



O sentimento de “medo” de ser marcada entre os patrões e não ter mais possibilidade de trabalho a fez trabalhar machucada durante meses, “você se mata, você faz tudo e depois eles (...) mandam embora”, também foi presente na relação de Antônio e o Doutor, ao se submeter, como narrou Doraci, com mais de 70 anos de idade e adoecido, a trabalhar “debaixo de chuva” para não correr o risco de ser dispensado.

Joana, outra trabalhadora entrevistada por mim, instiga-nos a compreender essa experiência social e os processos envolvendo trabalhadores e patrões que sinalizam para tal sentimento. Fizemos a entrevista em 2019 no Loteamento Wilson Gonçalves, em Cascavel, local conquistado pelos antigos trabalhadores que por aproximadamente 20 anos viveram em uma área ocupada no Jardim Gramado e em 2017 foram removidos em uma reintegração de posse. Joana não havia participado desse processo, ela vivia até 2018 no Município de Foz do Iguaçu, quando aceitou trocar de moradia com sua prima, que havia sido removida do Jardim Gramado e estava morando no Loteamento Wilson Gonçalves.

Com 57 anos e desempregada desde 2016, ela vivia com seu filho mais novo de 16 anos, que recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo a principal fonte de renda dos dois. Para complementar a quantia de um salário-mínimo que recebem pelo benefício, com dificuldades decorrentes de sua condição de saúde, que se agravou após um acidente em seu último emprego como auxiliar de limpeza de um supermercado na cidade de Foz do Iguaçu, a trabalhadora coleta materiais recicláveis pelas ruas da cidade para complementar a renda familiar.

Fiz a ela perguntas sobre os trabalhos que desenvolveu durante sua vida e o destaque maior foi dado ao seu último emprego, que se encerrou meses após o acidente, ou seja, destacou suas demandas do presente. Narrando sobre as dores e limitações que atualmente a afligem, principalmente em seus joelhos, braço e costela que a dificultam em seus deslocamentos, ela narrou sobre o processo trabalhistas que moveu contra a empresa de supermercado na qual trabalhava:

**Leonardo:** Mas você acha que pode ter sido por causa do esforço que você ficou assim?

**Joana:** Sim, não, eu caí.

**Leonardo:** Ah, você caiu. Se acidentou.

**Joana:** No elevador do mercado. (...) E recusou, tipo assim, ele [o patrão] não me deu auxílio... socorro de... o CAT [Comunicação de Acidente de Trabalho] não quiseram me dar. (...) Mas o médico mandou abrir [o CAT] e ele [o patrão] não quis. E eu não entendi nada, daí eu cheguei lá na firma daí eu falei pra ele, meu braço ficou desse tamanho ó, bem assim fechado, no terceiro dia não conseguia mais respirar. A informação que era que eu tava morrendo. Daí eu fui lá, daí o doutor falou pra mim, “Como que a senhora

“... tinha se machucado?”, daí falou pra mim que tinha dado lesão profunda, né? Por Deus que não quebrou, e daí falou assim “Como é que a senhora se machucou?”, “Trabalhando... as coisas do elevador caíram em cima de mim”. Vivia em manutenção aquele elevador, e quando eu baixei assim tinha um carrinho de não sei quantos quilos, acho que 60 ou não sei quantos, dois carrinhos de ferro, e quando eu descí assim, ele abriu a porta e não tinha porta, ele foi descendo assim e escorregou tudo em cima, daí eu caí empacotada no chão. Daí a testemunha, testemunhou no juiz e tudo o mais e até agora nada ainda. E nem vai sair eu acho, porque ele tavam apelando, diz que tavam subornando, os advogados. Já fui lá pro advogado e falei pra ele “Ó, se ele tá sendo subornado e ele não quer perder pro empregado de jeito nenhum”. Ah, e quando eu fiquei, daí quando eu fui lá, fiquei doente, ele [o patrão] disse “Ela vai mais na unidade UPA do que no trabalho”, daí eu acionei pra ele... o advogado do pessoal do Ministério do Trabalho, e ele [o patrão] brigava e discutia, daí eu escutei ele falar assim “Depois de 10 dias que eu fui reclamar”, tava com 3 dias. (...) Eu tinha a entrada do PAC e dos médicos, e daí o médico falou pra mim assim “Ó, a senhora se acidentou, a senhora corre lá, a senhora vai devagarinho, pede pra ele o papel de onde a Senhora trabalha e a Senhora assina que eles não quiseram abrir [o CAT] pra mim, negou”. (...) Cheguei lá [no patrão] no outro dia e ele falou assim pra mim “A senhora não é pra falar que foi acidente, se a senhora não põe eu no pau você encosta no INSS, o governo paga a Senhora e eu não tenho nada a ver com isso, e a Senhora tá indo longe demais”, porque fui lá. É isso que ele falou... É triste, então quem tá sofrendo sou eu, só vou apelar pro exame, e agora ele liberou o fundo de garantia pra mim, porque ele não deu baixa na carteira, daí ele [o advogado] falou pra mim, “você corre onde você tá e encosta, aí você consegue receber”. Espero eu, né?... Vou fazer o quê? Tem que ficar esperando, aguardando, né? (JOANA, 2019).

Mesmo se tratando de uma memória sobre um ocorrido em outro município e, portanto, aparentemente fugindo dos recortes propostos com esta dissertação, vejo sua narrativa representativa de experiências que configuram sentimentos como aqueles que encontramos nas narrativas de Doraci e Valdete. Trata-se de uma memória sobre uma experiência em Foz do Iguaçu, no entanto, ela é construída sob a luz das questões vivenciadas no momento de nossa entrevista em Cascavel. As dores e limitações que sentia em sua vivência em Cascavel estavam diretamente atreladas aos acontecimentos em Foz do Iguaçu, o mesmo acontece com as possibilidades que visualizava em relação a obtenção de sua aposentadoria que passavam pelo desenrolar de processos noutra cidade e de suas vulnerabilidades atuais.

Sua narrativa é representativa das desigualdades presentes em relações de trabalho que mesmo possuindo “carteira registrada” ainda é desfavorável aos trabalhadores. Joana se acidentou no dia 23 de dezembro de 2015 quando carrinhos de supermercado que estavam no elevador de cargas caíram em cima da trabalhadora. Machucada, ela continuou trabalhando até abril de 2016, quando solicitou um afastamento previdenciário por sua incapacidade para trabalhar.

Na Reclamação Trabalhista<sup>4</sup>, Joana buscou associar os problemas de saúde que enfrentava com o acidente ocorrido no elevador do supermercado, além de outras pedidos em caráter secundário que considerou serem injustos por parte do supermercado. A petição inicial da qual estipulou junto de seus advogados a quantia de R\$ 100 mil foram em maior parte perdidas para a empresa de supermercados, e como consta na “Sentença”, dentre todas as reclamações, os patrões foram somente condenados “ao recolhimento do montante não realizado” do pagamento do FGTS da trabalhadora.

Seu entendimento de que estavam “subornando” os advogados para lhe prejudicar é significativo de sua percepção sobre uma justiça que jamais será justa enquanto os sujeitos envolvidos estão em posições desiguais, seja para contratar as melhores defesas ou até para subornar testemunhas e advogados. A negação da abertura da CAT por parte do patrão foi fundamental para a argumentação da defesa dos patrões, pois como o próprio juiz após esclarecer seu entendimento sobre as distinções entre “acidente do trabalho” e “acidente *no* trabalho”, na “inconteste ausência de emissão de CAT”, restou-lhe somente “perquirir se presentes nos autos outros elementos indicativos do suposto acidente do trabalho”, e após sua avaliação, considerou justo rejeitar “a pretensa caracterização de doença do trabalho oriunda de acidente do trabalho típico, e, bem assim, a compensação por danos morais, pensionamento, e constituição de capital” (PARANÁ, 2016). Com a sentença desfavorável e incapaz de desenvolver os trabalhos que costumava fazer, visualizou como alternativa buscar a aposentadoria junto ao INSS.

A partir de sua experiência no tribunal podemos concluir que, muitas vezes, os valores que balizam o que é ou não justo para os trabalhadores não são os mesmos expressos nas leis e decisões dos juízes. A desfaçatez do patrão com o seu acidente e o tom de ameaça ao insinuar que Joana estava “indo longe demais” ao buscar justiça, ajuda-nos a recompor o universo no qual trabalhadores como Valdete que sentem “medo” e evitam colocar seus patrões “no pau”, ou trabalhadoras como Doraci e, controversamente Antônio, ao cederem seus direitos de um contrato de trabalho regulamentado por lei e, inclusive, levando-os a graves problemas de saúde posteriormente – tudo isso, diz de uma prática costumeira de abusos assombrando trabalhadores pelo receio de perderem a relação de trabalho com o Doutor, ou mesmo de mancharem sua imagem em outras relações enquanto “bons trabalhadores” a serem contratados.

---

<sup>4</sup> Ação Trabalhista 0000995-44.2016.5.09.0303 do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – 3ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu, com autoria de Joana contra a empresa de supermercado (PARANÁ, 2016).

Uma experimentação das desigualdades presentes em incursões através de tribunais, “ministério” ou “sindicato” contra seus patrões, e que configuram uma consciência social expressa no sentimento de “medo” e incerteza, em um horizonte de possibilidades de trabalho muito limitado e ancorado em relações que ultrapassam o saber fazer, principalmente entre aqueles com idades mais avançadas e baixa escolarização formal, inclusive afetando diretamente os relacionamentos familiares onde a dependência financeira e o patriarcalismo se fazem presentes como força motriz do campo de força desigual que percorrem.

No próximo capítulo, aprofundaremos a discussão sobre as tensões e possibilidades visualizadas por trabalhadores anteriores à efetivação de uma relação de trabalho. Antes mesmo de se empregarem, a tensão entre trabalhadores, patrões e outros trabalhadores é presente, e a entrevista com uma trabalhadora desempregada propicia um ponto de vista privilegiado da complexidade desse campo social e algumas tendências presentes na consciência social desenvolvida nestas relações.

## CAPÍTULO II

### TENSÕES E VALORES NAS LUTAS ENTRE TRABALHADORES E PATRÕES FRENTE ÀS VAGAS EM ABERTO

Enquanto estive em Cascavel, no início do ano de 2022, para a produção das entrevistas que compõem esta dissertação, pude gravar algumas conversas com trabalhadores que moravam nas redondezas da casa de minha mãe, onde fiquei por alguns dias, no bairro 14 de Novembro. Passando por algumas casas da região, deparei-me com Valdete, uma das que aceitaria gravar a conversa, ainda que no portão da casa onde morava.

Inicialmente, não consegui entender como sua narrativa poderia integrar a investigação, até porque havia sido nosso primeiro contato e tanto eu como ela não sabíamos da existência um do outro até aquele momento. Não saber nada sobre as pessoas com quem está conversando tornou a tentativa de seguir um roteiro de entrevista contraproducente, na medida em que certas perguntas não faziam sentido de serem direcionadas a ela e isso possivelmente nos afastaria nos momentos em que ela não soubesse o que responder. Desse modo, considerei adequado explicar de forma geral o tema da pesquisa “experiências de trabalhadores na cidade de Cascavel” e pedi para que ela narrasse sua trajetória enquanto trabalhadora nessa cidade.

A narrativa de Valdete se tornou representativa quando a percebi como expressiva da consciência de uma trabalhadora que, naquele momento, estava desempregada, lidava com os limites e pressões que compõem sua condição de classe e se movimentava em busca de melhores condições para viver na cidade. À medida que buscávamos nos conhecer, a problemática do desemprego se revelou como questão central de sua produção de memória, uma vez que isso lhe afligia naquele momento em 2022. A narrativa sobre sua trajetória foi significativa não somente de um ponto de vista particular sobre a situação por ela experienciada, mas salvo as desigualdades presentes entre os trabalhadores, suas impressões acerca do vivido e experimentado também compõem valores e horizontes de futuro, construídos, confrontados e compartilhados na dinâmica social.

Por sua busca e avaliação de alternativas em vistas de conseguir um emprego, sua narrativa traz uma compreensão do modo como trabalhadores desta cidade lidam com uma condição de classe que imprime a necessidade de trabalhar e, nesse enredo social, emergem valores e tendências que pretendo discutir a seguir.

Há um mês procurando emprego, desde dezembro do ano de 2021, Valdete estava reticente na escolha de um lugar para trabalhar. Com 42 anos de idade quando gravávamos a entrevista, dos quais sempre viveu em Cascavel, narrou uma grande diversidade de trabalhos desempenhados durante esse tempo. Sobre isso, chamo a atenção não tanto para quais ou quantos ofícios desempenhou, mas para as avaliações formuladas ao narrar por onde já havia trabalhado. As descrições que acompanham estas possibilidades de trabalho são ricas por evidenciar quais as características de trabalho por ela buscadas, antes e naquele momento.

**Valdete:** Olha, eu já trabalhei em fábrica de móveis, lixando, montando. Dali eu passei pra... fiz o curso de solda, trabalhei de soldadora uns 8 meses numa firma, e dali eu trabalhei (...) na embalagem, fiquei 4 anos numa firma de embalagem, só que a firma era lá em São João [distrito de Cascavel há aproximadamente 29 km], era pouco demais o salário, na época, quando tava trabalhando [lá] era 950 [reais]... Era muito pouco e não tinha benefício nenhum. Não tinha vale alimentação e era só o pagamento. (...) Você pegava o vale e já virava mínima coisa o pagamento. Daí saí de lá e fui procurar outro serviço melhor. (...) Daí eu saí de lá e entrei em trabalho de servente. Ganha mais ou menos, só que é um serviço muito puxado, não valorizam muito... o serviço que servente faz. (...) O pedreiro ganha mais porque ele entende, né? Erguer as parede tudo, mas no fundo no fundo, quem vira mais no serviço puxado é os servente. Daí eu trabalhei muito tempo e daí agora eu tive que sair porque não posso estar erguendo peso. (...) Por problema na coluna, tenho problema no joelho. Aí tive que sair. Agora tava trabalhando no lava car, daí. Aí, trabalhando no lava car, ali fiquei quase um ano ali no lava car. (...) Só que é pouco, né? 40 reais por dia... e tem que ainda levar marmita. Tem lugar que tem pra você esquentar marmita, tem lugar que não... Aí agora eu tô parada, vô ver se consigo um serviço pra mim, aí. (VALDETE, 2022)

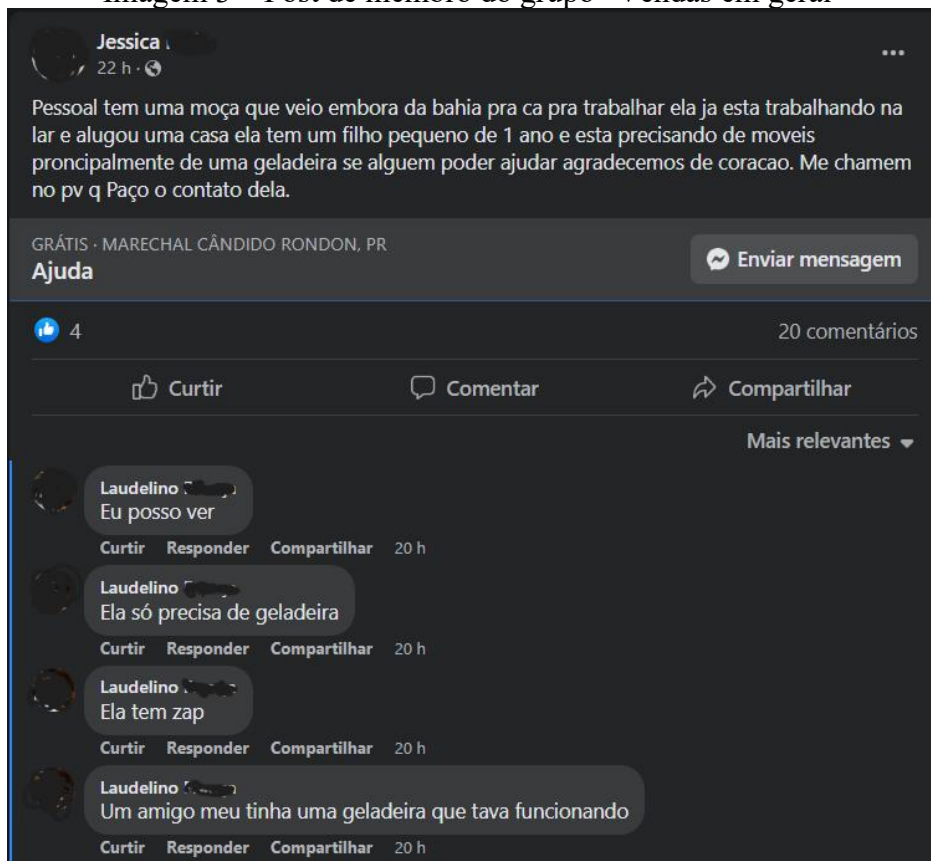
As atividades por ela desempenhadas informam sua condição de classe e uma experiência marcada por várias trocas de trabalhos e localidades de moradia em Cascavel, mas é preciso contextualizar sob quais condições as construiu nestas memórias. Valdete morava junto de uma amiga, a qual era a proprietária da casa localizada no bairro 14 de Novembro e estava há aproximadamente um mês sem a remuneração de 40 reais por diária que recebia de seu último trabalho em um lava car daquele bairro. As despesas da casa (alimentação, energia elétrica, remédios, água, gás de cozinha, dentre outras) eram pagas por sua amiga aposentada pelo INSS, por possuir doença autoimune. A qualidade do vínculo afetivo construído entre as duas trabalhadoras permitiu com que Valdete, mesmo desempregada, selecionasse com um pouco mais de tranquilidade as vagas e decidisse ficar desempregada a aceitar trabalhos por ela descritos com baixos salários, raros benefícios,

distantes de sua moradia, pouco valorizados socialmente e, em alguns casos, insalubres por sua atual condição de saúde, que a impede de exercer atividades que demandem esforço físico.

O auxílio de sua amiga a desobrigou de priorizar a busca por um trabalho para garantir um local para morar na cidade e pagar aluguel, como tantos outros trabalhadores que não possuem residência própria. Apesar da condição de classe de Valdete ser semelhante a outros trabalhadores, que assim como ela necessitam de apoio para solucionar ou amenizar determinadas dificuldades, em outros aspectos se destoa, pois mesmo entre os trabalhadores encontramos condições de desigualdade que variam intensidade e modo de ser experimentada. Além disso, ao residir com sua amiga custeando momentaneamente seus gastos (apesar da constante tensão que isso provocava – até porque o valor de um salário-mínimo recebido da aposentadoria tentava dar conta dos gastos de três pessoas, Valdete, sua amiga e a filha da amiga, com 11 anos) isso lhe possibilitava, ainda que com restrições, uma margem de ação no que se refere à procura e seleção de empregos que outros trabalhadores não possuíam.

Vestígios destas relações podem ser encontrados comumente em narrativas orais destes trabalhadores, mas também em postagem das redes sociais, como em grupos do *Facebook*. Essas mídias são comumente utilizadas como veículos de solicitações por ajuda e solidariedade, mas também para sua afetiva realização e exposição. Esses grupos contam com uma certa visibilidade que conectam pessoas, inclusive, algumas que vivem fora da cidade de Cascavel. O grupo nomeado “Vendas em geral”, que conta com aproximadamente 60 mil participantes de diversas cidades da região Oeste do Paraná, inclui postagens sobre vendas e trocas das mais diversas, pedidos de ajuda, divulgações e, também, golpes. Em umas dessas tantas postagens, algumas despertaram meu interesse, como a seguinte publicação retirada do grupo anteriormente mencionado.

Imagem 3 – Post de membro do grupo “Vendas em geral”



Fonte: JESSICA, 2022

O pedido de ajuda da trabalhadora acima citado, não foi produzido, em tese, por aquela que necessitava do auxílio, mas por alguém que se solidarizou com a “moça” e seu filho de 1 ano de idade.<sup>5</sup> Vinda da Bahia e empregando-se em um frigorífico da LAR, sua chegada priorizou a obtenção de uma fonte de renda e o aluguel de uma moradia para ela e seu filho, reservando para o futuro a obtenção dos móveis e utensílios básicos para sua moradia, dos quais após empregar-se, buscou alternativas para consegui-los, principalmente uma geladeira – para acondicionar alimentos.

O pedido de Jessica, para ajudarem a trabalhadora baiana com equipamentos para sua casa que estava vazia, e a dependência da solidariedade de outros trabalhadores sugerem a

<sup>5</sup> Doraci e Solange, trabalhadoras cuja trajetória e relações foram discutidas no primeiro capítulo desta dissertação, se aproximam do repertório expresso acerca da experiência da trabalhadora da LAR ao compartilharem a condição de mulheres trabalhadoras que levaram sozinhas a responsabilidade de cuidar de seus filhos. Sua recorrência provoca a reflexão sobre as pressões de classe compartilhadas não somente por trabalhadoras de Cascavel ou do Oeste do Paraná, mas de todo o Brasil. O drama da mãe solo é tão comum na dinâmica social brasileira que há décadas se fez presente como uma tematização nas mais variadas expressões artísticas. Na música, podemos citar o rap “Negro Drama”, dos Racionais MC’s, que trazem a imagem de “uma negra e uma criança nos braços, solitária na floresta de concreto e aço”; o rap “Mãe”, de Emicida, onde reflete sobre como é “profundo ver o peso do mundo nas costas de uma mulher”; e na controversa perspectiva de uma criança, filho de uma mãe solo dependente química, personagem do rap “Eu não pedi para nascer”, do grupo Facção Central.



imagem de um primeiro mês com muitas dificuldades para essa família até o recebimento de seu primeiro salário no frigorífico. Uma realidade que se fez comum, principalmente entre aqueles que precisam recorrer ao aluguel para terem acesso a uma moradia e não puderam contar com a acolhida de familiares ou amigos, como foi o caso de Valdete com sua amiga no bairro 14 de Novembro.

No mesmo grupo de *Facebook* onde Jessica solicitava ajuda à trabalhadora baiana, alguns dias antes uma recrutadora da LAR publicou algumas “oportunidades” de trabalho para “fazer parte da cooperativa do agronegócio que mais emprega no Brasil”.

Imagem 4 – Post da LAR no grupo “Vendas em geral”

**Lar**  
VENHA FAZER PARTE DA COOPERATIVA DO AGRONEGÓCIO QUE MAIS EMPREGA NO BRASIL

**VAGAS PARA MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

| AUXILIAR DE PRODUÇÃO PENDURA |               | SIF                 |                      |
|------------------------------|---------------|---------------------|----------------------|
| SALÁRIO INICIAL:             | R\$: 1.760,12 | SALÁRIO INICIAL:    | R\$: 1.760,12        |
| APÓS 90 DIAS:                | R\$: 1.997,40 | APÓS 90 DIAS:       | R\$: 1.856,38        |
| VALE - CESTA:                | R\$: 473,23   | VALE - CESTA:       | R\$: 473,23          |
| BÔNUS:                       | R\$: 121,97   | PRÊMIO ASSIDUIDADE: | R\$: 131,72          |
| PRÊMIO ASSIDUIDADE:          | R\$: 131,72   | TOTAL:              | R\$: 2.365,07        |
| TOTAL INICIAL:               | R\$: 2.487,04 | <b>APÓS 90 DIAS</b> | <b>R\$: 2.461,33</b> |

**AUXILIAR DE PRODUÇÃO**

|                     |                      |
|---------------------|----------------------|
| SALÁRIO:            | R\$: 1.760,12        |
| VALE - CESTA:       | R\$: 473,23          |
| PRÊMIO ASSIDUIDADE: | R\$: 131,72          |
| <b>TOTAL:</b>       | <b>R\$: 2.365,07</b> |

**ALÉM DO VALOR DOS SALÁRIOS TEMOS TAMBÉM MUITOS OUTROS BENEFÍCIOS ENTRE ELES ESTÃO:**

|   |  |
|---|--|
| <b>Educação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Treinamentos para desenvolvimento profissional;</li> <li>• Financiamento para Pós-graduação (50% do valor sem juros);</li> <li>• Convênios com diversas instituições de ensino;</li> <li>• Auxílio-Crèche.</li> </ul> | <b>Alimentação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Café da manhã/tarde;</li> <li>• Restaurante industrial.</li> </ul>  |
| <b>Saúde:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência médica;</li> <li>• Plano de saúde;</li> <li>• Seguro de Vida.</li> </ul>   | <b>Outros Benefícios:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uniforme para trabalho;</li> <li>• Vale-transporte;</li> <li>• Cesta de Natal;</li> <li>• Presente para os aniversariantes;</li> <li>• Oportunidade de crescimento conquistada pelo seu desempenho;</li> <li>• Comemoração em datas especiais;</li> <li>• PLR – Participação nos lucros e resultado.</li> </ul> |

**PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA:**  
Pausas de acordo com a NR-36 (recuperação térmica/física).

**VENHA FAZER PARTE DA NOSSA EQUIPE!**

PARA AGENDAR UMA ENTREVISTA PROCURE A AGÊNCIA DO TRABALHADOR DO SEU MUNICÍPIO.  
SINE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - (43) 3254 - 8350 | SINE GUAÍRA - (44) 3642 - 1120  
SINE SANTA HELENA - (43) 3268 - 2065

Fonte: LAR, 2022

Mesmo ofertando “vagas para Marechal Cândido Rondon”, cidade que assim como Cascavel compõe a região Oeste do Paraná e possuem frigoríficos e indústrias de alimentos espalhados pela região, vejo a publicação como representativa de seu esforço por dialogar com a subjetividade de trabalhadores desempregados e/ou descontentes com suas ocupações

atuais, incluindo também os de localidades distantes do Paraná, como analiso ser o caso da trabalhadora vinda do Estado da Bahia. Quando compomos lado a lado a condição de classe de quem busca estes empregos e as ofertas presentes na postagem da recrutadora do frigorífico, não é difícil e nem inexplicável imaginar trabalhadores de distantes e diferentes estados do país se movendo para Cascavel e cidades do entorno com a perspectiva de um emprego com os salários e benefícios listados no anúncio, principalmente em um momento de alta taxa de desemprego no país (conforme indicadores do IBGE, cerca de 14,9% ao final de 2021).

Com todas as dificuldades que podemos imaginar e permeiam a experiência de uma trabalhadora que recentemente se tornou mãe, publicações como essa, ou mesmo a indicação de outros trabalhadores que vieram em momentos anteriores, podem a ter instigado a se deslocar até o sul do país em busca de tais propostas de trabalho. Por mais arriscado que seja essa empreitada, o nível alto da aposta (se mudar para longe, depender da solidariedade dos outros, ao menos nos primeiros meses, sendo inclusive a única responsável pelo filho de um ano) é significativo das pressões que compõem a condição de classe destes trabalhadores. Nesse sentido, cabe aqui recordar a experiência de Solange, apresentada no primeiro capítulo desta dissertação, que também teve sua vida em Barboza Ferraz pressionada pela dificuldade em encontrar um trabalho após sua gravidez e aceitou uma alternativa de trabalho em Cascavel no sítio do Doutor, arranjada pelo seu tio-avô.

Valdete, com seus dois filhos adultos, criados e residindo com os avós no bairro Brasília, distantes por aproximadamente 10 km, naquele momento não compartilhava das mesmas responsabilidades que as outras duas trabalhadoras que tinham filhos pequenos indicadas anteriormente. Morar junto de sua amiga e não na casa própria de seus pais onde também residiam os seus filhos, atenuou ao menos por um tempo a necessidade de procurar rapidamente uma moradia, além, é claro, da busca por uma fonte de renda, possibilitando-a escolher sob um limite muito bem demarcado quais eram os trabalhos por ela desejados e quais eram os descartáveis. Afinal, pelo menos em parte, conseguiria com esse arranjo deixar os problemas familiares um pouco distante da tumultuada condição que já se confrontava.

Desempregada há um mês, ela não ansiou pelo retorno ao trabalho no pequeno empreendimento de lava car onde recebia uma diária de R\$ 40,00 reais (valor próximo de um salário-mínimo caso trabalhasse todos os dias do mês, algo pouco provável em trabalhos desse tipo), mesmo após a orientação médica sobre os cuidados necessários para o seu retorno seguro ao trabalho. Além da remuneração que julgou ser “pouco”, tendo em vista a ponderação sobre suas necessidades, a alimentação também é vista por ela como um problema

naquela empresa, por não receber nenhum tipo de custeio alimentício e o local não oferecer um espaço para o preparo dos alimentos, isso a obrigava a ter de “levar marmita” para o trabalho e arcar com os custos que saíam de seu salário.

O trabalho na firma de embalagens também não mais lhe parecia viável como foi em outros momentos de sua vida. O “salário muito pouco” de R\$ 950,00, raros benefícios, as longas distâncias de deslocamento percorridas de ônibus para chegar ao distrito de São João e os custos que saíam de seu salário foram descartados por Valdete, ao menos naquele momento. Bem como avaliou como inviável voltar para a construção civil como servente de pedreiro, pois ainda lidava com a condição de saúde que a afastou da profissão. Até o considera “um serviço melhor” em comparação com a firma de embalagens onde receberia “mais ou menos”, porém, o ônus do trabalho como servente seria a desvalorização se comparado ao trabalho exercido pelos pedreiros, que transferem a parte “puxada” do serviço aos serventes em uma hierarquia do ambiente das obras que ela reconhece ao justificar os ganhos maiores da profissão.

Entre as opções de emprego por ela visualizadas, os impedimentos reconhecidos por sua condição de saúde e suas ponderações sobre submeter-se ou não a determinados empregos, seria verossímil especular que a trabalhadora aceitaria a proposta anunciada pela recrutadora do frigorífico da LAR, caso seu estado de saúde fosse outro, como já fez em outro momento de sua trajetória. Com salários consideravelmente maiores que os recebidos por ela em empregos anteriores, vales e benefícios que o setor de recursos humanos da empresa fez questão de enfatizar na publicação da rede social, é possível que essas vagas ofertadas no grupo do *Facebook* corresponderiam às expectativas (não de condições de trabalho, mas do que se buscava alcançar tendo esse trabalho); motivações expressas por Valdete em nossa entrevista.

Durante a entrevista com a trabalhadora ela avaliou essa possibilidade e a descartou, em uma avaliação fundamentada em relatos de experiências de outros trabalhadores que por lá trabalharam, mas principalmente, experimentando as condições de trabalho ofertadas comumente nos principais frigoríficos e indústrias alimentícias da região. Desenvolvendo sua narrativa sobre a condição de desemprego que vem lidando no último mês após sua saída do lava car, Valdete trouxe elementos importantes sobre a subjetividade de trabalhadores com os quais essas empresas querem dialogar e atrair para suas linhas de produção:

**Valdete:** Eu conheço muita gente aí que tá desempregada porque não tem estudo, não entra na firma porque não tem estudo. Tem amigo meu aí que

trabalhou a vida toda no escritório, mandaram ele embora porque ele não terminou o estudo. Agora, tem jovens aí que não tem a mínima vontade de trabalhar, chega lá no escritório e ficam uma semana, duas, e já vai embora. E é complicado memo. É bem difícil arrumar serviço pra gente e aqui é seguindo assim. Ontem memo eu já entreguei uns currículo pruns amigo meu numa firma, segunda feira eu já vô ver se vou lá no SINE, vou ver o que que há... Porque tem! Eles querem dar serviço assim “Ah, tem pra você trabalhar na COOPAVEL”, poxa, eu tenho experiência na minha carteira, COOPAVEL pra mim... não dá, porque é na parte da triagem, eu não aguento por causa do joelho. (...) “Ah, mas só tem vaga só lá na... [COOPAVEL]”. Você pode olhar, lá [no SINE] tem bastante vaga, mas parece que eles jogam a gente só porque eles pensam assim “Ah, é pessoa de idade, já não tem muito o que fazer, vamo jogá lá na empresa que pega todo mundo”, e a gente vai falar, não pode falar nada, né? Tem que pegar o cargo e ficar quieto. Eu já nem pego! Quando é pra COOPAVEL, frigorífico eu não pego. Pra mim, pra minha idade ficar naquele negócio de frio lá, gelar lá, não dá, ixi”. (...) Já trabalhei na COOPAVEL, é muito triste cara, é muito frio, o cheiro é insuportável, você não aguenta. A comida é horrível, você não consegue comer. (...) o almoço lá é 8 horas da manhã, quem trabalha de manhã o almoço lá é às 8. (...) Daí chega 3, 4 hora da tarde você tá varado de fome. Eu memo num almoçava lá. Eu vinha em casa e almoçava em casa. (...) Eu pegava das 5 da manhã e largava às 3 da tarde. (...) Eu não almoçava. De vez em quando eu ia escondidinho lá no meu armário, catava umas bolacha, comia pra passar a fome pra poder comer em casa, porque é muito salitro, a carne é mal-feita, ixi! (...) Lá é um lugar esquisito, qualquer lugar, qualquer um dos refeitórios de negócio de partir frango é assim. É COOPAVEL, a GLOBOAVES, a LAR, é a mesma coisa, não muda nada. Só muda o nome, né? Só o lugar que é mais retirado, a COOPAVEL é pra lá e a LAR é pra lá [aponta para direções distintas]. Mas a comida... Eles falam assim “Ah, o salário é bão”, é bão, mas quem entra lá dentro fi... humm! “Bom” é modo de dizer, né? Porque eles dão vale alimentação, mas se você for pegar um vale alimentação de 300 reais aí... não faz nada! (...) Quem trabalha na LAR é só quando tiver no desespero mesmo pra pessoa entrar, porque vô falar pra você, é bem triste lá dentro, é bem fudido. Aí tem umas pessoas que é cheia de querê, humilha os funcionários, xinga, ixi! (VALDETE, 2022).

Os adjetivos usados para qualificar seu trabalho em um frigorífico da COOPAVEL como “triste”, “frio”, “insuportável”, “horrível”, “esquisito” e “fudido”, explicitam que naquele momento a possibilidade de voltar a trabalhar em “negócio de partir frango” é praticamente inexistente, mesmo reconhecendo os limites demarcados pela agência de empregos ao oferecerem principalmente (quando não somente) essas vagas à trabalhadora. Até sinaliza qual seria a única condição para retornar ao trabalho em um frigorífico, que seria “só quando tiver no desespero”, o qual é possível que a trabalhadora baiana experienciou ao projetar viver no Oeste do Paraná.

Assim como nas narrativas sobre as atividades laborais que Valdete desempenhou ao longo de sua vida em Cascavel, onde pudemos delimitar uma característica dos empregos que a interessariam naquele momento, note que ao qualificar o trabalho no frigorífico ela rebate

praticamente todos os “benefícios” da publicação na rede social. Os montantes destacados na publicação que poderiam ser qualificado como “bons salários” por grande parte dos trabalhadores, são ironizados por Valdete ao descrever as condições de trabalho encontradas nos frigoríficos da região.

Os “benefícios” de “saúde”, contemplando “assistência médica”, “plano de saúde”, “seguro de vida” e o “programa de qualidade de vida” com ênfase no cumprimento da NR-36 sobre a “recuperação térmica/física”, contrastam com a descrição sobre o “frio” e o “cheiro insuportável” do ambiente. O item “Alimentação” com “café da manhã/tarde” e “restaurante industrial” é desmontado pela “comida horrível”, “carne mal-feita”, “muito salitro” e horários estranhos, como um almoço às 8 horas da manhã. Até o pretense acolhimento do “venha fazer parte de nossa equipe” foi rebatido por um ambiente composto por “pessoas cheia de querê, humilha os funcionários, xinga”.

Não há, portanto, uma coincidência, mas sim uma expressão da luta de classes. Trabalhadores dessa região, que possuem uma condição de classe compartilhada com Valdete conhecem muito bem as relações de trabalho encontradas nestes frigoríficos, seja por terem experienciado tais condições, seja através de outros trabalhadores que por lá laboraram, visto que estes empreendimentos não são novidades se tratando da contratação de grande parte dos trabalhadores da região, ou para além dela.

Nesse sentido, a narrativa da trabalhadora evidencia a experiência social determinando a consciência social, tal como a proposta de emprego do frigorífico é representativa da necessidade da classe patronal em lidar com uma consciência social que reconhece a precarização e exploração do trabalho para que se coloque em relação.

É claro que o anúncio das vagas de emprego (Imagem 4) buscou atrair trabalhadores, afinal, é essa a finalidade de qualquer proposta desse tipo, mas o que chama a atenção é o diálogo empreendido frente a uma consciência de classe construída socialmente na experiência de exploração. Ao tentarem chamar trabalhadores para suas empresas, estes patrões dialogam também com pressões exercidas por sujeitos que ao longo das últimas décadas vêm denunciando violações e cobrando condições dignas de trabalho para os trabalhadores de frigoríficos.

Os “benefícios”, “vales” e “prêmios”, destacados no anúncio, não cumprem, portanto, apenas o papel de atrair trabalhadores de um determinado perfil, mas também se confrontam com limites estabelecidos por trabalhadores que buscam outras possibilidades de trabalho ao não aceitarem trabalhar na linha de produção dessas indústrias a qualquer custo, “partindo

frango”, mesmo que isso signifique um horizonte de relações de trabalho mais restrito e um tempo de desemprego maior.

Outro trecho da entrevista com Valdete nos ajuda a pensar esse momento de resistência aos postos de trabalho de frigorífico e as pressões que valora para ter que se empregar. Ao perguntar sobre a ajuda de seus amigos na busca por emprego, mencionada no trecho anterior, a trabalhadora reflete sobre o momento “complicado” de poucas oportunidades no mercado de trabalho:

**Valdete:** É, ele [amigo] vai ver se consegue pra mim ali na (firma de) embalagens, ali perto da Mascarello. Ele não deu a certeza, ele falou que ia levar meu currículo e conversar com o encarregado dele. É a noite, eu falei “Ó piá, eu não tenho o que escolher, o que vier pra mim trabalhar... a noite, de dia, eu vou ir. Ficar parado não dá. As conta vêm e eu preciso pagar as minhas contas. Daí tenho as minhas coisinhas também por fora pra pagar e vou aceitar o que vim. Não tem como ficar escolhendo”. (...) Se pudesse escolher, tudo bem, mas não pode [riso]. Complicado. Na idade da gente também, é meio... não tão mais muita [firma] querendo pegar pessoas de 40 [anos] (VALDETE, 2022).

Se sua condição não é “desesperadora” ao ponto de trabalhar em um frigorífico, também não é tranquila para não precisar trabalhar. Por mais que a cooperação de sua amiga traga uma relativa segurança em se tratando de moradia e alguns gastos, esta não é uma condição definitiva e foi vista por ambas como circunstancial, só até a trabalhadora encontrar um trabalho. Sobre a amiga, a narrativa de Valdete em relação às condições experienciadas por ela ajudam na compreensão das limitações que restringem a escolha de um trabalho e implicam na necessidade de “aceitar o que vim”, para além das “contas” e “coisinhas por fora” que também tensionam sua condição:

**Valdete:** A minha sorte que eu não pago aluguel e nem ela [amiga]. Mas, mesmo assim, né? Que nem ela, ela é viúva, ganha um salário-mínimo, tem lúpus, depressão, diabete, problema de circulação nas pernas, ameaça de trombose, tem problema de poder enfartar. (...) A pressão dela tem dia que ela tá tranquila, tem dia que ela sobe do nada. Então aí ela gasta bastante, também. Que nem essas meia [de compressão] ela pagou 140 reais, fora uma medicação que o governo não dá, que é pra circular sangue, eles não dão, esse eles não dão, esse não é liberado, tem que comprar. 140 reais cada caixinha. (...) Tipo assim, ela tem os gastos dela, então eu ainda ajudando ela em casa aqui ainda até alivia pra ela, só que mesmo assim, cara, eles têm comida, ela tem uma menina de 11 ano que também nasceu com fissura [labial], a mãe dela abandonou e ela adotou, ela nasceu com fissura, ela faz cirurgia direto, vai pra Curitiba, daí tem a pousada, né? Daí dão 2 dias pra ela, passado esses dois dias ela tem que tirar do bolso dela (VALDETE, 2022).

As contas que continuam a chegar, as dívidas acumuladas e a situação desconfortável de dependência na casa de sua amiga a impelem a procurar emprego, mesmo reconhecendo a realidade do mercado de trabalho que dificilmente oferecia as condições de trabalho por ela almejadas. Mediante isso, a “relativa estabilidade” como caracterizei anteriormente a condição da trabalhadora talvez não faça mais sentido. Na realidade, mesmo sua amiga possuindo uma casa própria e dispensando o pagamento de aluguel, a quantia de um salário-mínimo com a qual vivem as três pessoas da casa passa longe de ser o suficiente e indica um processo de endividamento decorrente dos gastos com tratamentos para as condições de saúde das três integrantes da unidade familiar. É nesse sentido que caracterizo essa como uma situação desconfortável para Valdete. Não somente pela pressão de ter de pagar as suas contas, mas também pela dependência, constrangimento e consideração em relação a outra trabalhadora que experiencia tantas dificuldades quanto ela.

Esse conjunto de fatores certamente condicionou a visão da trabalhadora sobre seus próximos movimentos e influenciou em suas estratégias para encontrar algum emprego. Sejam as estratégias de conversar e entregar currículos a seus conhecidos, empregados de empresas para levarem nas firmas, seja se apresentando ao SINE (Agência do Trabalhador de Cascavel) para verificar as vagas ofertadas. Tudo isso, em diálogo com o que definiu como imagem a ser apresentada durante aquela conversa que estávamos tendo no portão.

No caso da empresa de embalagens onde seu amigo trabalha, localizada próximo da “Mascarello”, se Valdete fosse contratada, este emprego reuniria alguns requisitos por ela considerados relevantes, como, por exemplo, trabalhar dentro do espaço urbano da cidade (economizando, portanto, o dinheiro do transporte público), teria sua carteira assinada (e a seguridade social que atualmente não lhe é garantida), além da experiência de trabalho reconhecida (possivelmente valorizando sua mão de obra), visto que trabalhou em outra firma de embalagens em momento anterior.

Por outro lado, a prática de acompanhar as vagas de emprego ofertadas na Agência do Trabalhador de Cascavel foi uma experiência que sua narrativa demonstrou ser problemática tendo em vista as pretensões da trabalhadora. Quando disse que iria “ver o que há” na Agência, essa não seria sua primeira tentativa neste local, mas sua indignação sugere outras tentativas frustradas. Narra que a Agência a oferece vagas para trabalhar em frigorífico, em um tipo de trabalho que ela mesmo descreveu só aceitar em condições desesperadoras, mesmo reconhecendo a existência de muitas vagas que avaliou poder desempenhar por possuir

experiência de outros empregos, mas que para ela não são oferecidas, tanto pela idade, quanto pelas condições de saúde.

O descontentamento da trabalhadora com a análise dos perfis dos candidatos feito pela Agência do Trabalhador de Cascavel, que a “jogam” somente para os cargos de “frigorífico” ao lhe avaliarem como uma “pessoa de idade, [que] já não tem muito o que fazer” no seu caso, a não ser direcionar para as empresas que “pega todo mundo”, também é direcionado para os trabalhadores mais “jovens que não tem a mínima vontade de trabalhar, chega lá no escritório e ficam uma semana, duas, e já vai embora”, sugerindo, portanto, uma disputa entre estes trabalhadores por estas vagas, onde aqueles com a escolarização completa e idades menores teriam preferência nas indicações da Agência.

Mas como vivo nesse território e, também, tive de lidar em alguns momentos com a Agência de Trabalhadores de Cascavel em busca de emprego, acredito que o descontentamento de Valdete com as possibilidades a ela oferecidas ao visitar essa instituição, venha também em decorrência do modo e as intencionalidades imbricadas nas divulgações sobre as vagas disponíveis na referida Agência. Tratei de procurar algumas destas publicações que são muito comuns, quase diárias, disponíveis em vários meios de comunicação, desde canais de televisão em telejornais do meio-dia, até imprensa física, digital e redes sociais. A partir de algumas dessas divulgações, que são recentes e contemporâneas à busca de Valdete por um emprego, busquei mapear aquilo que também considero significativo do descontentamento da trabalhadora e de tantos outros que procuram a Agência em busca de um emprego.

No dia 25 de novembro de 2022, o “portal de notícias” CGN publicou em seu site uma reportagem assinada por Diego Cavalcante, intitulada “930 vagas disponíveis, entretanto a Agência do Trabalhador está vazia”. Nela consta “uma lista com algumas das vagas disponíveis para o município” naquele momento, algumas informações sobre determinadas vagas, indicações dos documentos necessários ao atendimento e o endereço da Agência. Por agora, quero destacar a fotografia escolhida pelo redator para compor com o título da reportagem:



Imagem 5 - Agência do Trabalhador - Cascavel



Fonte: CAVALCANTE, 2022

Ao me deparar com a fotografia escolhida para a reportagem, relacionei-a com Valdete, quando se referia às quantidades de vagas ofertadas na Agência do Trabalhador de Cascavel, “vou lá no SINE, vou ver o que que há... Porque tem! (...) Você pode olhar, lá tem bastante vaga, mas parece que eles jogam a gente”. Reportagens como essa, divulgando números expressivos de vagas, às vezes chegando até aos milhares de vagas são muito comuns não somente na cidade de Cascavel, mas em outras cidades da região Oeste paranaense. Nesse sentido, veículos de mídia digitais como o portal CGN são acessados, em grande parte por trabalhadores de Cascavel e região, cumprindo o papel de instigá-los a procurar a Agência do Trabalhador de Cascavel para se empregarem em uma das centenas ou milhares de vagas disponíveis.

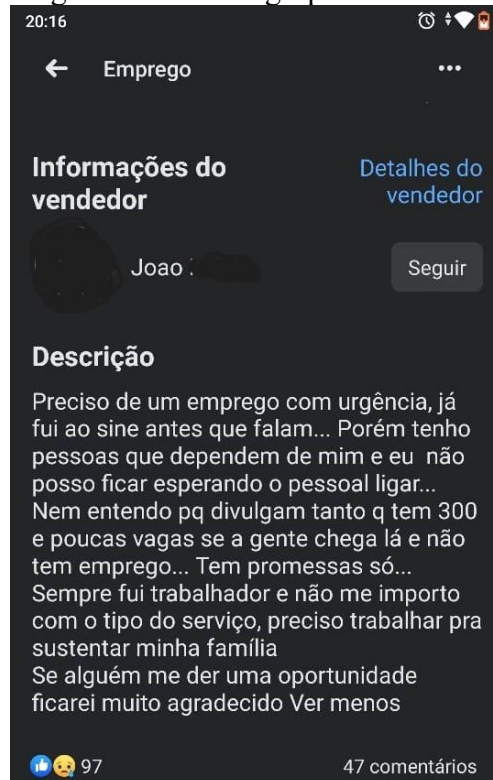
Acredito que o título e a fotografia compõem um sentido que vai além de atrair os trabalhadores para junto das empresas da cidade. Ao expor o grande número de vagas disponíveis (930) em conjunto da adversativa, “*entretanto* a Agência do Trabalhador está vazia” e a fotografia destacando várias cadeiras vazias à espera de trabalhadores, o redator intencionalmente dialoga com um determinado entendimento das tensões entre trabalhadores e patrões de Cascavel acerca das condições de empregabilidade na cidade.

Lembremos da publicação em rede social com chamada para trabalhar no frigorífico da LAR. Nela, a tentativa se dava através do convencimento: um trabalho bem remunerado,

carregado de benefícios, em respeito às normas de segurança no trabalho, diferente da imagem socialmente compartilhada entre os trabalhadores sobre aquele tipo de trabalho e sobre as pessoas que a eles se sujeitam. Já na reportagem, como chamamento da Agência, a tônica é outra: se valem do constrangimento, não há motivo para a condição de desempregado, existem vagas sobrando, portanto, trabalha quem quer trabalhar.

É mediante essa noção que a trabalhadora Valdete expressa sua revolta e desesperança quanto a sua ida à Agência. Ela sabe que irá averiguar as centenas de vagas disponíveis, mas somente irão lhe oferecer as vagas para frigorífico, e, ao negá-las, enfrentará o constrangimento por não “querer” trabalhar na “capital do oeste” com mais vagas de emprego disponíveis da região. Nos grupos de compra e venda da região Oeste no *Facebook*, espaços onde trabalhadores também anunciam suas vontades de encontrar um emprego, é possível encontrar situações semelhantes à de Valdete:

Imagem 6 – Post no grupo do *Facebook*



Fonte: JOÃO, 2022

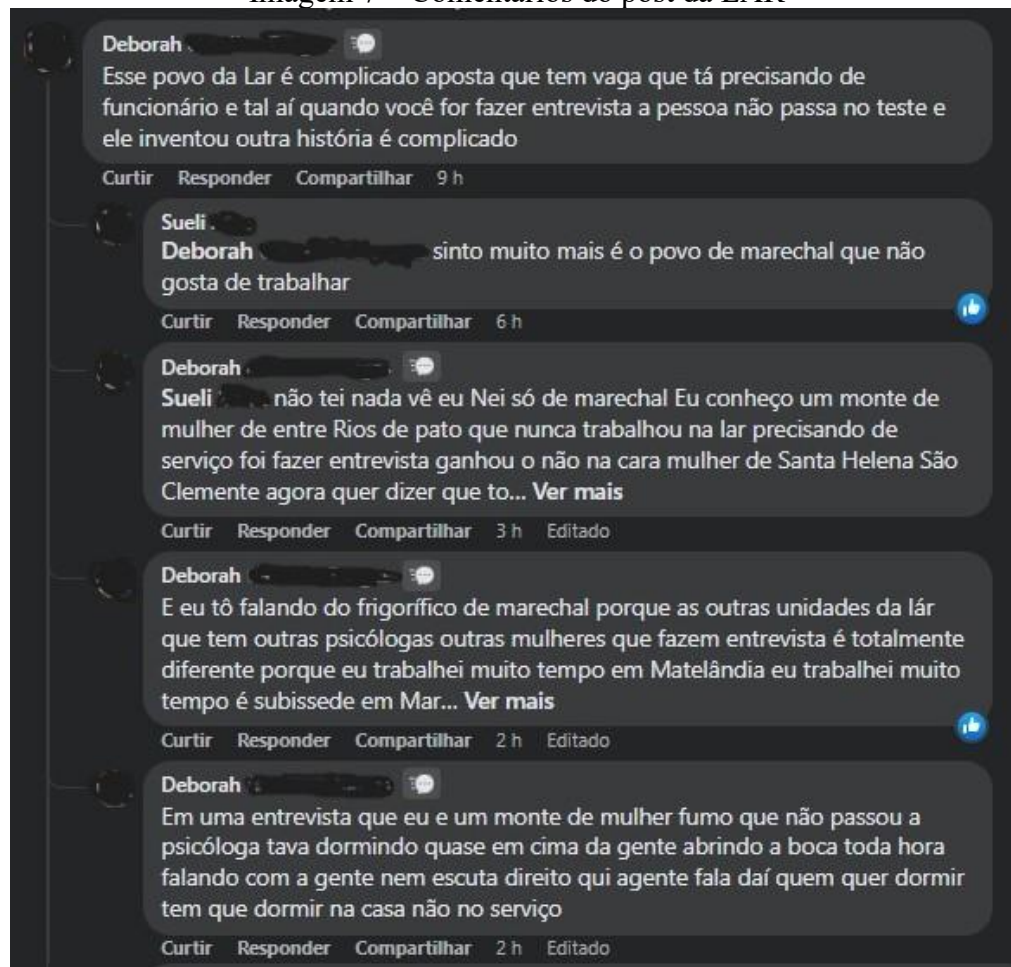
A fartura de vagas, constantemente publicadas nos diversos meios de comunicação, tornou a Agência do Trabalhador o lugar mais óbvio para se encontrar um emprego. Concentrando tantas oportunidades, ao longo das quase quatro décadas de existência, ela se fez como o principal meio de facilitar e centralizar a contratação de trabalhadores pelas

empresas da região. Assim como Valdete, o trabalhador João expressa que também buscou a Agência e se decepcionou com o que encontrou referente às vagas divulgadas. Ao enfatizar sua condição de “urgência”, com “pessoas dependendo de mim” e afirmar “Já fui ao sine antes que falem”, o trabalhador dialoga e se defende dessa tentativa de emplacar um entendimento de pleno emprego na região. Em especial, o “antes que falem”, respondendo àqueles que o indicariam as centenas de vagas “óbvias” e disponíveis para os trabalhadores.

Por mais que João aponte não entender o porquê de a divulgação das vagas ser realizada dessa forma, quando na realidade “tem promessa só”, o conjunto de seu texto deixa claro sua consciência sobre os efeitos que os movimentos da classe patronal repercutem ao tentarem os constranger a fim de aceitarem qualquer tipo de emprego ofertado no mercado de trabalho. O “sempre fui trabalhador e não me importo com o tipo do serviço, preciso trabalhar para sustentar minha família”, além de construir uma imagem de chefe de família – aderente à leitura de um “bom trabalhador”, responsável que precisa de “uma oportunidade” para exercer o seu papel, seu texto o defende perante o constrangimento (frente, inclusive a outros trabalhadores), algo induzido pelas divulgações patronais que exaltam as quantidades e possíveis qualidades dessa empregabilidade, bem como pelos valores imiscuídos na avaliação que se faz sobre quem trabalha e quem está desempregado.

Em Marechal Cândido Rondon (cerca de 80Km de Cascavel) também encontramos tensão semelhante. Nos comentários da publicação referente às vagas da LAR, citado anteriormente, é possível observar como os elementos de um repertório comum são acionados conforme o lugar em que cada uma das envolvidas se vê ao tratar da empregabilidade no referido frigorífico:

Imagem 7 – Comentários do post da LAR



Fonte: DEBORAH; SUELI, 2022

Devido aos limites que a fonte nos oferece, não é possível aferir se caso Deborah e suas amigas tivessem conseguido a vaga o post na conversa em questão seria outro. Contudo, a negativa da contratação, a entrevista que lhe desconsiderou, retroalimentada pela indignação ouvida de alguns que já trabalharam no frigorífico, fazem com que sua argumentação ganhe expressividade como injustiça e propaganda enganosa que só pressiona ainda mais os que estão desempregados como ela e não se veem como os responsáveis por essa condição.

Entregando currículos, solicitando indicação de amigos empregados, para quem sabe conseguir emprego na mesma firma, indo até a Agência do Trabalhador de Cascavel, para verificar as vagas por lá oferecidas, são algumas das práticas desenvolvidas por trabalhadores, tanto por aqueles buscando emprego quanto pelos que almejam deixar as condições ruins de trabalho que experienciam. Valdete, inclusive, foi uma dessas que saiu do antigo emprego na firma de embalagens para “procurar outro serviço melhor”, ocasião em que viu no trabalho como servente uma possibilidade de melhoria de suas condições de vida.

Sua percepção da existência de vários trabalhadores que assim como ela encontram dificuldades para encontrar um emprego com boas condições de trabalho, diferente dos oferecidos em frigoríficos da região citados por Valdete, últimas opções, cogitados somente em situações de “desespero”. Isso nos traz uma dimensão das pressões experienciadas por trabalhadores desta cidade. Alguns possuem a escolarização completa e costumam ter preferência nas entrevistas de emprego, enquanto outros que não a possuem ou esteja incompleta tendem a ser preteridos.

A imagem é expressiva de sua indignação, composta de trabalhadores “jovens sem a mínima vontade de trabalhar”, que ao contrário de Valdete terminaram seus estudos, mas pouco valoram o trabalho de “escritório” abandonando-os em poucos meses de trabalho (algo visto como mais brando, em oposição a uma noção de “trabalho braçal” e, portanto, adequado à sua atual condição de saúde). Ela sugere um campo social que também abrange disputas entre trabalhadores em suas desiguais condições. Valdete então se vê entre os muitos que não tiveram a oportunidade de terminar os estudos e atualmente se enfileiram como os preteridos em processos seletivos ou até perdem seus empregos por isso, como foi o caso de seu amigo.

A partir da indicação das vantagens e, principalmente, das desvantagens dos empregos pelos quais Valdete trabalhou durante sua vida, sua narrativa nos diz sobre as dificuldades de trabalhadores em uma condição de classe compartilhada quando temos em tela a obtenção de trabalho e renda na cidade.

Com relações de trabalho desde os 15 anos de idade, Valdete narrou que, por vezes, conseguiu empregos com carteira assinada. Assim, sua experiência enquanto trabalhadora em Cascavel informa a sua consciência e avaliação do que em cada um desses momentos de empregabilidade valia ou não a pena em termos de relações de trabalho, inclusive daqueles que não conseguiria desempenhar por sua condição de saúde, horários, renda, localização e tantas outras motivações que se somam a essas mais fáceis de serem anunciadas em uma conversa com um desconhecido.

Mas a sua rejeição a trabalhos como os quais ela vinha desempenhando e a predileção por um emprego com características que são mais prováveis de serem encontrados nos de “carteira assinada”, com relativa estabilidade, salário regulamentado, benefícios como vale alimentação e espaços de refeitório, esbarra em limites dos quais busquei instigá-la a avaliar quando perguntei sobre sua idade, condição que considerei determinante no fechamento de possíveis oportunidades de emprego, principalmente para aqueles trabalhadores em idades mais avançadas frente a empresas que preterem pelos mais jovens.

**Leonardo:** Quantos anos você tem agora?

**Valdete:** Eu tenho 42. (...) Pra mim ajeitar serviço é bem... bem complicado. (...) Pela minha idade... e pelo meu jeito, né? Tem gente que tem preconceito ainda, né? Muitas firmas têm preconceito. Tem firma que não aceita... (...) Aí eu tenho pouco estudo, porque eu saí com 15 ano de casa, por causa da minha família. Minha família nunca me aceitou do jeito que eu sou. Então eu já desde os 15 anos já trabalhei. Então... chega e tem aquela aflição: ou você trabalha ou você estuda, né? Aí eu trabalhei tudo os meus serviços sempre foi serviço pesado, daí eu chegava em casa e queria saber de dormir e descansar, e eu parei na 7ª série. (VALDETE, 2022)

A narrativa de Valdete foi muito além do que eu levantei como um dos limites que a impedem de ter um emprego com as condições mínimas por ela pretendidas. Além de não mais ser considerada jovem, o que torna tudo tão “complicado” em sua busca por emprego é também o seu “jeito”, o “preconceito” das “firma que não aceita” e o “pouco estudo”, descrevendo sua compreensão das principais barreiras que limitam sua empregabilidade e como avalia a si mesmo e o modo como outros a avaliam.

Mas qual é o problema do “jeito” dela para as empresas? Talvez uma fotografia de sua rede social seria suficiente para indicar o que ela expressou na entrevista, mas quem sabe descrevê-la ao modo como a conheci seja menos invasivo à sua privacidade, mesmo que ache desconfortável valorar sua imagem deste modo. Valdete tem tatuagem pelo corpo, inclusive no rosto, veste roupas consideradas masculinas e seu corte de cabelo é curto. Mesmo que em nenhum momento de nossa entrevista tenha tratado abertamente de sua sexualidade, quando contou ter uma filha adolescente e um filho jovem adulto, também disse ter se separado de outra mulher em um casamento que em sua narrativa (na entrevista e postagens em um de seus perfis no *Facebook*) evidenciam um vínculo muito problemático e abusivo.

Mas, talvez, sua sexualidade não se apresente tanto como um problema do ponto de vista patronal. Ao ressaltar o “jeito” e o “preconceito” compondo seu horizonte de possibilidades de trabalho, Valdete lida com essas questões com um conceito geralmente tratado nas discussões que envolvem clichês de identidade de gênero. Com um jeito de ser com características e comportamentos avaliados por ela em nossa conversa como não enquadrados no padrão naturalizado como normal. Ela narra que ao menos desde a adolescência sua família nunca a aceitou, algo que expõe com mais detalhes narrando sobre a sua atual relação com familiares que moram do outro lado do perímetro urbano da cidade de Cascavel, no bairro Brasília.

**Leonardo:** Mas por que que você saiu de lá [da casa de seus pais]?

**Valdete:** Porque eu casei. Daí eu casei e vim morar pra cá, aqui no bairro [14 de Novembro] e daí eu acabei ficando aqui, mas sempre vou lá a cada 3 mês, 1 ano, eu vou pra lá ver minha mãe, meu pai. Porque eu não sou muito de ir pra lá. Que eu e minha mãe nós não se damo [bem], a gente não conversa muito, porque ela não me aceita, né? (...), Mas mesmo assim eu vou lá, fico lá, passo um final de semana com ela, daí venho pra cá, tem meus irmão que mora do lado, que a gente não... não me dou muito [bem] com eles também... Eles são assim!

**Leonardo:** Eles [os irmãos] não aceitam você também?

**Valdete:** Não! Nenhum deles, ninguém, o único que não fala nada é meu pai... é o único... ele não fala nada... ele fala pra mim assim, que é pra eu continuar minha vida e não importa o que os outros deixa falar ou não, é pra mim seguir meu caminho e não depender de ninguém, é pra mim depender de mim mesmo com as minhas próprias pernas. É isso, e sigo o meu caminho... não deixo de ir lá ver ele, mas quando eu posso ir lá eu vou lá e vejo, fico com ele um pouco, lá. Mas também não é fácil estar indo direto lá por causa daquele vírus [COVID], né? Eles já são de idade, né? Então eu já evito de ficar indo lá pra meus irmão não falar “Ah, veio lá da puta que pariu e veio trazer [o vírus]”, daí eu já evito de ir lá, mas... quando eu vô eu fico lá, no final de semana eu fico, fico um pouco com ele. (...) Só que ir direto, direto, direto, mas eu vou, dá uma briga lá em casa [riso], mas eu vou. A véia briga comigo mais eu nem ligo, que daí ela fala, fala, fala e eu viro as costas e deixo ela falar. Nem adianta brigar, que ela tá numa idade que não tem como ficar brigando com ela (VALDETE, 2022).

Note como as coisas estão imbricadas, vejo aqui uma narrativa representativa do quão complexo pode ser a condição de classe de parte dos trabalhadores de Cascavel. Imbricado porque é impossível discutir qualquer aspecto sobre sua condição de trabalhadora desempregada sem considerar as violências em série sofridas desde sua infância por não se identificar com comportamentos aparentemente normatizados. Mesmo o “pouco estudo” que destacou ao explicar sua dificuldade em conseguir um emprego nas características desejadas, tem vinculação com a saída da casa de seus pais, ainda aos 15 anos de idade, imprimindo a necessidade de trabalhar e, no dizer de seu pai, “seguir o caminho sem depender de ninguém”.

Para uma adolescente de 15 anos de idade, como Valdete no ano de 1994, “seguir com as próprias pernas” significou lidar desde cedo com um dilema socialmente experimentado por trabalhadores, “ou você trabalha ou você estuda, né? Aí eu trabalhei, tudo os meus serviços sempre foi serviço pesado, daí eu chegava em casa e queria saber de dormir e descansar, e eu parei na 7ª série” (Valdete, 2022). Encontrar outro lugar para morar, longe do apoio familiar, impôs a necessidade de se submeter a trabalhos que possibilitariam sua sobrevivência na cidade, trabalhos “pesados”, geralmente desempenhados por maiores de idade, que impossibilitavam a conciliação com a educação formal.

Necessidades presentes em sua condição de classe que passaram também pela construção de vínculos com trabalhadores, estabelecendo uma rede de relações que, inclusive,

a permitiram, por exemplo, um ponto de apoio na casa de sua amiga atualmente, de onde consegue avaliar com menor pressão o seu horizonte de possibilidades, desobrigando-a, em parte, de submeter-se a todo e qualquer tipo de trabalho que lhe aparece como já fez um dia.

É de sua consciência que as relações de trabalho com as características por ela almejadas, em sua grande maioria, são ofertados a trabalhadores que possuem pelo menos o diploma de conclusão do ensino médio. Nesse sentido, expressa arrependimento por não o ter concluído quando era mais nova, além de insatisfação com o Ensino de Jovens e Adultos, pela forma inacessível às pessoas com uma condição como a sua:

**Valdete:** (...) Me arrependo, tinha que voltar... a estudar, mas tá complicado porque se você for estudar agora você tem que ter um bom salário e tem que pegar lotação, porque a maioria dos colégios pra quem quer terminar o supletivo é só no CEEBJA... e é muito longe. (...) É muito longe. Daqui lá no Lago [Municipal] é muito longe. Deusolivre! Queria que vortasse nas escolas, mas num volta... Se desse oportunidade que nem antigamente, naquela época quando eu fiz supletivo, até 7ª série, era nas escolas, então você fazia rapidão, aí eles cortaram da escola e fizeram só no CEEBJA, mas quem tem condições pra ir tem, agora e quem não tem? (...) Eu conheço muita gente que tá desempregada aí, que não tem estudo, não entra na firma porque não tem estudo. Tem amigo meu aí que trabalhou a vida toda no escritório, mandaram ele embora porque ele não terminou os estudo (VALDETE, 2022).

Impossibilidade de conciliar o estudo e o trabalho que percorre toda sua experiência enquanto trabalhadora. Seu interesse de retomar seus estudos, parados na 7ª série do fundamental, e terminar a escolarização formal são até aquele momento inviáveis, seja pelo cansaço das jornadas de trabalho, seja por problemas decorrentes da mobilidade urbana e descaso dos governos em adequar as políticas públicas de escolarização de jovens e adultos à realidade de trabalhadores.

Valdete não possui automóvel, portanto os meios de transporte disponíveis para seu deslocamento do bairro 14 de Novembro até a região do Lago Municipal de Cascavel, onde atualmente se localiza o CEEBJA, teria de ser o ônibus de transporte coletivo ou a bicicleta. Com a pergunta “quem tem condições pra ir tem, agora e quem não tem?”, Valdete questiona uma política de EJA que não corresponde adequadamente aos desafios emergentes das desigualdades entre os trabalhadores. Aqueles que moram nas proximidades dos colégios que possuem EJA e aqueles que conseguem arcar com o custo de R\$ 9,00 (ida e volta) das passagens de ônibus do transporte coletivo (CASCAVEL, 2022), estes são beneficiados com a possibilidade de conclusão da escolarização, já os que moram em bairros como o 14 de Novembro, que não possuem EJA nas proximidades, têm essa possibilidade dificultada.



Mesmo aqueles que neguem a reclamação de Valdete sobre a centralidade do EJA no CEEBJA da região do Lago Municipal, afinal, é verdade que no momento da entrevista existem ao menos mais quatro locais onde é ofertado o EJA em Cascavel<sup>6</sup>, terão de concordar com ela na medida em que o local mais próximo, considerando sua moradia no bairro 14 de Novembro, seja o Colégio Estadual Horácio Ribeiro dos Reis, este localizado no bairro Universitário, cujo trajeto necessário para o deslocamento através de ônibus de transporte coletivo tenha que chegar ao Terminal Oeste, buscar uma conexão com o Terminal Sul, para só então estar a quatro quadras do colégio com disponibilidade de EJA. Embarcando na linha do ônibus “14 de Novembro” e depois o “SUL – OESTE via NEVA”, Valdete percorreria aproximadamente 15 Km para chegar no Colégio Estadual Horácio Ribeiro dos Reis, o mais próximo com disponibilidade de EJA. Portanto, tanto faz se iria para o CEEBJA ou para o Colégio Estadual, considerando o transporte público disponível no momento da entrevista, os custos de ambos os deslocamentos seriam os mesmos, além do tempo dispensado para tal.

Na última parte do trecho da nossa conversa, a condição de desemprego condicionado pelo “não ter estudo” é apontado por Valdete como um horizonte compartilhado por trabalhadores. Tanto para aqueles que não conseguem cumprir os requisitos de escolarização ao buscarem um trabalho, quanto para aqueles demitidos de suas funções por não terem a qualificação exigida em seus cargos. A experiência de seu amigo que “trabalhou a vida toda no escritório, [e] mandaram embora porque ele não terminou os estudos”, carrega a ideia de um trabalho de “escritório” (mais brando, em oposição a uma noção de “trabalho braçal”, como o de servente por ela desempenhado na construção civil), o que ao longo de suas quatro décadas de vida em Cascavel, na sua visão, passou a ser ocupado por aqueles com um nível maior de escolarização. Com essa leitura das relações e ocupação de vagas, ela sugere que se até aqueles que estavam empregados a “vida toda” perderam o trabalho por “falta de estudo”, como fica a situação para aqueles que não possuem uma “vida toda” de experiência profissional?

Pelas dificuldades sentidas em sua busca por trabalho é que Valdete se arrepende de ter seguido seus estudos somente até a 7ª série, mas note, o “me arrependo” pressupõe o reconhecimento de seu protagonismo na escolha complexa por ela tomada. Ela reconhece que mesmo mediante o preconceito de seus familiares, a decisão de sair de casa e “depende de mim mesmo, com as (...) próprias pernas” foi dela e lhe trouxe consequências que atualmente

---

<sup>6</sup> No site da Secretaria da Educação do Estado do Paraná consta que em Cascavel é disponibilizado EJA nas seguintes instituições: CEEBJA Professora Joaquina Mattos Branco, Colégio Estadual Horácio Ribeiro dos Reis, Colégio Estadual Jardim Clarito e Colégio Estadual Mário Quintana (PARANÁ, 2022)

prejudicam sua vida. Ela se arrepende, talvez, por avaliar a possibilidade de ter persistido naquela convivência hostil, da mesma forma que lida atualmente com as posições de sua mãe, “A véia briga comigo mais eu nem ligo, que daí ela fala, fala, fala e eu viro as costas e deixo ela falar”.

Talvez Valdete avalie, mediante as condições que vive atualmente e os desenlaces afetivos após a sua saída, que outras possibilidades, quem sabe, teriam sido abertas se o convívio com a família fosse tolerado (a exemplo da trajetória de seu pai, particularmente pelo modo como a narrou em nossa conversa). O pai de Valdete foi algumas vezes citado na entrevista como um exemplo de trabalhador que conseguiu driblar tais entraves familiares, contudo, essa é uma avaliação feita hoje, com ânimos mais amenos frente aos desencontros que já tiveram.

Se antes não conseguia visualizar onde a narrativa de Valdete poderia se associar nesta pesquisa, passei a vê-la, com o tempo, como uma das mais representativas pelo quão diversa e complexa são as experiências destes trabalhadores, mesmo morando a poucos metros uns dos outros. Doraci, que trouxe no capítulo anterior, mora cerca de uma quadra de distância de Valdete e, mesmo assim, suas experiências e consciência social expressam ambigualmente elementos comuns e dissonantes – que ora as aproximam ora as distanciam.

Foi comum durante estes dois capítulos evidências sobre mulheres trabalhadoras e suas famílias, lidando, a seu modo, com gravidez e possibilidades construídas a partir do nascimento de seus filhos. Doraci, Solange, a trabalhadora baiana, Joana, Valdete e sua amiga, têm em comum questões e dilemas que merecem um enfoque pensando os recortes desta pesquisa e a disponibilidade de fontes. Então, para o próximo e último capítulo desta dissertação, a partir da imprensa e entrevistas orais com trabalhadoras de Cascavel, analiso os significados e os horizontes produzidos por elas ao experienciarem a cidade.

### CAPÍTULO III

#### TRABALHADORAS E SEUS FILHOS: TENSÕES E POSSIBILIDADES NA DINÂMICA DA CIDADE

*“– O senhor não vê que o senhor [policial] chega num galinheiro e num tem um monte de galinha preta?” Ele respondeu, “Tem...”. E eu falei, “E os ovos dela não são tudo branquinho?” (ANA, 2019).*

Início este capítulo expondo algumas passagens da entrevista que realizei em 2019, momento em que buscava dialogar com experiências de trabalhadores despejados por um processo de reintegração de posse, em uma área ocupada na cidade de Cascavel entre 1999 e 2017. Naquela ocasião, estava interessado no que chamei no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – de “práticas sociais”, que seriam, grosso modo, as alternativas criadas por aqueles trabalhadores ao se verem inseridos em relações de poder e desigualdade (GOMES, 2019).

Essa expectativa me levou a compor 5 entrevistas com trabalhadores que haviam participado da Ocupação, sendo que em 2019, passados quase 3 anos do fim da Ocupação, estavam morando no que é atualmente o Loteamento Wilson Gonçalves, localizado no bairro Cascavel Velho. A trabalhadora Ana está entre as 5 entrevistas realizadas naquela ocasião e o motivo de iniciar a terceira parte desta escrita com a sua entrevista vem do diálogo limitado com sua experiência realizado no TCC (seja pelo curto tempo para a produção do trabalho, seja pelas minhas próprias limitações à época) onde pouco aproveitei a riqueza narrativa presente nas quase 3 horas de entrevista e 60 páginas de transcrição de nossa conversa.

Além disso, carrego a inquietação e desconforto presente em nossa conversa, algo que visualizo ter sido recíproco e que tenho o desejo de analisar, neste momento, como fonte para este trabalho.

Nesse sentido, separei algumas passagens onde busquei expor isto que vejo como uma situação mútua de desconforto e de desigualdade presente naquele nosso encontro, pois vejo uma experiência expressiva para formularmos algumas questões e discutirmos. Assim como nos capítulos anteriores, visualizo alguns elementos sobre as experiências de trabalhadores na cidade de Cascavel entre os anos finais do século XX e iniciais ao século XXI.

Durante nossa conversa, Ana se expressou de forma muito anedótica e proverbial, algo que passei a valorizar nos anos seguintes à entrevista, mediante reflexões que desenvolvemos

na graduação e mestrado em História. Pois, mesmo sendo estas anedotas histórias que dificilmente conseguiríamos determinar se são ou não verdadeiras, com o passar dos anos e pensando as formas de utilizar essas entrevistas na produção acadêmica, considero que importa bem menos sua veracidade enquanto registro de algo que puramente aconteceu no passado e, muito mais, os sentidos e significados que atribui ao produzir tal memória e à sua experiência social<sup>7</sup>.

Ao final deste capítulo, gostaria que a análise destas narrativas contribuíssem para acessar aspectos importantes das experiências e decorrentes tomadas de decisão/avaliação de trabalhadores que viveram (ou ainda vivem) na cidade de Cascavel e região. Espero, também, que possamos visualizar algumas tendências entre estes sujeitos ao evidenciarmos os horizontes e entendimentos sobre seus próprios “passados rememorados”. Apesar dos extensos trechos selecionados, acredito que a qualidade em se expressarem, notada em entrevistas como a realizada com Ana, amenize a monotonia da formatação acadêmica.

Somente com um trecho de sua narrativa acredito que poderíamos discutir vários aspectos sobre a experiência de trabalhadores como Ana em Cascavel, analisando uma condição de classe compartilhada, ainda que nuançada pela singularidade de sua trajetória e visão sobre esse percurso. Mas, antes de sua anedota sobre seu encontro com o policial e a conselheira tutelar; considerando que essa narrativa nos traz algumas pistas sobre seu modo de vida; destaco elementos que colaboram para situar e compreender não só os diálogos narrados na passagem da entrevista, mas quem é Ana, segundo o contato que tivemos e qual é a condição de classe da trabalhadora e sua família frente às relações de poder experimentadas na cidade.

Conforme me indicou, Ana nasceu em 1964, na cidade de Iracema do Oeste, na época distrito da cidade de Cascavel. Morava em uma pequena propriedade rural junto de seus pais e 5 irmãos, onde trabalhavam como boia fria em fazendas da região. Em 1974, já com 9 anos de idade e em outra localidade, seu pai vendeu as terras que possuíam em Iracema do Oeste e a trouxe, juntamente com o restante da família, para viver na área urbana de Cascavel.

---

<sup>7</sup> A noção de “campo de possibilidades”, presente na obra de Alessandro Portelli contribuiu para a reflexão sobre a representatividade das narrativas orais e seus usos na pesquisa histórica. Neste texto, trabalho com o entendimento de que uma narrativa é representativa na medida em que a partir de procedimentos narrativos e proposição de significados (ou códigos) socialmente compartilhados, o sujeito narrador expressa possibilidades em meio a dinâmica social, a consciência de um horizonte possível em meio a teia de relações sociais a qual, não somente aquele sujeito, mas vários outros experienciam e/ou potencialmente se identificam. Nesse sentido, não se trata de apreender através da pesquisa em fontes orais a “consciência média” de um grupo de trabalhadores em uma determinada condição de classe, mas as interpretações e avaliações desses sujeitos sobre o que viveu, vive e espera viver, ou seja, o campo de possibilidades socialmente compartilhado que organiza o modo como, aos seus modos particulares, lidam com relações sociais desiguais. Conferir este suposto, particularmente em Portelli (1996, 1997).

Com essa mudança, seu pai buscou trabalhos “abrindo estradas” e “limpando lotes”, modo como se referiu a esse tempo de ação de seu pai em nossa conversa. Morando em uma das ocupações por onde viveu ao longo de sua trajetória nessa cidade e, como descreveu, em um “barraco”. Contudo, após pouco tempo dessa mudança, voltaram a deslocar-se em direção à área rural do Município de Corbélia, limítrofe à Cascavel, onde voltaram a trabalhar em sítios e fazendas da região.

Ana não deu muitos detalhes sobre os motivos de naquele momento a família ter vindo e saído de Cascavel, apenas mencionou que “daí aconteceu umas coisa na vida dele [seu pai], e daí nós fumo embora pra Corbélia. Ele acertou lá com os patrão, né?” (ANA, 2019), um modo generalista para se referir a acontecimentos que condicionaram a mudança de sua família. Por algum motivo, Ana pode ter hesitado e ocultado algumas das “coisas” que ocorreram na experiência de seu pai que provocaram esse repensar de toda a organização familiar e não quisesse expor àquele universitário desconhecido.

Mesmo seu pai conseguindo um trabalho na cidade pediu o acerto e foram para o campo. Ou seja, ter trabalho não foi suficiente para garantir a permanência da família em Cascavel. Em outra passagem, enquanto respondia meus questionamentos sobre sua escolarização e de seus irmãos, Ana mencionou algumas dessas “coisas” que acredito terem contribuído para a saída de sua família de Cascavel, ainda na década de 1970.

**Leonardo:** [...] por que teu pai não colocou vocês na escola?

**Ana:** Acho que era falta de... daí quando ele [pai] veio pra cá pra cidade [Cascavel], daí os outros 3 [irmãos mais novos] estudou, porque daí a justiça veio atrás dele [...].

**Leonardo:** A Justiça foi atrás dele?

**Ana:** Foi, porque [ele] não colocava as criança na escola [...], ele acertou aqui [em Cascavel] que ele trabalhava e daí foi embora pra Corbélia, [...] pro sítio. [...] No sítio que os meus irmãos [mais novos] estudou, mas daí eu já tinha 14, 15 ano. Daí ele já não colocou eu na escola (ANA, 2019).

Vários podem ter sido os motivos para a não permanência da família em sua primeira vinda para Cascavel, mas pelos indícios que podemos destacar dos trechos anteriores, tudo indica que os salários pagos a trabalhadores em funções como a que seu pai desempenhava eram baixos, as condições das famílias eram instáveis, recorrendo a ocupações e “barracos” como moradias.<sup>8</sup> Além disso, havia a dificuldade em conciliar certos aspectos morais frente à

<sup>8</sup> Não foi possível precisar qual localidade de Cascavel a família veio a morar em 1973. No entanto, é presumível que tenham ocupado alguma área onde é sabido que trabalhadores nessa condição de classe viam a possibilidade de moradia (seja ocupando seja comprando por baixos preços), a exemplo dos bairros Interlagos, Morumbi, Cascavel Velho, Brasília, Santa Felicidade, 14 de Novembro, Guarujá, dentre outros localizados na zona Norte da cidade, que desde essa temporalidade (década de 1970) já representavam algumas das localizações mais

condição de desigualdade que incitava colocar as crianças a trabalharem e contribuírem ativamente para o orçamento familiar (seja trabalhando junto dos pais nas propriedades da região, seja em casa cuidando dos afazeres domésticos, ou mesmo dos irmãos mais novos). Tudo isso, não coadunava com as pressões legais que visavam coibir essa prática, como foi exposto por Ana, narrando sobre seu pai tendo problemas com a Justiça ao não garantir seus filhos com frequência escolar.

Uma das formas como lidaram com este tensionamento foi, portanto, a saída de Cascavel em direção ao “sítio”, na parte rural da cidade de Corbélia, local onde os 3 irmãos mais novos frequentaram a escola. Situação diferente de Ana e seu outro irmão, que sendo os mais velhos (leia-se, com maior possibilidade de contribuição no orçamento familiar e afazeres domésticos), não tiveram tempo para estudar.<sup>9</sup> Algo que Ana lamenta ao comparar sua trajetória na cidade com os irmãos mais novos que, posteriormente, conseguiram se empregar com um campo de possibilidade mais amplo, o que a seu ver ocorreu em razão, também, da escolarização que tiveram acesso.

Em 1979, aos 15 anos de idade e grávida do primeiro de seus 12 filhos, Ana narrou em nossa entrevista que sua família veio pela segunda vez para Cascavel. No entanto, dessa vez sua mãe comprou um “lote” no Jardim Brasília (sua narrativa deu a entender que era apenas o lote, onde construíram o “barraco” com o passar do tempo), e até por volta de 2002 adotaram uma dinâmica em que mantinham a moradia em Cascavel, mas trabalhavam na região como trabalhadores rurais diaristas, retornando esporadicamente para a moradia na cidade.

Os trechos a seguir nos dão uma ideia de como esta família se organizava tendo que trabalhar fora do perímetro urbano entre as décadas de 1970 e 1980.

**Ana:** [...] Mas sempre trabalhei nos sítio. Nós morava aqui [em Cascavel], mas sempre trabalhava nos sítio, né? [...]

**Leonardo:** E como funcionava, dormiam aqui e iam todo dia pra lá?

**Ana:** Não, nós parava e vinha com 30 dia.

---

afastadas do centro da cidade, de pouca (ou nenhuma) infraestrutura, baixos valores e pouco interesse imobiliário, conforme é destacado no trabalho de Reis (2017, p. 80) e nas evidências constituídas para esta dissertação.

<sup>9</sup> É possível que não tenha sido pelo motivo de “não ter posto as crianças na escola” o encontro entre representantes da Justiça e o pai de Ana, em 1973 – vide outras questões que trataremos mais adiante no capítulo como o alcoolismo de seus pais. Afinal, a obrigatoriedade de frequência escolar para crianças que trabalhavam veio a ganhar maior vulto legal no governo de José Sarney [1985-1990], como resposta paliativa e assistencialista às demandas populares frente aos problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores (Portugal, 2007, p. 51). Nesse sentido, acredito que a Justiça possa ter analisado a situação vulnerável da família de Ana e constatado problemas no modo como viviam e possíveis desregramentos diante da “desocupação” dos menores daquela família, visto que era costumeiro da política de assistência aos menores, vigente na década de 1970, “ocupar” as crianças em situação de vulnerabilidade social em instituições assistenciais e/ou no trabalho, reforçando a mentalidade de que “é melhor trabalhar [em algo] do que estar [em] na criminalidade” (Portugal, 2007, p. 47-51). Além disso, a vigília sobre a vida dos trabalhadores compunha um modo de tentar controlar quem e como estavam chegando e vivendo esses sujeitos nas cidades com crescente urbanização como Cascavel.

**Leonardo:** De 30 em 30?

**Ana:** Em 30 dia. Quando minha mãe faleceu, foi quando nós morava no Jardim Brasília [...] Perto da serraria do Bresolin. Alí nós morêmo por 20 ano.

[...]

**Ana:** [...] Trabalhava lá no Anair, 30 dias, voltava, porque nós morava alí [no jardim Brasília], né? E voltava pra casa da mãe. Ia pra lá, trabalhava 15 dias e vinha trazer comida pros meus filhos, parava com a minha mãe. Daí Deus separou ela [mãe] de nós, daí já fiquemo mais por perto do pai. Daí foi indo e separou ele também, e daí nós teve que caçá nosso caminhão que nós caiu, mas tudo a vida trabalhando. Roçada, carpida, colher algodão, ralhar algodão, em tudo nós já se passemos. [...] A gente não pode desacorçoar, tudo o lugar a gente tem que trabalhar, e a gente tem que trabalhar com as jornada da gente [...]. Nesses de boia-fria, o quanto nós trabalhamo nesses [trabalhos como] boia-fria, catar raiz naquele sol quente, eu em tudo as gravidez, de tudo os meus [12] filho eu trabalhei. E entrei dentro de um hospital uma vez só, quando eu ganhei esse último, que foi feito cesárea, esses outros meus filhos foi tudo em casa. [...] E toda a vida a gente trabalhando. 15 dias eu já voltava, trabalhava pra eu cuidar dos meus filho, e tô aqui até hoje (ANA, 2019).

Entre 1979 e 2002, ela e outros de seus familiares embarcavam em caminhões que os transportavam com destino a propriedades da região, onde “roçavam”, “carpiam”, colhiam e processavam algodão, além de removerem raízes na preparação do solo para o uso de maquinários agrícolas. Era sem dúvida um trabalho árduo e desgastante, ainda mais para uma mulher grávida, tudo sob o “o sol quente”, como narrou Ana, enfatizando uma condição difícil de trabalho.<sup>10</sup>

Mas sua narrativa dá a entender que não eram todos os membros da família que rumavam e permaneciam 15 ou 30 dias trabalhando no campo, havia pessoas que propiciavam condições para o funcionamento dessa dinâmica de trabalho. Sua mãe era uma dessas, que possibilitou, por exemplo, que os filhos menores de Ana não necessitassem ir junto para o

<sup>10</sup> Sobre seu percurso e de sua família em Cascavel, a narrativa de Alcindo (com 62 anos em 2011), entrevistado por Maicon Mariano (2012) para sua dissertação de mestrado, aponta um campo de atuação compartilhado com o de outros trabalhadores, que assim como Ana, tiveram a experiência do trabalho como trabalhador rural “boia-fria” na década de 1970 em Cascavel. Alcindo, após pedir demissão da serralheria em que trabalhou por quase 10 anos, indústria que estava em processo de mudança para outro estado no ano de 1973, e tendo de lidar com o desemprego e o adoecimento de seu filho de 10 meses de idade, o trabalhador e sua esposa Irene viram como possibilidade de atuação o trabalho como boia-fria, pois “estavam começando a plantar soja, desmatar essa região do [bairro] Santo Onofre, aquela região inteira ali. Ela [Irene] catando raiz para sobreviver [...]. Cheguei lá os caras me colocaram no machado e no enxadão, as mulheres passavam catando raiz, aonde elas achavam um toco marcavam para nós ir cavoucar no fundo para quando a grade vir plantar não enroscar naquelas raízes. Nós tinha que arrancar aqueles tocos, teve uma vez que nós, em três, ficamos dois dias em volta de um toco de angico para poder arrancar aquele toco [com] enxadão e machado, tinha que cortar lá embaixo sabe?” (MARIANO, 2012, p. 42-43). Nesse enredo histórico, muitos como Alcindo, Irene e Ana reconheceram o trabalho no campo como uma prática familiar, cresceram vendo e atuando nesse plantar, colher e preparar a terra – observando mudanças nos plantios e na intromissão do maquinário e como a cidade ia se constituindo no diálogo com a expansão agroindustrial da região – mas, ainda assim, acompanhavam a oferta de vagas e ponderavam sobre valores a serem pagos em trabalhos no campo e na cidade a pessoas como eles, com pouco estudo e que se viam envoltos a trabalhos pesados e penosos à saúde.

trabalho no campo ao assumir seus cuidados na moradia do Jardim Brasília, indicando que para trabalhadoras que compartilhavam essa experiência como pressão, os filhos, ainda mais quando eram vários, impactavam diretamente o modo de vida de toda a família, principalmente quando não se conta com creche, pensão etc.

Aliás, de 1979 (ano em que teve seu primeiro filho) até 2002 (quando aproximadamente teve o último), Ana gerou 12 filhos, que nasceram e cresceram em meio a esta dinâmica de trabalho de sua família e de inconstâncias. Um indício não muito explorado diante dos valores que atravessam perguntar sobre sua sexualidade e como se estabeleceram tais laços e desenlaces amorosos. Portanto, tornou mais fácil falar dessa questão ao tratarmos do morar e trabalhar, ainda que ambas as pautas estivessem permeadas por aspectos de sua rede de sociabilidade, amores e gestações. Então, por não saber desses enredos e nem como indicá-los, seguimos explorando o que na conversa foi possível dizer (tanto por mim e quanto por Ana).

É assim que a presença dos filhos vai ganhando presença em sua narrativa. Ao completarem uma certa idade era comum a acompanharem nos postos de trabalho, conforme narrou, sugerindo, inclusive, uma dada insatisfação com a atitude de alguns de seus filhos que, segundo ela, contribuem insuficientemente com sua mãe, mesmo possuindo condições para tal.

**Ana:** [...] eu criei eles [filhos] quase sempre sozinha. Sempre eles no meu redor. Eles trabalharam, eu trabalhei. Esses dia eu explicando pro piá mais velho, falei “Ó, vocês não podem reclamar de mim, vocês tem que chegar ni mim e perguntar o que que eu preciso. Porque cada as estradas que vocês passaram eu passei, vocês ia trabalhar e eu levava vocês, nós ia carpir um lote eu levava vocês, tudo lugar que eu ia vocês tava junto” (ANA, 2019).

Enquanto muito pequenos, seus filhos permaneciam com a avó e com o passar da idade iam junto de sua mãe para os trabalhos na roça. Talvez você discorde pelo grau de especulação, mas pensemos sobre alguns silêncios que intercambiam sua narrativa, vimos que nos 23 anos que separam o nascimento do primeiro ao último de seus filhos, Ana teve 12 filhos e como ela disse, trabalhou em todas as gestações. Inclusive enfatizou, analisando em uma temporalidade posterior a essa experiência, um certo orgulho de ter trabalhado de forma pesada, levando seus filhos crianças e adolescentes junto de si, e entrado uma única vez em um hospital para dar à luz.

Isso corresponde a uma noção de êxito e força, em que mesmo passando por muitas dificuldades e desassistências (o que traduziríamos como direitos negados e sob suspeição), reconhecidos por ela como fora de seu acesso nas correlações de forças mantidas ao longo de



sua experiência, destaca uma recusa do que lhe parecia permeado de impedimentos e limitações – haja vista que não teria garantido nenhum salário durante o período pós-parto, uma vez que não tinha registro legal de trabalho e nem apoio financeiro do pai da criança.

Porém, o fato de ter lidado com todas essas adversidades, não se traduziu em superação plena do campo desigual em que se constitui, mas como bem diz, “tô aqui até hoje” confrontando dramas e dilemas. Então, o que significa para uma trabalhadora como Ana, procurar um atendimento médico especializado para acompanhar a gravidez ou mesmo para conceber seus filhos? Note como é cruel a exploração com qual ela e muitas outras lidaram e, muito provavelmente ainda lidam, mesmo que saibamos que o SUS exista.

Ao procurar algum atendimento médico especializado, a trabalhadora trataria com a possibilidade de ser avaliada e submetida a cirurgia cesariana ou até uma eventual internação, caso apresentasse algum risco de vida para ela ou para a criança. Com um procedimento feito “em casa”, mesmo assumindo todos os riscos, que vão desde complicações no parto normal até a morte de ambos, em pouco tempo, se tudo desse certo, voltaria ao trabalho nas roças da região, mitigando os impactos que a gravidez incidiria na renda familiar – já que os demais aspectos que se remetem às avaliações morais do seu modo de vida não foram pormenorizados como gostaria em nossa conversa. Pois como a família lidou com suas constantes gestações? Quem realizava seus partos? Como cuidava de sua saúde e das crianças?

E mesmo, neste último caso, já no séc. XXI, como cuidar da vida depois de receber alta hospitalar? Que ambiente encontraria para garantir uma boa recuperação de um procedimento invasivo como o de um parto cesariana? Vivendo, como traduziu em suas palavras, em um “barraco” (o que caracterizaria que ao menos até 2019 este tenha sido o modo mais regular de sua moradia na cidade, pois posteriormente a isso conseguiu uma moradia regularizada no loteamento Wilson Gonçalves, com água encanada e energia elétrica legalizada – ainda que com muitas demandas em aberto), principalmente com uma família extensa e vários filhos sob sua responsabilidade.

Acredito que esses questionamentos compunham as tensões e pressões experienciadas por trabalhadoras em condições de classe semelhante e, de certa forma, compõem o conjunto de senões que afastam o reconhecimento do acesso ao atendimento médico-hospitalar como uma conquista, mas uma exposição das relações de poder que marcaram a vida de muitos trabalhadores e ajudam a explicar o porquê Ana pariu somente o último de seus 12 filhos em um hospital.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Além da falta de condições adequadas posteriores a uma cirurgia, a entrevista com a trabalhadora Joana, analisada em parte no primeiro capítulo desta dissertação, indica outras possibilidades no horizonte de

A experiência de Ana e Joana sugerem que para um grande número de trabalhadoras nesta temporalidade, o atendimento médico durante a gravidez não estava em seus horizontes de possibilidades, e não dependia somente da qualidade técnica do seu atendimento, pois contraditoriamente para trabalhadoras como Ana, a própria qualidade do serviço prestado poderia, também, ser um problema a impactar suas formas de aferir renda familiar<sup>12</sup>.

A família, composta pelos pais, 5 irmãos e os filhos de Ana, seguiram nesta dinâmica de manter o “lote”, comprado por sua mãe, e trabalhar fora da área urbana como diaristas rurais até o ano de 1999, quando a matriarca faleceu. No trecho a seguir, retirado de nossa entrevista, ao rememorar os locais por onde morou durante o tempo em que esteve em Cascavel, a trabalhadora narra estes momentos trazendo indícios dos sentidos atribuídos a essa temporalidade e os significados valorados para o modo como a família organizava seu modo de vida.

**Ana:** Daí nós viêmo pras invasão. [...] Ficou pro pai cobrir as contas [referentes a morte da mãe de Ana], daí o pai vendeu o lote, né? Daí nós ficuemo sem lugar. Eu tinha 6 criança [em 1999], daí nós arrumêmo uma favela lá [no bairro Morumbi], né? Daí [depois, em 2002-3] viêmo pro Gramado. [...] Do Gramado nós viêmo pra cá [loteamento Wilson Gonçalves], com o nome de Deus. Nós já tava sem [...] a mãe e sem o pai. [...] [Como a mãe] deu infarte [em 1999]. [...] No pai também. [...] [Depois de falecer a mãe] o pai ficou ainda 5 anos pra depois ele falecer, deu infarte

---

trabalhadoras como Ana em meio ao contexto de nascimento de seus filhos. Joana ao narrar sobre um de seus filhos que faleceu poucos minutos após o parto, apresentou uma de suas memórias traumáticas acerca de “profissionais” da saúde: “E o médico fez parto cesária e matou, quebrou [meu filho] e matou, e nós não pode processar esse médico porque eu não entendo nada da lei, e a minha testemunha falou que eu tinha 100% pra ganhar [a causa], porque a menina viu e ele [o meu filho] tava de bruços e de pé [na imagem de ultrassom da barriga] e foram fazer o parto assim mesmo [...]. [Após nascer], ela [ficou] viva por 25 minutos ainda. Eu passei [...] na Justiça inda. O piá [médico] era um profissional e eu não confio mais em profissional, não. Se eles vêm eu já falo pra eles, “O senhor tem certeza?”. Aquele dia nós discutimo muito [...]. Então eu sou uma pessoa que foi injustiçada pelo profissional [...]. E [em 2002] na hora de ganhar [o meu último filho], eu falei assim [...] pro Doutor, “Você vai fazer esse parto como? Você vai realizar esse parto cesariana? Ele [médico] olhou pra minha cara e falou assim “Quantos filhos a senhora tem?”, eu falei “Tenho 5”, “E os 5 foram normais”? “Sim, Doutor, foi 5 parto normal”, daí ele falou assim, “Ah, se os 5 foram normais, é claro que essa bebê vai nascer parto normal”. Você sabia que as vezes o meu Deus é tão maior que começa a conversar comigo, falei “Jesus, estou nas suas mãos, que seja a sua vontade, porque eu não sei mais o que fazer”. Quando o doutor virou pra sala, eu peguei o soro com a barrigona e desci pra fugir do hospital [...] eu sabia que tava correndo perigo. E quando deu [...] 12h55 ele realizou o parto, dava tempo de fazer cesária se ele quisesse, mas como era domingo e era pelo SUS [Sistema Único de Saúde], eles não tavam nem aí. [...] Eu falo pra Deus, quem gosta de passado é museu, mas tem coisas que não aparta da mente (JOANA, 2019).

<sup>12</sup> Vistas sob essa perspectiva, questões que muitas vezes são categorizadas e separadas em campos como “mundo do trabalho”, “gênero e sexualidade”, “infância” dentre tantas outros, podem ser analisados na complexidade que envolve a experiência social dos trabalhadores, sem que seja necessário a criação de áreas mais autorizadas que outras para debater tais temas. Fiz um esforço no sentido de sobrepor estes debates ao que emana das experiências dos trabalhadores, mesmo evitando o uso dos termos que estão mais à moda, mas propondo reconhecer a singularidade da experiência e condição feminina de muitas trabalhadoras ao lidar com seu corpo, com o que eleger e visualiza como pressão ao se engravidar, ao decidir por manter ou não a gestação e, posteriormente, os sentidos e alternativas produzidas para cuidar dos filhos enquanto mãe solo.

também. Só que eles bebia muito. [...] Daí que deu infarte. Que se tu for fora da bebida, o infarte ainda tem vida, né? Agora se a pessoa bebe daí [...] não circula o sangue, né?

**Leonardo:** Mas e vocês estavam ainda junto dos irmão?

**Ana:** É, nós tava tudo junto dos irmão. [...] [Depois] se esparramaram [...] O outro foi embora pro Paraguai, a outra foi pro Mato Grosso, o outro foi pro Anahy [cerca de 68Km de Cascavel], daí só a outra [irmã] que ficou, porque só são duas em Cascavel, eu e minha irmã do meio. [...] Daí nós fomos morar numa favela do Morumbi. [...] Do Morumbi nós viêmo pro Gramado [com o marido e filhos]. [Porque] nós fiquêmo sem lugar, né? Pra pagar alugueis, com criança pequena, e ganhando pouco (Ana, 2019).

Para contextualizar como vieram a morar em “invasões”, ela explicou que após a morte de sua mãe em 1999, decorrente de um infarto e abuso de álcool, seu pai assumiu as dívidas do velório que lhes custaram a venda do “lote” no Jardim Brasília, onde até aquele momento firmavam a moradia – veja que assim como o atendimento médico-hospitalar de qualidade era algo difícil de compor o horizonte destes trabalhadores, conseguir custear velório e enterro poderia levar à perda de onde toda a família tinha para morar.

Dessa forma, a família agora sem teto, ao não ter condições de “pagar alugueis, com criança pequena e ganhando pouco”, viram como possibilidade ocupar uma região que chamou em nossa entrevista de “favela do Morumbi” naqueles fins da década de 1990, onde encontraram outros trabalhadores vivendo em ocupações, em um local próximo de onde moravam anteriormente, evidenciando que essa territorialidade, onde constituíam o morar na cidade, explicitava, inclusive, suas limitações de partilhar de Cascavel seja em relação ao acesso à moradia, seja acerca de melhores postos de trabalho e condições de vida com menos imprevistos e insegurança.<sup>13</sup>

Seu pai, que também estava doente, faleceu aproximadamente 5 anos depois, o que novamente gerou dívidas entre os familiares que não tinham condições financeiras e muito menos um “lote” para vender e angariar alguma quantia para pagar o novo velório e enterro, como fizeram anos antes. Agora, precisavam encontrar outras maneiras de moralmente resolver essa demanda, assim como o modo como iriam viver daquele momento em diante.

Ao analisar esse trecho, interpreto que para Ana esse momento é tido como um marco importante em sua trajetória, pois é a partir dele que há uma ruptura com os projetos de seus pais (que centralizavam grande parte das decisões daquele núcleo familiar). Portanto, Ana e

<sup>13</sup> Ainda no século XXI é possível notar, em diálogo com os índices apresentados por Ramão e Wadi (2010), que essa região compreendida como o extremo da cidade representaria junto com outras áreas citadas ao longo desta dissertação os bolsões com as maiores taxas de homicídio violentos na cidade, vide registros obtidos pelas autoras no Instituto Médico Legal de Cascavel, utilizados na pesquisa que realizaram – esses índices coadunam com outras marcas da desigualdade nesta territorialidade, as limitadas instalações de infraestrutura e acesso a serviços públicos que apresentam.

seus irmãos, “separados” de seus pais, tiveram de “caçá nosso caminhão... que nós caiu”, onde cada um de seus irmãos seguiram para caminhos diferentes.

Alguns deles se dirigiram para cidades próximas a Cascavel, outro foi para o Mato Grosso, outro para o Paraguai (o que nos leva a inferir certo campo de relações conhecido seja em conversa com outros trabalhadores seja com familiares – haja vista que as duas regiões indicadas comumente compõem idas e vindas de muitos trabalhadores que estão no Oeste do Paraná; fronteiro ao Paraguai e com trânsito corrente de trabalhadores para as frentes de trabalho no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Ana por sua vez, entre 2004 e 2005 viu como possibilidade de moradia outra ocupação no espaço urbano de Cascavel, que existia desde 1999 entre os bairros São Cristóvão e Pacaembu, a qual ficou conhecida como “Ocupação do Jardim Gramado”.<sup>14</sup>

Achei interessante que seu marido da época não é mencionado participando de tomadas de decisão sobre a movimentação daquela família, mas a partir de outros trechos da entrevista, o que trarei mais adiante no texto, pensando a relação entre os dois, ainda assim permitiu discutir sobre seu ingresso na Ocupação do Jardim Gramado. A trabalhadora explica da seguinte forma essa decisão:

**Ana:** [...] Porque daí nós conseguimos, porque daí no Morumbi eles tavam cortando pra fazer as casas. Que saiu aquele loteamento de casa alí perto onde era o barracão da sopa, né? Daí ia ser vendido, né? Daí não tinha dinheiro pra pagar lá, daí nós viêmo pra invasão [Jardim Gramado]. Nós viêmo sozinho, ninguém trouxe nós.[...] Daí eu vim lá, arrumei um barraco, daí fui indo, daí não me tiraram, porque eu trabalhava também, né? [...] Daí eles viram que eu precisava e não tinha dinheiro pra pagar alugueis nem nada, daí deixaram.

**Leonardo:** [...] Você conversou [com a coordenação do Movimento]? Era o Silvio naquela época, né? [...] Você conversou com ele pra entrar lá? Como é que foi?

**Ana:** Uhum, não. Eu entrei num barraco do outro, né? Que era do [...] finado Marcio [...]. Ele deu a metade do barraco [dele] pra nós [...] Aí que eu fui entrar [...], conhecer as turma, né? Foi a dona que nós fomos conhecendo e que eu fui caçando meu lugarzinho [...]. Daí eu fui na Prefeitura, conversei na Prefeitura também. Que felizmente eu nem conversei com o Silvio, eu conversei até com a turma da Prefeitura. Eu falei que eu tava alí e as criança que era pequena, daí que eles me passaram pra fazer o cadastro com o Silvio.

**Leonardo:** Aí eles te encaminharam pra ele?

**Ana:** [...] Daí eles me encaminharam com eles alí daí, mas a primeira vez eu fui na Prefeitura. Que eu tinha até esse piazinho meu, que tava até [...] operada e eu vim pra favela, de legítimo mesmo, que eu vim com papel, daí que eu vim, quando eu tava com o Gabriel pequenininho [estava com 13

<sup>14</sup> Sobre a Ocupação do Jardim Gramado, em Cascavel-PR e a reintegração de posse em 2017, ver as seguintes abordagens produzidas acerca da questão em Gallio (2019), Masiero (2011), Grande (2021) e o meu TCC (Gomes, 2019).

anos no momento da entrevista em 2019]. [...] Ele tava com 30 dia quando eu vim. [...] Daí que eu fiz o papel com o Silvio, mas eu tinha pegado o papel na Prefeitura, né?

**Leonardo:** O que você falou lá na Prefeitura?

**Ana:** Ah, cheguei lá e expliquei minha vida. Porque eles sabia que nós morava com a mãe, né? Daí eu expliquei, [...] nós tava pra favela. [Naquele] tempo era o Josafá e o Nerí que cuidava da favela do Morumbi. [...] O Nerí me conhecia! [...] O Nerí é muito gente fina, toda vida ele me ajudou aquele homem alí, no lugar que a gente precisou nas hora difícil ele sempre tava do nosso lado, né? [...] Uma vez que eles deram parte de mim com tudo as crianças, nós tava numa invasão lá no Jardim Esmeralda. A mulher do Conselho [Tutelar] chegou lá pra buscar tudo os meus filho, e ele [Nerí] foi o primeiro que chegou lá e já mandou o carro voltar embora.

**Leonardo:** Isso foi antes do Gramado?

**Ana:** Não, eu tava no [Jardim] Gramado, é que eu tinha ido embora pro sítio [localizado em Guaporé, distrito do Município de Guaraniáçu] e eu tinha deixado o meu barraco fechado e entrou um imundiça dentro do meu barraco, né? [risos] Daí eu fui pro [bairro] Esmeralda numa invasão lá. Daí a turma falaram de mim lá [...]. A sorte que Deus colocou ele [Nerí] na minha frente. Ele chegou e falou “Não, essa mulher toda vida trabalhou”. Só que comida dentro de casa no meu barraquinho tinha bastante. Comida tinha, daí não me levaram os piázinho. [...] E não é que nem tá num lugar feio, mas importando as criança, tando limpinho, tem muitos crauento que tá alí na cidade e muitas mães que nem trabalha, não faz nada e as criança tá lá tudo jogada e eles não faz nada. Porém meus filho tá tudo limpinho aqui junto comigo, daí me deixaram ir, a sorte minha foi o Nerí da Prefeitura [...] (ANA, 2019).

Ao que se entende do início do trecho, pouco tempo após a morte de seu pai, ela e os demais trabalhadores, moradores da ocupação no bairro Morumbi, foram notificados para desocuparem a área pois aquele local seria loteado para a construção imobiliária. Não podendo comprar algum desses lotes, Ana e as demais famílias foram expulsas e enxergaram uma possibilidade de moradia (para ela, que estava grávida e seus filhos) no ingresso na Ocupação do Jardim Gramado que desde 1999 se colocava na dinâmica da cidade como um horizonte para trabalhadores que “não tinha dinheiro pra pagar aluguéis nem nada”.<sup>15</sup>

Silvio era um dos coordenadores daquela ocupação. Naquele momento da entrevista pensei que seria um ponto pacífico presumir em minha pergunta que Ana conversou com a coordenação do Movimento para então fazer parte da Ocupação, mas ao contrário do que imaginava, para a trabalhadora a construção dessa possibilidade passou por outro caminho.

<sup>15</sup> Reis (2017) apresenta uma leitura sobre o crescimento das ocupações na cidade de Cascavel e o crescimento da população urbana na cidade. Se considerarmos a estimativa feita em 1984 sobre a previsão de que na década de 1990 cerca de 70% da população estaria na área urbana (IPARDES, 1984) e, efetivamente, isso se colocou para aproximadamente 90% (REIS, 2017, p. 51), temos que Cascavel não possuía uma infraestrutura adequada para tanta gente, sendo comum a presença de ocupações urbanas e loteamentos sendo forçados a partir das pressões e urgências populares.

É difícil precisar o motivo de Ana ter feito questão em deixar claro que primeiramente procurou a “Prefeitura” (provavelmente procurou alguns servidores públicos da Secretaria de Assistência Social que a conheciam) e não o Movimento, a repetição foi o procedimento narrativo que me chamou atenção para esse ponto. Inclusive narrou “que felizmente eu nem conversei com o Silvio” e somente após procurar a “Prefeitura” e ser indicada por eles veio a se apresentar à Ocupação munida de “papel”, “de legítimo mesmo”, dando a entender que as coisas teriam ocorrido de modo diferente caso tivesse procurado primeiramente a coordenação do Movimento. Ou então (e vejo como mais provável), estivesse lidando em nossa conversa com uma visão criminalizada sobre a Ocupação, buscando se afastar de uma possível cumplicidade com a “invasão” ao narrar que foi a própria “Prefeitura” que orientou sua ida até o Jardim Gramado.

As reportagens publicadas pela imprensa local do ano de 1999, que noticiavam a Ocupação, indicam uma posição favorável do Governo Municipal para a reintegração de posse<sup>16</sup>, por isso, ao dizer que a “Prefeitura” lhe orientou para a Ocupação, acredito que Ana estivesse se referindo aos servidores públicos com quem estabeleceu algum tipo de vínculo, como é o caso do trabalhador “Nerí” que “toda vida [lhe] ajudou” e “no lugar que a gente precisou, nas hora difícil ele sempre tava do nosso lado”. Talvez o próprio Nerí ou outro servidor público que a conhecia tenha contribuído para que ela e sua família permanecessem na Ocupação.

De todo o modo, é perceptível em sua narrativa tensionamentos na relação com os sujeitos mencionados e que cabem uma reflexão. O bom relacionamento com trabalhadores como Nerí ou Josefá se apresentava como algo essencial para o modo de vida de Ana, afinal, ser reconhecida por estes sujeitos lhe abriu possibilidades para acessar onde morar em Cascavel, o que para outros trabalhadores seriam difíceis destes conjecturarem. Como também é perceptível o tensionamento entre os próprios integrantes da Ocupação, “que daí não me tiraram porque eu trabalhava também, né? [...] Eles viram que eu precisava e não tinha dinheiro pra pagar aluguéis [...], daí deixaram”, indicando algum tipo de seleção dos trabalhadores que estariam autorizados a ocupar naquele local, reforçando uma visão moralizadora sobre suas escolhas e condutas diante da condição de classe e crivo estabelecido para permanecerem na Ocupação.

Convencer a coordenação do Movimento ou os assistentes sociais de que “toda a vida trabalhou”, ao contrário de “muitas mães que nem trabalha”; de que alimentava seus filho,

---

<sup>16</sup> Salazar Barreiros (PP) era prefeito em Cascavel entre 1997 e 2000. Este foi o seu segundo mandato, sendo que no primeiro (1989-1992) era filiado ao PMDB.

pois, “comida dentro de casa no meu barraquinho tinha bastante”; ou mesmo morando em um “lugar feio”, zelava pelos seus filhos os deixando “limpinho” e “junto”, em contraste com outras crianças “tudo jogado” e “craquentos”; proporcionou, por exemplo, a proteção de Nerí quando o Conselho Tutelar, ao ser chamado para averiguar as condições em que viviam seus filhos, tentou os “levar” diante do modo como Ana lidava com a invasão de seu “barraquinho” na Ocupação do Jardim Gramado. E, também, proporcionou a permanência na Ocupação ao apresentar valores em seu modo de vida que não viriam a desgastar a imagem do conjunto dos trabalhadores que ocupavam a área do Jardim Gramado ao ingressar junto deles.

Para além disso, o modo como buscou se desvencilhar dessa imagem de “mãe que nem trabalha”, que “não faz nada”, com “crianças tudo jogada” é representativo de um estereótipo lançado sobre trabalhadores que compartilham dessa condição de classe. Escrevi no início deste capítulo que nossa entrevista foi desconfortável frente à desigualdade escancarada ao buscarmos um diálogo pautado na igualdade. O desconforto foi ainda maior quando me dei conta que sua narrativa também foi modulada considerando a premissa de que eu, pesquisador, também teria tal visão estereotipada sobre o seu modo de vida – vide constante convívio com assistentes sociais, policiais, agentes públicos etc. Acredito que no diálogo a seguir, retirado da entrevista, isto fique mais explícito.

**Ana:** O piázinho meu não esquece docê. [Ele diz] “Mãe, a senhora tem que fazer uma entrevista pra contar que nós sofrimo, que nós passemos fome, mãe [...]”.

**Leonardo:** É aquele pequenininho?

**Ana:** É aquele, é. [Ele diz] “A senhora tem que contar pra ele, vô, tudo o que nós passemos pra ele não levar nós pro Conselho”. Todo dia ele pensa em você lá em casa, né?

**Leonardo:** Ele acha que eu vô levar vocês pro Conselho?

**Ana:** Não. Ele quer que conte a vida dele, né? Que ele ajudou trabalhar também, né? Quando ele tinha o pai dele em cima da cama, né? O coitadinho ficava 24 hora comigo, em cima de um carrinho de catar papel que ele saia comigo de manhã. Que a gente não deixava ele sozinho, daí de manhã eu levava ele e daí de tarde eu ia sozinha, aí no outro dia de manhã eu levava ele, né? Ele vinha da escola e no outro dia ele ia comigo [...]. Ele queria explicar assim a vida dele, que ele também sofreu, né? [...]

**Ana:** Eu tenho foto lá, [...] guardei até uma foto dele que eu cheguei cansada, né? Daí o seu Zé chegou, e [...] falei “Seu Zé, o senhor tire [...] essas 2 foto aqui que uma eu vô deixar pra minha lembrança e a outra eu vô levar lá no Conselho. Pra eles ver como que eu não fico correndo na rua. Daí tenho foto dele lá [...] eu vô traze de lá procê [...]. Ele em cima do carrinho, o dia que eu ia indo pra lá com minhas carga de mudança, ele em cima das minhas carga, procê ver tudo o que eu passei. [...] Falei, “No dia em que vocês me levar numa lei, é a hora que quero puxar tudo esses papel aqui ó, os barraco que eu passei, eu tenho tudo foto dos meus filhos. Vão de atrás dessas pessoas que não trabalha, esses vagabundo, esses homem barbado que fica

bebendo pinga e batendo nas muié. Vão de atrás deles, não vão de atrás de mim (ANA, 2019).

O “piazinho” mencionado é o neto mais novo de Ana que ela cuida, ele havia me visto na primeira vez em que tentei fazer a entrevista com a trabalhadora. Nesse dia, Ana e um conhecido estavam ocupados embarcando 2 porcos no porta-malas de um Chevrolet Kadett com destino à sua outra moradia em Guaporé, distrito de Guaraníaçu<sup>17</sup>, onde seus filhos menores de idade e netos moravam e, por isso, agendei com a trabalhadora para alguns dias depois nos encontrarmos novamente em sua moradia no Loteamento Wilson Gonçalves, para conversarmos e gravarmos a entrevista de onde retirei os trechos presentes neste capítulo.

Na verdade, a minha presença na moradia daquela família de trabalhadores não só os mobilizou para lidar com os preconceitos presentes no olhar daquilo que eu representava naquele momento (um estudante universitário, branco, que mesmo sendo trabalhador não compartilhava dos mesmos dilemas de classe), como também, mobilizou sua defesa contra aquilo que poderia acontecer à família caso eu saísse daquela porta com uma impressão errada sobre eles.

Representativo do seu entendimento sobre essas relações de poder e da forma como se organizam frente a essas tensões é a estratégia pensada pela trabalhadora de fotografar seus filhos e netos a fim de provar quando “vocês me levarem numa lei”, ou seja, para o Conselho Tutelar, polícia ou mesmo para mim, seu distanciamento daquelas “pessoas que não trabalha, esses vagabundo, esses homem barbado que fica bebendo pinga e batendo nas muié”. E na visão destas instituições e sujeitos que compartilham de tal moralidade, estariam mais inclinados para intervirem no modo como vivem.

A preocupação do menino é quase como: e se o rapaz não voltar aqui pra gente explicar o porquê vivemos dessa forma? E se ele for no Conselho Tutelar fazer uma denúncia, ou conhecer algum promotor de justiça? Qual a real motivação dele ter ido atrás da gente? Foi uma denúncia de irregularidade que ele veio averiguar ou juntar provas? Evento desse tipo que, inclusive, já foi experimentado por essa família que teme novas incursões de controle e denúncia.

Essa chave analítica sobre a entrevista me possibilitou a compreensão de que a minha presença, ou aquilo que represento para trabalhadores nessa condição de classe, influenciou diretamente na forma, sentidos e significados expressos na narrativa construída em nosso

---

<sup>17</sup> O distrito de Guaporé, onde vive parte de sua família fica a aproximadamente 80 Km de distância de sua no Loteamento Wilson Gonçalves. O deslocamento de Ana entre as localidades era realizado na maioria das vezes com a carona de conhecidos que possuíam carro.



diálogo. E me fez repensar as motivações de tantos trabalhadores que compartilhavam a condição de classe de Ana terem se negado a gravar uma entrevista. Será que ao se negarem, estavam assim como a trabalhadora e seu “piazinho” se defendendo da vigilância de instituições como o Conselho Tutelar sobre seus modos de vida? O que eu poderia agregar a vida deles senão expor suas fragilidades?<sup>18</sup>

Em outra passagem da entrevista com Ana, que aliás peço desculpa de antemão por sua extensão, a trabalhadora narra outra de suas “histórias” que a considero a mais representativa de todas as entrevistas que realizei. Não somente por expor um campo de tensionamento de trabalhadores que compartilham sua condição de classe com certas instituições e sujeitos, mas, pelos procedimentos narrativos, socialmente compartilhados e empregados na narrativa, ela nos permite visualizar nuances que dinamitam qualquer tentativa de separar e distanciar discussões de “gênero”, “trabalho”, “raça” e nos faz repensar o modo como estes trabalhadores se veem e se colocam em tais relações de poder manobrando tais marcações:

**Ana:** [...] Uma vez eu fui buscar o pai deles. Vô contar uma história procê: [...] Eu fui trabalhar e ele [seu esposo, na época] fugiu de casa e tava dormindo alí perto daquele terminal [leste, que não se encontra mais na mesma localização], né? [...] Cheguei em casa e daí aquele polaquinho [filho de Ana] [...] falou “Mãe, falaram pra nós que o pai tá dormindo lá perto do terminal”. [...] Daí eu cheguei lá em casa, peguei eles [filhos] e um carrinho de catar papelão pra buscar ele, né? Quando nós chegemo alí pra buscar ele, 2 policial parou nós: “Dona, a senhora tá acompanhando ele?”. Falei, “Não, acompanhando ele não, senhor, eu vim buscar ele aqui”. Daí peguemo, o policial pegou ele e pônhou dentro do carrinho. A gente não tinha força pra erguer ele, colocaram ele dentro do carrinho. Daí o policial falou, “Nóis vamo chamar o Conselho [Tutelar] aqui que a senhora tá com [...] 3 criança aqui junto com a senhora”. Eu falei, “Se quiser chamar até mais carro de polícia pode chamar, que meus piazinho eu trouxe eles e eu vô levar”. E depois [o policial pergunta], “E esse branco aqui?” E daí eu falei, “ele é meu filho” [...] – Ele era, abaixo dos maior, os dois pequenos, ele era o maiorzinho. Eu falei, [...] “Se o senhor chamar o Conselho, [...] venha com a

---

<sup>18</sup> Alessandro Portelli (1997) chamou a atenção para as relações de poder presentes entre pesquisador e “informante” (modo como se referiu aos seus entrevistados) ao buscarem um diálogo em igualdade. Mesmo que desejada, a igualdade na entrevista independe de vontade, pois é determinada em grande medida pelas condições sociais desiguais, estas que geram distorções, dissimulações e hesitações no diálogo. Em uma de suas experiências, entrevistando trabalhadores e registrando seus repertórios de canções populares, Portelli narra uma situação que me instigou a pensar a forma como a desigualdade, relações de poder e estereótipos de classe socialmente compartilhados deram forma e significado às narrativas orais utilizadas nesta pesquisa: “Trento não me conhecia, quando eu gravei suas falas na primeira vez. Sua experiência de vida ensinou-lhe que estaria mais resguardado cantando canções religiosas, rituais, sentimentais, humorísticas ou conservadoras para alguém de fora que não se parecia ou falava com operário e que não havia dito nada sobre si mesmo. Não supusera ser preciso introduzir minhas próprias crenças e identidade na entrevista, e isso levou Trento a não me tratar como uma pessoa e sim como um estereótipo de minha classe, modos e discurso. Estava me colocando como um pesquisador ‘objetivo’ e fui observado com olhares preconceituosos” (PORTELLI, 1997, p. 9).

segurança, não venha só eles, que meu poder é bem forte e Deus me guia meus caminhos”. Daí ele olhou, alumiou com a lanterna, viu o pai deles moreno e eu morena. Ele falou assim, “Esse polaco aqui é da senhora?” Eu falei, “É!”. O piá veio e encostou perto de mim, porque ele não me largava, daí peguei o carrinho e fui empurrando. E o policial de atrás de mim. Eu, “O senhor não quer fazer o favor? Você vai empurra o carrinho aqui pra levar ele pra casa? Que eu tô cansada, eu também tava trabalhando. O senhor vai levar ele lá em casa ou o senhor vai levar o carrinho? O senhor tá atrás de mim”. Ele, “Eu tô atrás da senhora que eu vô chamar o Conselho”, [Ana responde] “Então o Senhor vai chamar o Conselho? O senhor vai lá em casa, que daqui meia hora eu tô lá em casa [...]”. E daí ele falou assim “E essas menina?”, [Ana responde] “Essas meninas vieram comigo e vão voltar comigo, o senhor [...] desce lá em casa então, daqui umas 8, 9, 10 hora eu tô lá em casa, daí o senhor desce lá com o carro do Conselho lá então, se o senhor quer tanto ir lá em casa”. Aí depois, [o policial diz], “Então tá, a senhora aguarde”. Eu falei, “Aguarda o senhor, que eu vô aguardar o senhor lá em casa”. Desci lá com o carrinho, acendi um cigarro e descimo com os piazzino, quando cheguei em casa, [...] pedi ajuda [...], ajudaram a tirar ele [o esposo] de dentro do carrinho, ponharam ele na cama, quando eu olhei a viaturona pretona [lá fora], né? E mais outro carro, e a assistente social, o Conselho. “Dona Ana Maria!”, aí eu falei “Olha que benção de vocês chegar hoje, vocês vieram trazer uma cesta pra ajudar? Ou um dinheiro pra mim? Porque vocês vieram pra me ajudar decerto, né?” E quando eu cheguei lá em casa eu falei pra minha menina “Caça o seu registro, o registro do Chiquinho e do Gabriel e deixa aqui em cima da cama, alí perto do teu pai”. E o policial já alumiano, daí alumio, alumio. “Dá licença Dona Ana Maria”, e os piazzino já tudo sentadinho lá perto do pai deles. Aí ele alumio em baixo assim, daí a mulher veio lá e puxou a ficha, “Ah, Dona Ana Maria”, e daí entrou. Era uma velhona gordona, esqueci o nome daquela mulher do Conselho. Começou a conversar comigo, [...] “Ah, mas a senhora não tava no CEMIC?”, aí eu falei “Eu tava, [...] eles [seus filhos] ligaram que ele [seu esposo] tava lá em cima [desacordado na rua] e fui buscar ele, né?”. Daí ela falou, “Tá bom, Dona Ana Maria”. Daí [...] alumiam ele, tava deitado, se babando a dormir. Daí os piazzino, lá [ao lado]. Daí [...] eu falei “Ó, seu polícia, me desculpa, o senhor ficou me devendo, o senhor veio pra me cobrar, mas eu vô cobrar do senhor. O registro desse polaco tá aqui ó, o senhor falou que ele não era meu filho e o registro dele tá aqui, o senhor lê pra o senhor ver. Se não bater o senhor pode levar ele, agora se bater o senhor vai ter que me pagar condena”. Ele deu risada, o policial. Pegou o registro e foi lendo o registro dos piazzino [...]. Eu falei, “Essa aqui também é minha [filha], ó essa polaca aqui” – ela tava esperando esse neto que eu crio, aquele um que você viu, aquele pequenininho. “E ela tá grávida, ela tá grávida de 8 mês” [...], eu falei pra ele [o policial], daí ele ficou olhando. Eu falei “O senhor não vê que o senhor chega num galinheiro e num tem um monte de galinha preta?” Ele respondeu, “Tem...”. E eu falei, “E os ovo dela não são tudo branquinho?”. Ele falou, “Sim...” [...] O policial olhou, ele se sentiu de temer e falar, né? Daí a mulher ia tocar pra frente, a mulher do Conselho, porque ele chamou, [...] viu que nós tava certo, né? [...] Daí eu peguei e falei, “Não, Deus vê o que a gente merece, ele [o policial] precisa de trabalhar, né? E eu preciso da minha jornada, ele tá entregue na mão de Deus”, que ele viu que eu não contei mentira pra ele, eu contei a verdade, que ele era o meu filho memo, só porque ele é branco no meio dos preto, um casal branco. E são tudo desse pai aí. Daí ele [o policial] agradeceu eu, a mulher do Conselho, daí a mulher do Conselho perguntou o que que eu ia fazer, e ele falou que tava bão, do jeito que tava, tava bão, né? Não ia tocar

em lugar nenhum que não tinha tempo. Foram embora, despediram de mim ali. [...] Noutro dia era 7 hora, tava fazendo um café, [pensei] “Hoje eu vô levantar mais tarde”, levantei 6 hora, acendi um fogo e vortei deitar de novo, daí [...] aquela bateção de palma na porta, fui olhar era a viatura, né? Falei “Meu Deus, [...] tá nas tuas mãos”. Levantei, o policial, “Oh Dona Ana Maria, levantou cedo, já tá indo pro pega?!”, falei “Já!”, [o policial respondeu] “Eu vim aqui trazer uma cesta [básica] pra Senhora e 150 real em dinheiro aqui pra senhora comprar leite pra esse homem aí”. [...] Pois ele carregou a cesta, ponhou lá, entregou o dinheiro e foi embora. De 15 em 15 dias ele me encontrava nas ruas com o carrinho e me dava 50 real. Falei, viu como doeu na consciência dele? Porque eu clamei Jesus pra ele aquela hora, né? Se eu rateasse com ele ia ser pior. Como eu guentei o desaforo que ele me fez, daí entreguei ele pra Deus [...], Deus pesou a mão sobre ele, porque ele viu que eu não merecia aquilo que ele tava me falando. Porque ele ficou olhando nós preto, né? Ele falou, “esse homem moreno, a senhora morena e esse [filho] polaco”. [...] E não fui sem educação pra ele, né? Doe na consciência dele [...] De 15 em 15 dias ele dava uma passada lá pra ver. [...] Não é porque ele tem estudo e eu não tinha estudo, só que Deus pesou a mão sobre ele. Viu como é que Deus ele faz os milagre? Porque ele queria jogar na cara, né? De eu tá andando no meio da rua, [...] eu falei, “Eu tava trabalhando, até agora que eu tava no CEMIC, eu ficava das 5 até às 9 horas, ajudando eles a barrar [varrer] pra eu ganhar uma cesta básica, né? [...] Ele pensou que eu tava a bandoleira no meio da rua pra estar andando com ele [marido], pois se eu ia ficar andando com ele no meio da [rua], cansada do jeito que eu tava, eu ia ficar andando no meio da rua? Eu não tinha perdido nada aqui em cima, eu vim mesmo pra buscar ele [meu marido desacordado]. Que quando ele fugia, eu falava que não era pra nós deixar ele no meio da rua, porque [...] se desse um epilético nele [...] ele não vivia, né? Nós atentando ajudar ele, né? E daí no fim quase que eu vô pra cadeia. Mas daí doeu na consciência dele, eles viram que eu tava certa. Não, mas nós sofrimo, menino. Mas Deus me deu minha vitória. Falei, “Deus, cê vai ajudar, até donde esse home conviver nós tamo no calo dele”. E convivemo 33 ano junto, até que a morte nos separou (ANA, 2019).

Após serem despejados da moradia em que viviam no bairro Morumbi, logo após o pai de Ana falecer, como vimos, a trabalhadora e sua família, filhos e esposo, mudaram para a Ocupação do Jardim Gramado, afastando-se de seus irmãos. Nesse momento, Ana deixou de trabalhar como boia-fria e passou a conseguir grande parte da renda familiar trabalhando na coleta e venda de materiais recicláveis e, em menor medida, em outras atividades como a venda de rua de panos de prato, que comprava em armazéns para revender, além da limpeza do Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade (CEMIC)<sup>19</sup>, serviço este pago em

<sup>19</sup> Em sua página de internet, a instituição se apresenta como: “O CEMIC – Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade, criado em 03 de Outubro de 1977, é uma OSC [organização da sociedade civil] sem fins lucrativos que desenvolve o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no contra turno escolar para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos em situação de vulnerabilidade social. Este trabalho é extensivo às famílias através de ações coletivas, atendimentos individuais e visitas domiciliares. Possui uma equipe técnica composta de: Pedagogo, psicólogo, assistente social, educadores sociais e equipe de apoio. [...] O nosso trabalho é feito através de ações e oficinas socioeducativas que visam desenvolver as potencialidades das crianças e adolescentes. Entre as oficinas socioeducativas desenvolvidos no CEMIC estão: Inclusão Digital, Brinquedoteca,

forma de cesta básica, como foi mencionado no trecho citado.

Sua “história” envolvendo o esposo, filhos, policial e assistente social se passou neste período, aproximadamente entre 2010 e 2012, ano em que seu primeiro marido morreu aos 48 anos de idade. Narrou que ele sofria de depressão e por isso “ficou 7 anos em cima de uma cama”<sup>20</sup> (ANA, 2019). Dependente químico e com mais uma série de doenças, algumas delas decorrentes do abuso do álcool, ele tomava medicamentos fortes, “fugia” de casa enquanto a trabalhadora saía para trabalhar e era comum a situação da família ter de resgatá-lo desacordado pelas ruas da cidade. Seus filhos mais novos e netos que cuidavam dele, quando não estavam na escola ou junto de Ana no trabalho de coleta de recicláveis, ficavam sozinhos na moradia da Ocupação ou também saíam, sem o controle da mãe.

Este ambiente no qual “só eu [Ana] que trabalhava pra sustentar a casa” e, ao mesmo tempo, tinha de deixar seus filhos menores praticamente sozinhos, sem o controle de onde andavam e com quem se relacionavam a preocupava muito. A ponto de no início dos anos 2000 comprar em várias prestações de R\$ 250 reais mensais, um lote no distrito de Guaporé, parte ruralizada do Município de Guaraniaçu/PR, onde até o momento de nossa entrevista seus filhos e netos menores de idade moravam, lugar que Ana considerava ter mais controle sobre a criação de seus dependentes.

Assim como a outra anedota sobre seu “barraco” que foi invadido e, por isso, se mudou temporariamente para outra ocupação, ficando vulnerável à vigilância de instituições

---

Oficina Literária e Oficina de Canto Coral. Na área esportiva temos as modalidades de Futsal e Ginástica Artística.” (CEMIC, 2023).

<sup>20</sup> Sobre seu finado marido, Ana explicou na entrevista qual era a condição de saúde dele nos últimos anos e seus impactos na dinâmica familiar: “O pai deles ficou 7 anos em cima numa cama, fugia de nós, que ele ficou depressivo. Ele fugia, eu chegava e tinha que caçar ele na cidade, nós sofrimo com ele. E daí cê vê, eu vim trabalhar nos papel [como catadora], vendia meus pano de prato pra mim comprar o leite [...]. [...] Era só eu que trabalhava pra sustentar a casa. [...] No posto ele [marido] dava aqueles epilético, no PAC [Pronto Atendimento Continuado] ele ficava internado uma semana. Eu ia no PAC visitar ele, de noite eu ia trabalhar. [...] Daí eu buscava ele e cuidava de 5 criança pequena, eu nem sei como que [consegui], só que Deus dá a vitória pra quem merece. [...] Porque óia [...] Ele tinha vez, menino, ele bebia e [tomava] remédio controlado, ele fugia de nós e ele bebia. Ele gritava 3 dia xingando nós dentro de casa, [...] você fazia uma comida e ele jogava, você ponhava o pé pra dentro de casa ele bordoava as coisa [...] A polícia não fazia nada.

Leonardo: Mas e o que deixou ele assim?

Ana: Depressão... depressão profunda que deu nele. [...] Diz o médico que ele tinha outra família, assim quando ele fugiu, quando ele abandonou nós, ele tinha outra família [...] A médica ainda falou pra ele, “Por que que ele não ficou acompanhando [a outra família], por que não deixou nós e acompanhou a [outra] família dele pra ele não ficar... Daí ele não tinha controle... ele saía, ele fugia e daí atacou aquele epilético, leucemia, atacou a diabetes, atacou a trombose, atacou 5 tipo de doença. [...] No final da vida dele ele sofreu. Ele não andava, ele ficou dois anos inchado, do começo ao fim [...]. A diabetes que ataca mais. Nós sofrimo, menino. Vai até vê eu tô andando e Jesus que tá me cuidando, meu aliado dos meus carreiro. Porque nós entrava pra dentro [de casa] e nós tinha que ficar só de zóio nele. O que ele achava ele tacava em nós. Até que um pouco amontuava, dava aquele epilético nele e já tinha que chamar o carro pra levar ele. A SAMU as vezes tinha vez de ir 3, 4 vez lá em casa durante a semana. Dava aqueles epilético nele e demorava 1 hora, 2 horas, daí ele internava, traziam. Daí foi até que o médico avisou que não ia mais ter solução se ele bebesse, daí ele fugia de nós. [...] Um prato de comida ele não ganhava, mas 1 litro de pinga ele ganhava... Daí não tinha [o que fazer], porque não tem solução pra você cuidar de uma pessoa quando ela tá rebelde [...] (ANA, 2019).

como o Conselho Tutelar que poderiam a declarar incapaz de criar seus filhos; a anedota envolvendo a assistente social e o policial também segue um mesmo princípio: afastá-la de certa imagem de desleixo/desregrada e expor sua indignação contra os estereótipos raciais e de classe com os quais trabalhadores como ela precisam lidar em suas trajetórias, para além de sua própria condição de pobreza, que inclusive a difere de outros trabalhadores em condições semelhantes, mas que não compartilham da mesma imagem socialmente produzida sobre pessoas como Ana.

Em nenhum momento me referi a ela como uma trabalhadora negra. Aliás, não declarei a raça de nenhum dos sujeitos presentes nesta dissertação. Isso gera uma estranheza pois pressupõe ser possível analisar a “condição de classe” em separado da raça ou do que socialmente ela representa no conjunto das relações e tensões sociais. Dá a impressão de que somente Ana e sua família tem “cor”, enquanto os outros trabalhadores citados seriam a normalidade “sem cor”, ou melhor, sem marca. Isso me incomoda e ainda estou aprendendo a pensar a totalidade da noção de condição de classe que almejo.

Ana é uma trabalhadora negra, mas não está em qualquer lugar do Brasil, ela está em Cascavel, no Oeste do Estado Paraná. Quais seriam as particularidades étnicas que compõem o campo de possibilidades para trabalhadoras como Ana? Suas histórias envolvendo relações com sujeitos e instituições nos indicam como se veem e se colocam frente às desigualdades que experienciam. Quais códigos, socialmente compartilhados, permitem que um policial veja e aborde trabalhadores nestas condições de classe dessa maneira?

Além da noção de “vagabundagem” presente no olhar das pessoas que a veem andando pela cidade, ao ter de provar ao policial e à conselheira tutelar que seus filhos são realmente seus, tendo de deixar seus documentos próximos para os mostrar ou “provar”, Ana lida também com uma ideia de promiscuidade ao ter de reafirmar que todos os seus filhos são do mesmo marido. Se nessa história Ana expõe a mim através de sua narrativa como “sofreram” em suas trajetórias pela cidade, em outro trecho de nossa conversa ela trouxe mais indícios sobre como interpreta o olhar de outros sobre seu modo de vida.

**Ana:** [...] um dia eu tava subindo aqui perto do [bairro] São Cristóvão, e um homem perguntou pra mim assim, “Dona, a senhora bebe?”, eu falei “Não”, e eu com o piá em cima do carrinho carregadinho de papel, que tinha ido buscar lá no shopping [...]. Um tal de Marcio, um rapazião bem altão, a mulher dele é bem magrinha, ela foi e me cercou lá no portão, [e falou] “Você não quer fazer limpeza aqui pra nós?”. Ela chamou pra fazer limpeza, né? Daí o Marcio falou assim, “Como que é o seu nome?”, falei “Meu nome é Ana”, daí ele me perguntou, “A senhora bebe?”, falei “Não”, “A senhora usa droga?”, falei “Não, só por que você tá me vendo eu magrinha?”, ele

falou “Sim”. Eu falei, “tem gente mais magra do que eu aí ainda”. Daí começômo a conversar. Ele chamou eu e deu um copo de café com leite pro piá, né? Daí chamou eu pra ir limpar, logo limpei tudo aquele barracão, ensaquei, [...] me deu tudo os alumínio (ANA, 2019).

O caminho narrativo para chegar até a anedota acima começa com a trabalhadora expondo que naquele momento estava depressiva e sem muitas alternativas quanto ao pagamento dos custos do velório de seu finado marido. Os filhos, que segundo ela, poderiam lhe ajudar de alguma forma, não contribuíram e a deixaram com todos os encargos – que aliás, é um tema que recorrentemente apareceu durante a nossa conversa. Pois, mais uma vez um velório e um enterro explicitam as limitações de renda e acesso a apoio financeiro. Isso teria lhe adoecido e a deixado apreensiva em relação ao seu futuro e de seus filhos. Logo após narrar essa espécie de enquadro na rua, ela demonstrou gratidão a Deus por ter “dado tudo essas vitória” e por Marcio ter empregado um de seus filhos em um momento subsequente, fato que possibilitou ao seu filho “o dinheirinho que ele pegava e comprava as coisas” (ANA, 2019).

Curiosamente, disse que gostaria de novamente os encontrar, “tirar um tempo daqui pra mim ir lá ver o Marcio, porque aquela família ajudou eu” (ANA, 2019). Digo, curiosamente, porque seria verossímil ela demonstrar alguma mágoa ou outro sentimento do tipo por Marcio e sua esposa, visto que deixa claro seu desconforto ao ser inquerida e comparada com pessoa que “bebe”, “usa droga”, por ser “magrinha”, somente por estar trabalhando com coleta de recicláveis junto de seu filho.

Mas pensar dessa forma só faria sentido se esquecermos as relações de poder e desigualdade entre esses sujeitos. Note, aquele era um momento muito difícil para a trabalhadora e sua família, seu marido com quem demonstrou ter afeição havia falecido há pouco tempo, estava endividada, sem perspectiva de conseguir pagar o que devia, trabalhando com reciclagem e tinha vários menores de idade sob sua responsabilidade para cuidar. Aguentar o desaforo dos racistas, não encerrar a comunicação quando foi insultada, ou como narrou na outra anedota, “não rateou”, possibilitou naquele momento o vislumbre de uma saída de suas dívidas. Relação assimétrica que o casal soube explorar muito bem a seu favor.

Se sua condição de classe não lhe permitiu escancarar o confronto tal eram as pressões experimentadas, isso me leva a especular se até os traços de personalidade que identifiquei em

Ana, como a sutileza de sua crítica, ou cordialidade com que me recebeu em sua moradia, não seriam também estratégias, em meio à sua cultura, produzidas frente a tais tensões.<sup>21</sup>

Outras evidências da movimentação dos trabalhadores, encontradas na imprensa da cidade na virada do século XX para o XXI, indicam mais caminhos em relação a criação dos filhos e às questões a eles atrelados como destaquei até aqui pela experiência de Ana.

Em reportagem da Revista Oeste do ano de 1998, assinada por Elayne Carmargo, com o título “Vida. Como ela é para quem ‘tenta viver’?” (CAMARGO, 1998, p. 5-7), apresenta Luiza, que trabalhava com a coleta de materiais recicláveis. Juntamente à matéria há uma fotografia (Imagem 8) com a frase que teria dito na entrevista.

Luiza dos Santos, tem 22 anos e já passou por muitas situações ruins na vida. Ela tem uma barraquinha (parecida com uma barraquinha de passeio), com dois metros de largura, por um metro e meio de altura aproximadamente, feita de lona plástica, com furos, ou melhor, buracos enormes. No interior de sua “casa”, não tem quase nada. Para dormir, ela se embrulha em papéis e trapos que cata pelas ruas. Vive da cata de ferro-velho. [...] Sentada em meio a restos de comida e à frente um fogo improvisado, Luiza aquecia água, numa lata de leite, toda preta. “É para o chimarrão”, disse. Para o almoço, Luiza pretendia comer abacate com açúcar. “Isso tem sido minhas refeições”. Luiza já teve cinco filhos. Um morreu e, os outros quatro, deu pra adoção. “Não sinto saudades, porque nem os conheci direito. Sei que eles estão melhores sem mim. Mesmo morando desta forma, sou feliz, afinal de contas, não tenho lugar melhor para morar. O que não posso é desesperar. Como disse, sou feliz, tenho saúde”, concluiu Luiza. (CAMARGO, 1998, p. 7)

#### Imagem 8– Trabalhadora Luiza

---

<sup>21</sup> Comecei a formular essas impressões em 2021, no início do período para a produção desta dissertação. Nesse ano, apresentei uma nota de pesquisa com título *Trabalhadores, seus vínculos e a produção recente de Cascavel (2000-2019)*, onde busquei entender aquilo que nomeei de “vínculos” (Gomes, 2019), pensando as formas como estes trabalhadores se relacionavam lidando com relações de poder, estereótipos de classe e a própria presença do pesquisador.



*Luiza dos Santos: “O que não posso é desesperar. Sou feliz, tenho saúde”*

Fonte: Vida – Como ela é... (1998, p. 7). Autor: Marcelino Duarte

Ter filhos envolve uma série de questões e exige, em grande medida, uma reconfiguração drástica de suas necessidades e expectativas. Para trabalhadores que experienciavam condições como as descritas na reportagem, além das dificuldades e da dureza envolvendo certas decisões, como a de os colocar para adoção, ainda enfrentam moralidades nas avaliações sobre suas condições e tomada de decisões frente a elas. Moralidade que lhe pressionou à exposição de sua condição ao justificar sua escolha em pôr seus filhos para adoção, “estão melhores sem mim”, ao mesmo tempo em que contradiz toda a narrativa degradante da redatora, “sou feliz, tenho saúde”.

A avaliação da autora da reportagem sobre Luiza, de que aos 22 anos, morando em uma barraca, em situação de fome e “já” ter 5 filhos (um falecido e outros 4 postos para adoção), para além do constrangimento, indicam uma pressão social sobre a maternidade, ao considerar Luiza como a única responsável pelas crianças, e uma certa ideia de promiscuidade com a qual trabalhadoras como Luzia têm de lidar ao comentar sobre tais experiências ou se verem pautadas a partir de sua idade e quantidade de filhos e/ou parceiros.

Nessa mesma temporalidade, Ana, quando conseguia, levava seus filhos maiores junto para o trabalho nas roças da região e, quando isso não era possível, os deixava com sua mãe na casa que mantinham na cidade de Cascavel. Poderíamos interpretar esta prática como um



modo de incorporar as crianças e adolescentes da família na renda familiar através do trabalho junto da mãe, mas outras experiências sugerem significados mais alargados, tornando-a imbricada com várias outras questões na dinâmica familiar dos trabalhadores.

Ainda sobre a experiência de Ana e sua família, nos 20 anos em que viveram no bairro Brasília, seria interessante investigarmos para além de sua narrativa oral, outras experiências de trabalhadores que também conviveram na mesma territorialidade. No entanto, dentre os materiais que tomei contato para a realização desta pesquisa, poucas foram as referências sobre trabalhadores deste bairro em específico, mesmo a entrevista de Ana poucas vezes insinua um compartilhamento de suas condições com outros trabalhadores naquele bairro.

Em nenhum momento esta pesquisa teve a intenção de se restringir a algum bairro ou região de Cascavel, mas se por um momento esquecermos as limitações geográficas que delimitam onde começam e terminam os bairros e lançarmos o enfoque sobre suas condições de classe, não vejo problema em considerar representativos a este procedimento trabalhadores de outras localidades, pois assim como Ana e sua família, eles vieram a constituir suas moradias em localizações mais afastadas e baratas, lidaram com o desemprego e baixos salários, como foi o caso de uma variedade de reportagens em jornais e revistas publicadas em Cascavel entre os anos finais do século XX e iniciais ao XXI.<sup>22</sup>

Noeli, trabalhadora, mãe de 8 filhos e moradora do Jardim Tarumã, e a “dona de casa” Marilde, de 29 anos, com 4 filhos e grávida de 8 meses, foram citadas em reportagem da *Gazeta do Paraná* no início do inverno do ano de 1999. A publicação com o título “Solidariedade de inverno. Entidades socorrem comunidade carente” (Solidariedade..., 1999, p. 21), divulga com texto e imagens o trabalho de “entidades” de Cascavel que atuam no “socorro” de famílias “carentes” e “mendigos”, nos “bairros mais pobres” e em “praças e ruas” da cidade, que diante de notícias sobre o inverno que se aproxima, “o mais rigoroso dos últimos 10 anos”, estariam “preocupado[s] com a comunidade humilde, que sofrem com as baixas temperaturas” (Solidariedade..., 1999, p. 21).

Dentre as “entidades” destacadas pelo jornal estão o Serviço de Obras Sociais de Cascavel (SOS), que segundo o documento “Perfil Municipal 2003/2004”, produzido pela Prefeitura, atendia no início deste século, “aproximadamente mil famílias em caso de

---

<sup>22</sup> Considerei para essa pesquisa os meios de comunicação como um campo de evidência importante acerca das impressões registradas sobre trabalhadores e relações estabelecidas em Cascavel. Particularmente, vale ressaltar que essa linguagem constitui um mote importante no campo de construção/proposição de imagens (impressões e valores) sobre esses sujeitos e seus modos de vida, bem como trata de referendar e refutar encaminhamentos dirigidos para eles (isso diz muito do posicionamento dessa imprensa frente ao Poder Público e olhar de classe que lança sobre as desigualdades experimentadas na cidade. Sobre a pertinência de visualizar os meios de comunicação como fontes ver: Maciel (2004, p. 14-40; 2020); Cruz e Peixoto (2007, p. 253-270); Vieira; Peixoto; Khoury (2007, p. 29-64).

vulnerabilidade, com medicamentos, alimentos, fraldas, cestas básicas, leite e vestuário. [Atendiam] também, doentes em estado terminal” (Cascavel, 2004), e segundo a reportagem estavam “precisando de fogões à lenha e agasalhos” (Solidariedade..., 1999, p.21). Também é mencionado na reportagem o “Caom”, entidade que estaria vendendo acolchoados à “comunidade”, produzidos com a mão de obra de “menores atendidos pelo Caom [que] fabricam acolchoados [e posteriormente eram] ‘vendidos à comunidade’”, o acolchoado de casal custava R\$ 55,00, e o de solteiro R\$ 40,00, “o dinheiro arrecadado é utilizado para manter a entidade e para comprar o material para a confecção dos edredons” (Solidariedade..., 1999, p. 21). Categorizado como uma entidade de “Assistência não governamental” e de “contraturno social”, O “Perfil Municipal 2003/2004” descreve o Caom da seguinte forma:

É uma entidade assessorada pelo governo municipal e que tem como objetivo atender crianças e adolescentes em situação de Risco Social e Pessoal. Presta serviço de abrigo provisório e contraturno social através de atividades diversas. Localiza-se na rua Europa, s/n no bairro Morumbi (CASCAVEL, 2004).

As descrições da entidade, tanto aquela presente na reportagem quanto aquela anos depois feita pela Prefeitura, levam a inferir que as “crianças e adolescentes em situação de Risco Social e Pessoal” que integravam o Caom trabalhavam no contraturno escolar confeccionando (ao menos nos períodos de inverno) acolchoados que seriam vendidos aos que passavam frio, e assim, mitigariam parte das dificuldades que as famílias mais pobres da cidade passavam naquele inverno. Pouco claro é como as famílias conseguiriam comprar edredons de R\$ 40,00 ou R\$ 50,00, visto que o salário-mínimo em maio de 1999 era de R\$ 136,00 e muitos desses trabalhadores se encontravam desempregados e/ou fazendo bicos para compor a renda, conforme as evidências sobre os modos de vida destes sujeitos sugerem.

Ao que parece, ao contrário da finalidade proposta pela reportagem, a clientela dos acolchoados do Caom não eram aqueles que não tinham condições para se aquecerem no inverno, e as intenções “assistivas” pareciam visar a ocupação do contraturno de crianças e adolescentes “em situação de Risco Social e Pessoal”.

Apresentada na mesma reportagem, considero Noeli representativa das condições experienciadas socialmente por um conjunto expressivo de trabalhadores em Cascavel naquele final do século XX. Ao lado do texto, a reportagem traz uma fotografia de Noeli com um de seus filhos (Imagem 9).

Noeli [...] mora na Rua Yara Amaral, 2, no Jardim Tarumã. Ela tem oito filhos. O mais velho tem 17 anos e o mais novo seis meses. Apenas o esposo e o filho de 14 anos trabalham. O pai fabrica quadros de times de futebol e com o filho vendem nas ruas. Ganham em média um salário-mínimo por mês. A casa, um barraco feito com restos de madeira, tem três cômodos. Há no interior um pequeno aparelho de televisão, dois colchões de solteiro, dois cobertores, algumas roupas, calçados e um fogão à lenha. O alimento desta família no final de semana era arroz, feijão e macarrão. O suficiente para dois dias. Noeli disse à reportagem [...] que tem vivido com o salário do filho e do esposo – “isso quando conseguem vender alguma coisa” – e de doações. Para o inverno, não há cobertores suficientes para todos, nem agasalhos para um dos filhos menores. Ela espera um milagre (SOLIDARIEDADE..., 1999, p. 21).

Imagem 9 – Noeli e seu filho



Fonte: Solidariedade... (1999, p. 21). Autor: Sady Heyse

Certamente Noeli e sua família não teriam condições financeiras para comprar os acolchoados produzidos pelas crianças e adolescentes atendidos pelo Caom, embora vivam em condições de vulnerabilidade social, expressas no como vivem, na renda baixa e instável,

habilitando os filhos da trabalhadora para o atendimento da entidade. Assim como o esposo de Noeli que lida com um trabalho que lhes trazem pouca ou nenhuma segurança quanto à renda, Marilde, outra trabalhadora citada na reportagem, também compartilha desta imprevisibilidade.

A dona de casa Marilde [...] tem 29 anos e quatro filhos. Está grávida de oito meses. Mora no Jardim Melissa II e na sexta-feira passada, se não tivesse recebido a sopa distribuída pelos voluntários da Igreja Batista, ela e a família não teriam se alimentado. O esposo trabalha de pedreiro, mas o que ganha não tem sido suficiente para sobreviverem. “O pior é que no inverno o serviço é mais difícil. Ele quase não acha, daí a gente fica assim, sem ter nada em casa. Se não fosse esse sopão, não sei o que seria dos meus filhos”, desabafa (SOLIDARIEDADE..., 1999, p. 21).

Dependendo exclusivamente da renda inconstante de seu marido, obtida com o trabalho como pedreiro, a família de Marilde com quase 6 integrantes encontrava muitas dificuldades para a alimentação, para além do frio. Quadro que se agravou com a chegada do inverno, restringindo ainda mais o campo de possibilidades para o trabalho de seu marido, pois “no inverno o serviço é mais difícil”. Como forma de alimentar seus filhos e lidar com tais condições de vulnerabilidade social, Marilde recorria a entidades como a Igreja Batista que, segundo a mesma reportagem, disponibilizava sopa três vezes por semana em diferentes localidades da cidade: terça-feira no jardim Floresta; quinta-feira no Tarumã, recebendo também moradores do Abelha, Cohab e Jesuítas; e sexta-feira no Melissa II (SOLIDARIEDADE..., 1999, p. 21). Todas essas localidades compoem a territorialidade mencionada no início deste capítulo como um espaço de circulação e constituição de modos de viver de trabalhadores empobrecidos.

No centro do texto, a publicação traz uma fotografia (Imagem 10) de um destes grupos que distribuíam refeições pela cidade.

Imagem 10 – Grupo servindo sopa para trabalhadores de Cascavel



Fonte: Solidariedade... (1999, p. 21). Autor: Sady Heyse

A legenda escolhida para acompanhar a fotografia não dialoga com o que a imagem e o texto me sinalizavam, pois o que se vê é a predominância de crianças e mulheres, provavelmente mães e avós, em uma localidade e paisagem que remete às bordas do perímetro urbano, onde grande parte dos trabalhadores constituem suas moradias – ainda que precárias – sem se nominarem mendigos.

Ana, ao narrar em nossa entrevista sua ida para a ocupação do Jardim Gramado, por volta do ano de 2002, também menciona a existência de um “barracão da sopa” (Ana, 2019), o qual utilizou para referenciar a localização de sua antiga moradia no bairro Morumbi. Reforçando, para além das condições experienciadas por Noeli, Marilde e um grande número de famílias atendida pelas entidades, uma condição de fome sistêmica entre trabalhadores na cidade de Cascavel durante esta temporalidade, na qual somente o Serviço de Obras Sociais teria “mais de 3 mil famílias cadastradas [recebendo] diariamente cestas básicas e roupas” (SOLIDARIEDADE..., 1999, p. 21).

Se no ano de 2000 o censo do IBGE contou 245.369 habitantes em Cascavel, e considerarmos 5 integrantes familiares para cada uma das 3 mil famílias cadastradas no Serviço de Obras Sociais (SOS) até aquele momento, chega-se ao número de 15.000 pessoas experienciando condições de vulnerabilidade social e econômica, algo próximo de 6,1% do total de habitantes naquele período, isso sem contar os não cadastrados no SOS e invisíveis aos índices estatísticos, por falta de registro civil de crianças e de integrarem os cadastros públicos de muitos adultos.

Analisando fragmentos da experiência dos trabalhadores presentes neste capítulo, como Ana que teve seu primeiro filho com 15 anos, Luiza e seus filhos postos para adoção, Noeli, Marilde e suas famílias enfrentando dificuldades na criação de seus filhos, vejo como pertinentes fazermos alguns questionamentos ao pensarmos as pressões, tensionamentos e culturas constituídas neste campo de ação tão desigual entre tais sujeitos. Questionamentos sobre o que significa para trabalhadores como estes a criação de seus filhos, ou mesmo a própria gestação deles. Ao constatar uma gravidez e assumindo desigualdades entre gêneros, quais perspectivas de ação tais mulheres viam como possibilidade? O que significa ter filhos sob pressões e tensionamentos que podemos analisar nas evidências eleitas nestas fontes?

O diálogo com as evidências sugere que a experiência de fome e/ou insegurança alimentar fazia parte da subjetividade desses sujeitos – seja porque se apresentava esporadicamente seja porque se tornou mais constante à medida que certas condições adversas se colocavam mais contínuas, o que cresceu rapidamente nas décadas finais do século XX.<sup>23</sup>

Um enredo histórico que tive maior facilidade de encontrar publicações na imprensa comercial da região, favoráveis ao governo municipal e ao poder hegemônico, ao se defrontarem com um panorama difícil de esconder como este. Um esforço notório para explicar tais “problemas”, tangenciando suas causas e manobrando condescendência e ajustes aos trabalhadores e o que deveria eleger como prioridade e conduta.

A própria reportagem apontada anteriormente se fez nesse bojo de intenções ao dar mais peso à chegada do inverno, fenômeno natural, como causador ou intensificador dos problemas experimentados pelos trabalhadores – do que identificar aí uma pauta de desigualdades e falta de acesso a direitos por um número expressivo de moradores da cidade, tanto que não cobra do Poder Público ações, mas nomina de solidariedade o amenizar dramas de tal ordem. (Solidariedade..., 1999, p. 21).

---

<sup>23</sup> Reis (2017, p. 91), ao discutir o papel estratégico de Cascavel no agronegócio da região Oeste, destaca como o crescimento do município mais que dobra entre a década de 1980 e 1990, além disso nos anos iniciais do século XXI continua proporcionalmente a elevar suas taxas de crescimento, sinalizando o grande número de demandas sobre serviços e moradias populares presentes neste momento para uma faixa expressiva da população.

Dessa forma, outra publicação do ano anterior também é significativa. A reportagem da *Revista Oeste*, com o título “Vida. Como ela é para quem tenta viver?” (CAMARGO, 1998, p. 5), diferente da compreensão expressa na última reportagem que analisamos, oferece aos seus leitores uma explicação mais elaborada sobre as duras condições experienciadas por trabalhadores no final da década de 1990 em Cascavel.

*As histórias nem sempre são como em contos de fada. Todo o mundo espera que a felicidade lhe bata às portas, mas nem todos tem a mesma sorte*

Depois que as bolsas asiáticas registraram queda – há pouco mais de um ano –, sendo seguidas por Estados Unidos e Japão, o Brasil não teve como escapar. O resultado, é a crise econômica que tira o sossego de muita gente. Crise, aliada às mudanças advindas do Plano Real, que já levou muitas empresas a fecharem as portas. Tem outro resultado negativo: “desemprego”. Segundo o IBGE, a redução da taxa média de desemprego, foi consequência da queda de 0,7% da população economicamente ativa. De acordo com o instituto, o número de trabalhadores ocupados caiu 0,3%. Em Cascavel, o desemprego ultrapassa a casa dos 11 mil. As poucas vagas oferecidas pelas agências, exigem, na maioria das vezes, mão de obra capacitada. Muitos dos que perderam o emprego, e até gente quem nunca trabalhou, tentam sobreviver de acordo com as próprias possibilidades. Há aqueles que catam papel, aqueles que pedem “ajuda” e há quem encontra o “sustento”, em latas de lixo.

[...]

Além dos ocupantes das favelas, dos mendigos e dos catadores de papel, as diferenças sociais, impostas pela sociedade, já atingem famílias de classe média. Muitos pais perderam o emprego. Muita gente, perdeu a família. Sem perspectiva de um futuro melhor e sem saber confiar o futuro dos filhos, do povo do Brasil, muita gente está perdendo a identidade e, já não luta por aquilo que considerava importante. Prova disso, que no Paraná, 42% dos eleitores não foram às urnas, deixando de escolher seus representantes políticos (CAMARGO, 1998, p. 5,7).

Os dois trechos apresentados são respectivamente o primeiro e último parágrafo do texto, entre os dois há diálogos da redatora com trechos de entrevistas realizadas com trabalhadores da cidade, além de fotografias destes, assinadas por Marcelino Duarte, usados para compor a narrativa e exemplificar os impactos da “crise” anunciada no primeiro parágrafo da reportagem. Antes de os analisarmos, cabe destacar a visão de mundo expressa pela redatora.

Ao procurar contextualizar as condições que viriam a ser apresentadas no texto e, também, aquilo que vários de seus leitores, mesmo não vivenciando na pele tal desigualdade percebiam ao experienciarem a cidade, a autora oferece a noção de uma “crise econômica”. Esta causada recentemente pela queda das “bolsas asiáticas”, EUA e do Japão; que chegou até o Brasil sem muito o que a ser feito, “não [tendo] como escapar”; além das “mudanças

advindas do Plano Real”, que levaram “empresas a fecharem as portas”. O resultado para a população de Cascavel teria chegado desse universo externo, provocando “o desemprego [que] ultrapassa a casa dos 11 mil”, explicado por “poucas vagas” disponíveis e a exigência de “mão de obra capacitada”, não contemplando, assim, grande parte dos trabalhadores da cidade, afetando inclusive as “famílias de classe média”, que seja pelas “diferenças sociais impostas pela sociedade”, ou simplesmente “sorte”, estão “sem perspectiva de um futuro melhor”.

Perceba que tratar de tais desigualdades com esta noção de “crise econômica”, proposta pela autora, insinua que este momento é apenas uma exceção conjuntural. Mais do que isso, terceiriza a culpa pelas desigualdades, saldo do projeto hegemônico de avanço do capitalismo no campo, para um processo que começou do outro lado do mundo, chegou ao Brasil e então atingiu trabalhadores, respingando até na “classe média”. Uma visão que desconsidera a historicidade de tais desigualdades e é muito confortável ao poder hegemônico local.

Josefa é outra trabalhadora que assim como Luiza foi utilizada para compor a narrativa da redatora sobre as pessoas que “tentam viver” em Cascavel. Assim como a mãe de Ana que era a responsável de seus filhos menores enquanto a filha saía para o trabalho em propriedades rurais da região, o parágrafo sobre Josefa dá a entender que sua família compartilhava de uma dinâmica semelhante quanto aos cuidados dos filhos.

[...] A viúva Josefa Ferreira da Silva de 58 anos, tem sete filhos e, perdeu seu esposo há mais de 20 anos. Josefa também tenta sobreviver catando papel. Ela cuida de quatro netos e diz que “quando falta dinheiro, sobre caridade”. Segundo ela, “Tem muita gente que ajuda dando alimentos, roupas e calçados. Eu não peço esmolas. Acho muito feio. Ainda posso trabalhar, além disso tenho vergonha de pedir. Só que não posso deixar de aceitar a ajuda dos outros. Se não, os meus netos é que sofrem”. [...] O barraco onde Josefa vive com seus netos, é feito de tábuas bem juntinhas, mas é coberto de lona plástica rasgada. Tem apenas um cômodo, uma cama quebrada e poucos colchões que não são suficientes para todos, tendo que dormirem juntos. “Quando chove entra água no barraco, que minhas crianças ficam no meio do barro. Vira uma aguaceira só. Molha tudo”, lamenta a avó de quatro netos menores que tem como sonho, “ganhar um fogão” (CAMARGO, 1998, p. 7).

A redatora não precisou a localidade de nenhuma das moradias dos trabalhadores citados na reportagem, mas tenho a impressão de serem todos do bairro Cascavel Velho. Cuidando de seus 4 netos enquanto faz coleta de materiais recicláveis pela cidade, podemos imaginar, a partir do que analisamos da experiência de Ana e seus filhos, que Josefa lide com



as mesmas questões expressas pela outra trabalhadora, com a vigilância de sujeitos e instituições sobre o modo como lida com a pobreza.

Assim como Ana, Josefa destaca na reportagem mque sente a necessidade de reforçar que por mais que viva do modo como foi retratada; numa moradia de “um cômodo”, “uma cama quebrada”, colchões insuficientes, “no meio do barro”; ainda assim é *trabalhadora* aos 58 anos de idade, procurando desvencilhar-se de uma possível associação por parte da repórter à incapacidade de cuidar de seus netos por si própria, além do estereótipo socialmente compartilhado que associa pobreza com vadiagem e certas imposturas morais. E, quem sabe, angariar alguma ajuda para melhorar a situação de seu “barraco” que chove dentro, como uma lona inteira para a cobertura, ou até algo mais ousado como a realização de seu “sonho de ganhar um fogão”.

De um lado a jornalista, a revista e os interesses políticos e econômicos tratando à sua maneira a desigualdade escancarada pela cidade. Na sua visão de mundo, apenas “diferenças” “impostas” abstratamente pela “sociedade” e que atingem até seu público leitor<sup>24</sup>. De outro lado, a trabalhadora lidando com estereótipos e moralidades sobre sua condição de classe, se resguardando em relação à vigilância dos que querem interferir no modo como vive a cidade, e abrindo possibilidades de sensibilizar os interessados em seu modo de vida.

O diálogo com as fontes evidencia outra possibilidade em relação ao que fazer quando estas trabalhadoras se encontram grávidas e precisam recalculas alternativas em meio a dinâmica da cidade. O aborto, talvez a mais moralizada das possibilidades, até mais que os pôr na adoção como foi o caso de Luiza, apareceu em meio as narrativas jornalísticas e também em entrevista com a trabalhadora Joana.

Nesta mesma edição da *Revista Oeste*, como o título “Aborto – Paraguai mantém clínicas clandestinas” (ZUCARELLI, 1998, p. 27), assinado por Fátima Zucarelli, o texto associa as praticantes com a criminalidade.

*Sem qualquer estrutura, clínicas realizam abortos e farmácias vendem Citotec*

<sup>24</sup> Em um de seus anúncios, ao tentar convencer anunciantes e os vender espaços publicitários nas páginas da revista, é possível apreender como interpreta o público que majoritariamente a lê: “Por que Revista? Quem **pode comprar** revista **pode comprar seu produto**. A dispersão é mínima e você atinge o **público qualificado**. Revista têm alta penetração nos **melhores perfis**. Quanto mais qualificado seu **público consumidor**, mais **lê revista**. O leitor pode parar e ler seu anúncio, refletir e tirar suas conclusões. O leitor é que faz o horário nobre. A revista vai com você a qualquer lugar. O leitor coleciona, lê e relê a revista quantas vezes quiser. Em revista, você conquista o consumidor pela cabeça. Em revista, você conquista o consumidor pela emoção (POR QUE..., 2001, p. 21, grifos meus).

Clínicas clandestinas “escondidas” sem a menor condição de higiene, remédios proibidos vendidos ilegalmente. A “indústria do aborto” em território paraguaio não conhece crise. A cada dia um maior número de mulheres – boa parte menores –, atravessa a fronteira em busca dos “profissionais da morte”. Em salas pequenas, sem higiene e condições, milhares de abortos são feitos de forma precária a cada ano. [...] No Paraguai, não existe punição para esse crime que no Brasil é punido com prisão. A decisão fica a “critério médico”, ou seja, são eles que decidem se deve ou não fazer a intervenção. Os procedimentos são rápidos e as pacientes “dispensadas”, qualquer complicação que aconteça eles recomendam que procurem tratamento no Brasil. [...] A maior parte dos abortos são feitos através de sucção, um aparelho é introduzido na paciente e o feto é retirado. Em caso de gravidez mais adiantada, os “médicos” que muitas vezes são “parteiras” induzem o parto com medicamentos que forçam o início das contrações. As clínicas realizam abortos com até seis meses de gravidez. [...] Descobrir o endereço desses locais não é difícil. Algumas farmácias não se incomodam de ensinar. O preço varia de acordo com cada caso. Alguns abortos podem custar até US\$ 300, dependendo do estado da gravidez. Nas clínicas, sem burocracia ou exames, os assistentes acertam o valor e marcam a data. Tudo rápido e simples. [...] As farmácias de Ciudad del Este não quiseram ficar de fora de um negócio tão lucrativo e partiram para a concorrência, oferecendo uma opção mais barata. O “Citotec”, um remédio que já foi utilizado no Brasil no tratamento de úlcera e que foi “banido” do comércio por ser também abortivo. A cartela com quatro comprimidos, à venda em qualquer farmácia, custa cerca de US\$ 20. [...] O remédio é trazido para o Brasil pelas mãos de sacoleiros que chegam a vender o “kit” por até R\$ 100 nas cidades brasileiras. A fiscalização na Aduana do Brasil é acirrada, mas é difícil controlar a entrada de envelopes de comprimidos. São pacotes muito pequenos, que a maioria das pessoas traz escondido na própria roupa. O Citotec causa hemorragias que provocam o aborto. Em muitos casos a paciente acaba tendo que ser levada aos hospitais em consequência do grande sangramento. Não existe uma estimativa do número de casos, mas os profissionais da saúde são unânimes em afirmar que cresce a cada dia, principalmente entre adolescentes. [...] O medo de assumir uma criança antes da hora, de enfrentar a família, faz dessas meninas o principal alvo do produto. Em qualquer farmácia de Ciudad del Este o produto pode ser encontrado. Os farmacêuticos ainda aconselham os “consumidores” a esconder o remédio para driblar a fiscalização. [...] O produto pode ser comprado até mesmo por menores, desde que o valor cobrado seja pago. Os médicos brasileiros alertam para os riscos que um aborto pode trazer para a saúde, principalmente nos casos das clínicas sem qualquer estrutura (ZUCARELLI, 1998, p. 27).

O texto que busca passar uma ideia de preocupação com a saúde das mulheres, principalmente das “menores” e “adolescentes”, vítimas dos “profissionais da morte”, com “medo de assumir uma criança antes da hora” ou o “enfrentamento dos pais”, na verdade as criminaliza ao moralizar essa alternativa encontrada frente às desigualdades e limitações, algumas que a própria redatora identificou em seu texto.

Os procedimentos eram realizados presencialmente em Ciudad del Este, cidade paraguaia, país fronteiro com a região Oeste do Brasil e, segundo a reportagem, poderiam

custar até US\$ 300, quantia inacessível para as trabalhadoras analisadas nesta dissertação e para um conjunto expressivo das famílias que compartilham essa condição de classe. Sendo assim, essa ação compõe somente o campo de possibilidades daquelas que não compartilham desses mesmos dilemas financeiros.

No entanto, as pílulas de “Citotec”, “à venda em qualquer farmácia”, atravessadas para o Brasil por “sacoleiros” e vendidas “por até R\$ 100 nas cidades brasileiras”, representavam uma possibilidade mais viável entre aquelas que não desejavam seguir com a gravidez, mesmo com todos os riscos legais e de saúde envolvidos – para além de outros recursos costumeiramente utilizados e reconhecidos na cultura popular – como chás e procedimentos caseiros para interromper a gravidez.

A trabalhadora Joana, que teve parte de sua experiência analisada em outro momento desta dissertação, revelou ter trabalhado por muitos anos de sua vida como “muambeira”, outro nome dado para trabalhadores que trazem mercadorias do Paraguai em direção ao Brasil.

**Joana:** [...] Lá [em Foz do Iguaçu, cidade de fronteira com o Paraguai] eu fui muambeira por muitos anos antes, 20 anos, passava tudo as ferramentas, eu via eles comprar, passar. [...] E a polícia pegou ele [homem para quem Joana trabalhava trazendo mercadorias e com quem teve um filho] e agora não pode mais [riso], que se pegar de novo ele não tem fiança, né? [...] Que dó que dá, né? Porque ele é trabalhador pra caramba, mas trabalhava, trabalhava... Ele levava muito aquele toca CD 350, conhece? [...] Ele não é bobo, mas até que ele fez uma bobeira e a polícia pegou ele. Ele abusava. Primeiro pegaram um carro, o segundo carro e o terceiro carro, daí ele levou aquele coiso de mulher fazer aborto. [...] Levava muito.

**Leonardo:** [...] Aqueles compridos, né? Citotec?

**Joana:** E daí pegaram ele preso. E daí ele ficou um ano acho. Daí ele saiu pra pagar a liberdade, acho que pagaram não sei o que e daí falaram pra ele que se ele for pego de novo ele não tem mais fiança. [...] E daí não tem advogado que... [resolva]. Daí ele [disse para mim], “Pode vim”, e eu trabalhei 17 ano com ele... [...]. Só ele mesmo que pegava direto, ele não dava essas coisas [mais incriminatórias] pra nós, nós só passava essas coisas assim ventilador, coisas de ferramenta, essas coisas que não era pura encrenca. Era furadeira, som, notebook, celular, iiixe o que mais passava. Eu tenho saudade dele, porque ele deu um telefone pra mim porque instalaram telefone na minha casa e ele deu de presente.

**Leonardo:** Esse que você tá falando é o cara que levou vocês lá... do sítio, lá pra...

**Joana:** Não, não. Isso é depois de muito tempo [...] iiixe. Quando entrou a ITAIPU e aí vieram aqueles chineses lá, um monte de gente lá no Paraguai e começaram a vender, né? E daí venderam e daí quando foi assim começaram a colocar gente pra trabalhar [trazendo coisas para o Brasil], né? Trabalharam muitos anos. Trabalhamo... trabalhamo pro menino tem... 17 ano (JOANA, 2019).

Entre as décadas de 1990 e 2010, anos em que trabalhou trazendo mercadorias no Paraguai, Joana residia na cidade de Foz do Iguaçu-PR. Junto ao homem que demonstrou ter afeição, chamado ao final do trecho de “menino”, a trabalhadora teve um de seus filhos. No entanto, não tinham mais a mesma proximidade no momento de nossa conversa.

Ao que parece, o homem para quem trabalhava e, também, mantinha vínculos afetivos, trabalhava trazendo mercadorias tidas como lícitas e ilícitas do Paraguai, contratando trabalhadores de Foz do Iguaçu para também fazer o traslado das mercadorias em troca de alguma remuneração. Um trabalho muito arriscado, tanto que ao longo de seu tempo de atuação teve 3 carros apreendidos tentando trazer produtos ilegalmente e 1 ano de prisão; algo que Joana ponderou em nossa conversa como sendo uma ação em que ele “abusava” com o risco de ser pego pela polícia.

As grandes quantidades de “coiso de mulher fazer aborto” trazidas pelo trabalhador para a região Oeste do Paraná é representativo da demanda presente no campo de possibilidades daquelas que almejavam descontinuar a gravidez e avaliavam que os riscos envolvidos eram inferiores às questões que compuseram o campo de possibilidades de mães trabalhadoras nos anos finais do século XX e início do XXI, seja lidando com as dificuldades de criar os filhos em meio a estereótipos raciais e de classe, seja diante das vulnerabilidades socioeconômicas; desemprego, baixos salários, fome, falta de moradia adequada, adoecimentos. Um conjunto de questões a serem avaliadas, inclusive, após o nascimento, por isso a entrega de filhos para adoção também se apresenta aqui, colocando-as frente às possíveis marcas morais dessas ações, ou ainda, fazendo aborto e todos os riscos envolvidos.

Estas foram algumas das desigualdades enfrentadas por trabalhadoras que destaco ao compor este capítulo. Mais do que apenas as expor ao meu interesse analítico, a intenção foi trazer uma noção de dinamicidade histórica ao buscar as contradições e tensões que dão forma e movimento àquilo que presenciamos ao viver esta cidade e nos relacionarmos nesse universo social, seja confrontando costumes, práticas e horizontes de atuação ao nos entendermos como trabalhadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que aprendi muito desde o início desta dissertação e penso que consegui colocar no papel boa parte das reflexões desenvolvidas nos últimos anos, mesmo entristecido por lembrar das tantas outras fontes e possibilidades de discussão que gostaria de trazer a vocês, mas que não foi possível devido ao tardar do tempo de sua entrega e das dificuldades que encontrei durante esse processo de escrita, que descobri ser muito interessante, mas também doloroso.

Durante estas páginas, vimos valores e questões sensíveis compondo o modo como trabalhadores significam suas relações e compõem seus horizontes de possibilidades. Ao passo em que lidam com tensões e pressões de classe abrangem muito mais do que o contato direto com seus patrões, mas também valorações sobre como são tratados por estes e, também, por outros trabalhadores, como se veem em determinadas relações de poder. Questões que muitas vezes passam despercebidas ao pensarmos o “trabalho”, mas que estão profundamente imbricadas com o modo como estes sujeitos constroem possibilidades em meio a dinâmica social. Nesse sentido, podemos perceber papéis sociais relacionados ao gênero destes trabalhadores influenciando em seu campo de possibilidades, limitando oportunidades de trabalho, relacionamentos, afetividades com os filhos, proporcionando distanciamentos, adoecimentos e migrações.

Ao evidenciarmos a movimentação de trabalhadores através dos meios de comunicação, acredito que podemos visualizar sentidos diferentes daqueles propostos por seus redatores. Vemos que ao aceitarem participar da produção das reportagens, os trabalhadores, assim como os jornalistas, possuem intencionalidades e as enxergavam como uma possibilidade de trazerem para a narrativa que seria publicada, questões próprias de suas condições de classe. Desse modo, conseguimos identificar tentativas de sensibilização de seus leitores para a condição em que viviam e levantando pautas que *eles* consideravam importantes de serem divulgadas e discutidas socialmente, mesmo isso significando uma contradição às intencionalidades editoriais, que muitas das vezes se colocavam favoráveis aos interesses patronais em tensão com os trabalhadores da cidade.

As evidências encontradas em grupos do *Facebook* foram um achado. Após as negativas para o acesso à documentação da Secretaria de Assistência Social de Cascavel, os registros das conversas ou discussões entre trabalhadores presentes na rede social expuseram tensionamentos que dificilmente conseguiria identificar somente lendo as reportagens sobre as

grandes quantidades de vagas de emprego. Esse material permitiu apreender o modo como empresas como frigoríficos da região Oeste do Paraná têm buscado dialogar com a subjetividade de trabalhadores não somente da localidade, ao procurarem “limpar” a pecha de postos insalubres para o trabalho – os empregos em que só são acionados em momentos de “desespero”, um sentido compartilhado por um grande número de trabalhadores –, como também com o interesse de motivá-los a saírem de outras regiões do Brasil em que as faixas salariais e a empregabilidade são menores. Com essas fontes, pude também notar a construção de redes de solidariedade de classe entre aqueles que vinham de outros estados, com pouca ou nenhuma estabilidade na chegada à região, mas que eram acolhidos por outros trabalhadores que reconheciam seus dilemas e questões, colocando-se dispostos a ajudá-los a se estabelecerem.

Mais do que um “espaço virtual”, muitas vezes preterido em trabalhos acadêmicos que tematizam diferentes aspectos do mundo do trabalho e dos trabalhadores, estas redes se mostraram parte importante das experiências e dos modos de vida dos trabalhadores. É muitas vezes a partir delas que estes sujeitos articulam suas vidas, planejam suas próximas ações e firmam posições frente ao que consideram justo/injusto nas relações que experienciam, evidenciando serem falsas as noções de “virtual” e “real” ao utilizarem tais meios de comunicação e sociabilidades. Nesse sentido, foi possível identificar tensões classistas nos grupos de *Facebook* onde trabalhadores negociam itens e anunciam suas demandas por emprego ou ajuda/solidariedade. Tensões envolvendo interesses patronais e trabalhadores sobre as vagas em aberto na região Oeste do Paraná, analisadas em publicações jornalísticas da cidade de Cascavel e em entrevista com Valdete, também foram constatadas nas manifestações de trabalhadores como João, presentes nos grupos da rede social.

Pudemos captar tensões entre trabalhadores e instituições como a polícia, assistência social e a justiça. Ao produzirem alternativas para lidar com a desigualdade, intrincadas às suas condições de classe, seus modos de vida foram tensionados através de preconceitos de classe, moralismos, estereótipos raciais e da condição feminina presentes nas práticas de outros sujeitos em maior e melhor posição e correlação de forças.

Notei que até as próprias entrevistas que realizei e as tantas outras em que não foi possível devido às negativas para gravação, eram expressão desse constante tensionamento que atinge as famílias de trabalhadores em relação ao modo como organizam suas famílias e criam seus filhos em meio às negações sistemáticas de seus direitos, visibilidade de sua existência e inserção social.

Várias foram as “pontas soltas” durante o decorrer do texto, tenho ciência disso, e após o texto ser aprovado pela banca fica mais fácil escrever sobre aquilo que vejo como as limitações do trabalho. Claro que é brincadeira! Mas realmente queria ter tratado com mais profundidade a dimensão racial, principalmente pelas questões levantadas a partir da narrativa de Ana, propondo a necessidade de problematizarmos o significado de ser trabalhador negro/negra no Oeste do Paraná nas últimas décadas, dado a riqueza linguística de sua entrevista e seu valor histórico que busquei expressar durante o texto. Bem como com Valdete, porque senti que poderia ter tratado com mais densidade as imbricações entre sua relação familiar, sua condição e possibilidades enquanto trabalhadora e sua sexualidade, seu “jeito”, como se referiu. Esses dias abri o arquivo de sua entrevista e lamentei as muitas passagens que poderiam ter ido para discussão. Parece que perdi, ao menos por enquanto, a oportunidade de contribuir mais com o debate atual sobre classe, gênero e raça.

Em relação a isso, acredito que a fotografia das trabalhadoras no período de inverno pegando sopa com o grupo religioso é expressiva de uma dessas pontas soltas pelo texto, afinal, por quais motivos vemos somente mulheres e crianças participando daquele registro? E a trabalhadora Noeli, mãe da criança pequena que durante a fotografia pedia colo, podemos ver um pouco de seu varal com roupas penduradas, que para além de suas e de seu filho mais novo, poderiam ser também de seu marido e filho mais velho, que saem pelas ruas do centro da cidade vender artesanatos de times de futebol. O que essa separação entre os membros familiares do trabalho “fora”, o trabalho doméstico e o cuidado afetivo com os filhos significam para estes sujeitos? Principalmente em uma situação difícil como descreveu Noeli para a equipe de reportagem, esperando “por um milagre”.

A tematização “trabalhadoras e seus filhos”, uma questão que bem identificou o professor Carlos como algo que transpassou a escrita do trabalho como um todo, e só foi claro para mim na banca de defesa, como aquilo que expressava e resumia meu interesse de pesquisa. Talvez, se algum dia for possível revisar novamente este texto talvez seja o momento de dar um enfoque maior para a maternidade, ou para a negação da maternidade, como foi o tema do aborto, pouco discutido no texto, mas com apontamentos importantes para compreendermos a dinâmica envolvendo as desigualdades que compõem os horizontes possíveis destas mulheres, e também daqueles que se arriscavam e ainda se arriscam legalmente trazendo substâncias ilícitas pela fronteira com o Paraguai.

Queria ter desenvolvido mais sobre a presença de crianças trabalhadoras no centro da cidade, ou mesmo daqueles que foram “abandonados” e que viviam em instituições destinadas a abrigar essas crianças. Quando cheguei em Cascavel em 2002 ainda criança, lembro de

caminhar junto de minha mãe pelo entorno da Catedral, no centro da cidade, e perceber nas calçadas crianças de minha idade engraxando sapatos. Rememorei isso enquanto folheava as páginas dos jornais e revista dos últimos anos do século XX e início do XXI, onde lidavam aos seus modos com a presença dessas crianças. Se alguém não fizer antes, talvez um dia escreva sobre esses materiais que expressam contradições sociais sobre a presença em certos espaços da cidade e os meios visualizados por trabalhadores pobres ao disputarem a cidade. Nesses registros posso ver articulações classistas para os moralizar e criminalizar, assim como fazem mais recentemente com indígenas que vem da Terra Indígena Rio das Cobras para Cascavel, e também modos de vida culturalmente constituídos sob tais tensões.

Mas mesmo com estes “poderia ter feito assim ou daquele outro”, fico feliz de ter concluído este processo de pesquisa e mais uma etapa de minha vida, almejando sempre compreender as contribuições desse tipo de texto na vida de sujeitos como os que compuseram a pesquisa.



## FONTES

### ***PUBLICAÇÕES JORNALÍSTICAS ON-LINE***

CAVALCANTE, Diego. 930 vagas disponíveis, entretanto a Agência do Trabalhador está vazia. **Portal CGN**, 23 de novembro de 2022. Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/979215/930-vagas-disponiveis-entretanto-a-agencia-do-trabalhador-esta-vazia#:~:text=Na%20manhã%20desta%20quartafeira,está%20à%20procura%20de%20trabalho>. Acesso em: 06/02/2022.

### ***PUBLICAÇÕES JORNALÍSTICAS IMPRESSAS***

CAMARGO, Elayne. Vida - Como ela é para quem “tenta viver”? **Revista Oeste**, Cascavel, Ed. 136, 1998. p. 5-7.

CASAL de idosos ameaçados de despejo. **O Paraná**, Cascavel, 25 de maio de 1999. p. 9.

CRISE obriga idosos enfrentar trabalho pesado. **O Paraná**, Cascavel, 5 de junho de 1999. p. 14.

POR QUE revista? **Revista Oeste**, Cascavel, Ed. 149, 2001.

SOLIDARIEDADE de inverno. Entidades socorrem comunidade carente. **Gazeta do Paraná**, Cascavel, 1 de junho de 1999. p. 21.

ZUCARELLI, Fátima. Aborto – Paraguai mantém clínicas clandestinas. **Revista Oeste**, Cascavel, Ed. 136, 1998, p. 27.

### ***FONTES ORAIS***

ANA. Entrevista de Ana e Leonardo. [Fev. 2019]. Entrevistador: GOMES, L. O. 163 min. Cascavel-PR.

DORACI. Entrevista de Doraci e Leonardo. [Fev. 2022]. Entrevistador: GOMES, L. O. 55 min. Cascavel-PR.

JOANA. Entrevista de Joana e Leonardo. [Fev. 2019]. Entrevistador: GOMES, L. O. 135 min. Cascavel-PR.

VALDETE. Entrevista de Valdete e Leonardo. [Fev. 2022]. Entrevistador: GOMES, L. O. 40 min. Cascavel-PR.

### ***PÁGINAS DA INTERNET***

PARANÁ. Educação de Jovens e Adultos. **Secretaria da Educação**. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/EJA-Seed>. Acesso em: 06 fev. 2022.

LOKATELL IMÓVEIS. **Guia de Cascavel: melhores bairros para morar**. 31 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://lokatell.com.br/blog/sem-categoria/guia-de-cascavel-melhores-bairros-para-morar>. Acesso em: 06 fev. 2022.

### ***LEIS, DECRETOS, PROCESSOS, DOCUMENTOS OFICIAIS***

CASCAVEL. **Decreto nº 16.841, de 17 de maio de 2022**. Dispõe sobre a revisão do valor da tarifa do transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Cascavel - Paraná, e revoga o Decreto 15.297, de 13 de março de 2020. Cascavel: Gabinete do Prefeito Municipal, [2022]. Disponível em: <http://leismunicipa.is/xbsoz>. Acesso em: 22 mar. 2007.

PARANÁ. Tribunal Regional do Trabalho (9ª Região). Ação Trabalhista nº 0000995-44.2016.5.09.0303. Foz do Iguaçu, 4 de julho de 2016.

CASCAVEL. Prefeitura Municipal de Cascavel. **Perfil Municipal 2003/2004**. 2004.

IPARDES. **Paraná 1990. Projeção da População**. Curitiba: IPARDES, 1984.

### ***GRUPOS DE FACEBOOK***

JESSICA. **Pessoal tem uma moça que veio embora da bahia....** Marechal Cândido Rondon, 28 dezembro 2022. Grupo de Facebook: Vendas em geral.

LAR. **Venha fazer parte da cooperativa....** Marechal Cândido Rondon, 5 dezembro 2022. Grupo de Facebook: Vendas em geral.

DEBORAH; SUELI. **Esse povo da lar é complicado....** Marechal Cândido Rondon, 5 dezembro 2022. Grupo de Facebook: Vendas em geral.

JOÃO. **Preciso de um emprego com urgência....** Marechal Cândido Rondon, 24 novembro 2022. Grupo de Facebook: Brechó Aqui tem tudo!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVO, Célia R; CARDOSO, Heloisa H. P; ALMEIDA, Paulo R. de. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 11- 25.

CARDOSO, Heloisa H. P. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 42, p. 31- 47, jan/jun. 2010.

CARDOSO, Heloisa H. P; MACHADO, Maria C. T. (Org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 165-191, abr. 1997.

CRUZ, Heloisa. F; PEIXOTO, Maria do R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, nº 35, p. 253-270, ago./dez. 2007

CRUZ, Heloisa F; PEIXOTO, Maria do R. C; KHOURY, Yara A. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 9 – 21.

FREITAS, Sheille S. **Por falar em culturas... histórias que marcam a cidade**. Jundiá: Paco Editorial. 2016.

GALLIO, Andressa K. P. **A luta pelo acesso à moradia das famílias do Jardim Gramado e as medidas judiciais no processo de reintegração de posse**. Toledo, 2019. 218 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UNIOESTE.

GRANDE, Franciele M. **“Como eu vou descer naquele lugar”: percepções sobre a segregação socioespacial em áreas de vulnerabilidade social do bairro Cascavel Velho em Cascavel/PR**. Marechal Cândido Rondon, 2021. 137 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNIOESTE.

GOMES, Leonardo D. O. **Trabalhadores em luta por moradia: a justiça e a moral nas contradições de Cascavel, Paraná, 1999-2019**. Marechal Cândido Rondon, 2019. 50 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – UNIOESTE.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores, seus vínculos e a produção recente de Cascavel (2000-2019)**. 2021, 13 p. In: Anais do Colóquio Histórias em Evidências, vol. II, Marechal Cândido Rondon, 2021.

KHOURY, Yara A. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 79 – 103, jun. 2001.

MACIEL, Laura A. Produzindo notícias e histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In FENELON, Dea. R. et al. (Orgs.) **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004. p. 14-40.

\_\_\_\_\_. **História social, imprensa e pesquisa: algumas questões para debate**. IV Encontros Histórico. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IhhOfAWYneY>. Acesso em: 01/09/2023.

MARIANO, Maicon. **“A capital do oeste”: um estudo das transformações e (re)significações da ocupação urbana em Cascavel – PR (1976-2010)**. Florianópolis, 2012. 134 p. Dissertação (Mestrado em História) – UDESC.

MASIERO, Marcelo. **A atuação do MNLM - movimento nacional de luta por moradia no município de Cascavel/PR**. Marechal Cândido Rondon, 2011. 60 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UNIOESTE.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n 2, p. 59 – 72, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25 – 39, fev. 1997.

\_\_\_\_\_. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v.7, n. 13, p.182 - 195, jul/dez, 2017.

PORTUGAL, Lucyana V. F. **O trabalho infantil e o PETI na área urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2007. 158 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC-Rio.

RAMÃO, Fernanda P.; WADI, Yonissa M. Espaço urbano e criminalidade violenta: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel/PR. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 207-230, fev. 2010.

REIS, Cirineu R. **Agronegócio e urbanização: a relação rural-urbano em Cascavel/PR**. Francisco Beltrão, 2017. 113 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNIOESTE.

SANTOS, Carlos M. de S. **Trabalhadores em Movimento: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR: Segunda metade do século XX e início do XXI**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

SCHREINER, Davi F. Trabalho e Movimentos Sociais: trajetória, abordagens e perspectivas. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 20, n. 2, p. 37-49, dez. 2016.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, Maria do P. de A; PEIXOTO, Maria do R. da C; KHOURY, Yara M. A. Os passos da pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 2007. p. 29-64.